



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Medicina
Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde e
Prevenção da Violência

Elifilete Costa Araújo Pena

ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL:
vínculos, modos de ser e viver

Belo Horizonte
2019

Elifilete Costa Araújo Pena

**ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL:
vínculos, modos de ser e viver**

Versão Final

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Cristiane de Freitas Cunha

Co-orientadora: Vitória Régia Izaú

Belo Horizonte

2019

Pena, Elifilete Costa Araújo.
P397a Adolescentes em situação de vulnerabilidade social
[manuscrito]: vínculos, modos de ser e viver. / Elifilete Costa Araújo
Pena. - - Belo Horizonte: 2019.

115f.: il.

Orientador (a): Cristiane de Freitas Cunha.

Coorientador (a): Vitória Régia Izaú.

Área de concentração: Promoção da Saúde e Prevenção da Violência.

Dissertação (mestrado): Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Medicina.

1. Adolescente. 2. Vulnerabilidade Social. 3. Apego ao Objeto.
4. Território Sociocultural. 5. Dissertação Acadêmica. I. Cunha,
Cristiane de Freitas. II. Izaú, Vitória Régia. III. Universidade Federal
de Minas Gerais, Faculdade de Medicina. IV. Título.

NLM: WA 30

Bibliotecário responsável: Fabian Rodrigo dos Santos CRB-6/2697



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA
VIOLÊNCIA/MP

UFMG

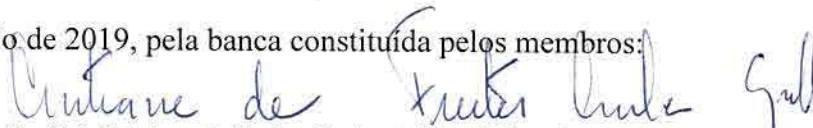
FOLHA DE APROVAÇÃO

**ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: VÍNCULOS,
MODOS DE SER E VIVER.**

ELIFILETE COSTA ARAÚJO PENA

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA/MP, como requisito para obtenção do grau de Mestre em PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA, área de concentração PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA.


Aprovada em 28 de maio de 2019, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Cristiane de Freitas Cunha Grillo - Orientador

UFMG


Prof(a). Vitoria Regia Izau

UFMG


Prof(a). Eleonora Schettini Martins Cunha

UFMG


Prof(a). Elisa de Santa Cecília Massa

UFMG

Belo Horizonte, 28 de maio de 2019.

Ao meu pai, pequeno grande homem, José

Izídio (in memoriam)

Fonte da minha motivação e inspiração

Desafiou-me a sonhar

AGRADECIMENTOS

A Deus toda glória e honra
Porque para Ele e por Ele são todas as coisas

Ao Cleverson e Davi
Amores da minha vida
Pelo apoio incondicional
Pela compreensão nos momentos de ausência

À Cris
Pelo nosso encontro...
Pela clareza nas orientações
Por acreditar em mim, sempre!

À Vitória
Pela acolhida
Pelos diálogos, pela compreensão
Pelo compartilhar do conhecimento comigo, numa leitura sensível da vida

À Secretaria de Desenvolvimento Social
Na pessoa de seu Secretário Diego Garzon Henrique
Que ancorou esse estudo na política de assistência social em Nova Lima

Aos Técnicos
Em especial: Paulo, Deguimar, Suellen, Catarina, Ana Paula Sanders e Marlene
Que participaram da abordagem metodológica dessa pesquisa e dedicaram seu tempo de trabalho

Aos adolescentes
Que dividiram comigo os relatos de suas vidas

A todos que cuidaram do meu Davi
Viabilizando a minha frequência às aulas e a escrita:
Meus sogros (Gilson e Milva), Elialda, Lorraine e Joel
Castelinho Encantado: Janice, Nide e Nilza

À Flávia
Por dividir comigo esse momento
Com quem aprendo sempre

Ao Fidelis e Jache
Pelas sugestões e correções ortográficas

“Para todos nós, em algum momento, nossa existência se revela como alguma coisa particular, intransferível e preciosa. Quase sempre esta revelação se situa na adolescência. A descoberta de nós mesmos se manifesta como um saber que estamos sós; entre o mundo e nós surge uma impalpável, transparente muralha: a da nossa consciência. É verdade que, mal nascemos, sentimo-nos sós; mas as crianças e os adultos podem transcender a sua solidão e esquecer-se de si mesmos por meio da brincadeira ou do trabalho. Em compensação, o adolescente, vacilante entre a infância e a juventude, fica suspenso um instante diante da infinita riqueza do mundo. O adolescente se assombra com ser. E ao pasmo segue-se a reflexão: inclinando para o rio de sua consciência pergunta-se se este rosto que aflora lentamente das profundezas, deformado pelas águas, é o seu. A singularidade de ser – mera sensação na criança transforma-se em problema e pergunta, em consciência inquisidora”.

Octavio Paz – O Labirinto da solidão

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo conhecer a percepção dos adolescentes em contexto de vulnerabilidade social sobre suas vivências no território. Trata-se de uma pesquisa exploratória de cunho qualitativo, cuja coleta de dados foi realizada através de entrevistas narrativas com os adolescentes referenciados nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) em Nova Lima (MG). Para alcançar o objetivo de mapear os espaços de vinculação no território, foi utilizada a cartografia. Utilizou-se ainda o diário de campo, para auxiliar na identificação de pontos importantes durante a coleta de dados. O município é marcado por desigualdades sociais, e alguns locais caracterizam-se por vulnerabilidade social, criando um cenário propício para fragilização de vínculos e limitação do campo relacional, suscetivelmente deixando os adolescentes expostos a riscos. Para interpretação dos resultados utilizou-se a análise categorial de conteúdo, com reflexões na ética da psicanálise sobre fenômenos contemporâneos subjetivos da adolescência, cujas questões singulares perpassam pelo campo político social. Os resultados apontam sobre a necessidade de fomentar políticas públicas efetivas alinhadas às demandas dos adolescentes e de sua família, com foco preventivo às vulnerabilidades em destaque a relacional e de renda. Indicam ainda, a potência das atividades coletivas como método de intervenção para o fortalecimento de vínculos sociais entre os mesmos.

Palavras-chave: Adolescente. Vulnerabilidade Social. Apego ao Objeto. Território Sociocultural

ABSTRACT

The purpose of the present study is to advance understanding adolescents, in the context of social vulnerability and their experiences in the territory. This is an exploratory research of qualitative nature, whose data collection was performed through narrative interviews with adolescents referred at the Reference Centers of Social Assistance (CRAS) in Nova Lima (MG). In order to reach the objective of mapping the boundary spaces in the territory, cartography was used to construct the maps. The field note was also used to help identify important points during the data collection, composing the basis for the analysis. The city is marked by social inequalities, and some places are characterized by social vulnerability, creating a favorable scenario for weakening bonds and limiting the relational field, susceptibly leaving adolescents exposed to risks. To interpret the results, we used the categorical content analysis, with reflections on the ethics of psychoanalysis, on contemporary subjective phenomena of adolescence, whose singular questions permeate the social political field. The results point to the need to foster effective public policies aligned with the demands of adolescents and their families, with a preventive focus on highlighted relational and income vulnerabilities. They also indicate the power of collective activities as an intervention method for strengthening social bonds between them.

Keywords: Adolescent. Social marginalization. Object Attachment. Sociocultural Territory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Diagrama das vulnerabilidades relacionais.....	43
Figura 2 Modelo de Diagrama de Campo Relacional.....	55
Figura 3 Fluxograma de abordagem aos adolescentes.....	57
Figura 4 Mapa geográfico de Nova Lima	59
Figura 5 Mapa de concentração de jovens em Nova Lima	60
Figura 6 Diagrama de Campo Relacional – Marcela.....	69
Figura 7 Diagrama de Campo Relacional – Adriano.....	84
Figura 8 Mapa de circulação na cidade – Adilson.....	77
Figura 9 Mapa do Poço do Azulão.....	79
Figura 10 Mapa de circulação na cidade – Leandro.....	80
Figura 11 Mapa de circulação na cidade – Leticia.....	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Caracterização da amostra	64
Tabela 2 Síntese das codificações.....	66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CadÚnico	Cadastro Único Social
CRIA	Centro de Referência da Infância e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Aplicada
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDEB	Índice de Desenvolvimento de Educação Básica
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MS	Ministério da Saúde
PAIF	Programa de Atenção Integral à Família
PAEFI	Programa de Atendimento Individualizado a Famílias e Indivíduos
PMDS NL	Plano Municipal de Desenvolvimento Social de Nova Lima
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSB	Proteção Social Básica
PUCMINAS	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEMDS	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
TALE	Termo de Assentimento Livre Esclarecido
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 Considerações teóricas.....	18
2.1 <i>Adolescência: Invenção da modernidade</i>	18
2.1.1 Travessias.....	22
2.1.2 Adolescência versus juventude	25
2.1.3 A performance dos vínculos na adolescência.....	26
2.2 <i>Proteção Social</i>	31
2.3 <i>Território e vulnerabilidade social</i>	36
2.2.1 Território.....	36
2.2.2 Fronteiras negadas.....	38
2.2.3 Marco conceitual de vulnerabilidade social	40
2.4 <i>Adolescência e desafios frente às vulnerabilidades relacionais</i>	44
2.4.1 Atividades coletivas: um método de fortalecimento de vínculos	47
2.4.2 Notas da prática de atividades coletivas no âmbito da proteção básica	49
3 METODOLOGIA.....	52
3.1 <i>Percurso metodológico</i>	56
4 RESULTADOS	59
4.1 <i>O território em estudo</i>	59
4.2 <i>Caracterização da amostra</i>	64
4.3 <i>Vínculos e campo relacional</i>	66
4.3.1 Posso falar só da minha mãe?	66
4.3.2 Campo relacional	68
4.3.3 Namorando? Eu não!	71
4.4 <i>Percepções do território e cartografia</i>	73
4.4.1 Geografia imaginária.....	73
4.4.2 Cartografia adolescente.....	75
4.4.3 Impassibilidade escolar.....	82
4.5 <i>Particularidades de uma adolescência</i>	85
4.5.1 A arte na adolescência	85
4.5.2 Eu tenho síndrome do pânico!	86
4.5.3 Entre a cruz e a espada	87
4.6 <i>Adolescência e políticas públicas: em pauta ou fora de pauta?</i>	90

<i>4.7 Codificações: Temas em comum</i>	95
5 Considerações finais	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100
APÊNDICE A - Síntese bibliográficas das narrativas	106
APÊNDICE B – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido	109
APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	111
ANEXO A – Assentimento Institucional da Secretaria de Desenvolvimento Institucional de Nova Lima	113
ANEXO B - Aprovação do projeto pela Câmara do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da UFMG	114

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo conhecer a percepção dos adolescentes em contexto de vulnerabilidade social sobre suas vivências no território por meio de entrevistas narrativas com os cadastrados nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) do município de Nova Lima (MG).

Tal proposta advém das inquietações desta pesquisadora, relativas ao seu trabalho na política de assistência social, no que tange às ações protetivas ofertadas aos adolescentes naquele município. Durante a construção de fluxos e de metodologia de atendimento aos adolescentes/famílias/usuários, tem sido colocado pela equipe técnica um cenário de desproteção social derivado da precariedade econômica de um sistema que impõe segregação e pobreza. Associada a esse cenário, tem sido constatada uma lacuna na participação dos adolescentes nas atividades ofertadas no âmbito das políticas públicas.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, dos 93.577 habitantes estimados para o ano de 2018 no município de Nova Lima, cerca de 24% refere-se à população infanto-juvenil (idade entre 0-17 anos), aproximadamente 20.000 crianças e adolescentes, que dos quais 98,6% residem em área urbana (Brasil, 2010).

O município possui o maior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)¹ do Estado de Minas Gerais, 0,817, e está em 17^a posição entre os municípios brasileiros, enquanto possui o Índice de Gini² de 0,6914, apresentando um aumento histórico significativo nas últimas décadas deflagrando um crescente processo de concentração de renda (Brasil, 2010). Entretanto, estes índices mascaram as desigualdades sociais, que são mais graves, e o município demonstra uma grande vulnerabilidade econômica.

Retrata esse cenário a renda média domiciliar per capita de R\$ 1.709,89, sendo que, todavia, cerca de 12.000 pessoas vivem com renda inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo e 3.449 com renda inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo³. Agrega-se a esses dados a razão de renda⁴ que

¹ Trata-se de um índice que é mensurado a partir da expectativa de vida, da escolaridade e da renda per capita da população de um determinado município

² Refere a concentração de renda, quanto mais próximo de zero mais próximo a uma situação de igualdade.

³ Proporção baseada no valor do salário mínimo na época do levantamento dos dados do Censo de 2010. (Brasil, 2010)

⁴ Representa o número de vezes que a renda agregada do quinto superior da distribuição da renda (20% mais ricos) é maior do que a renda do quinto inferior (20% mais pobres) na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Considerou-se como renda domiciliar per capita a soma dos

sinaliza o quanto a renda dos mais ricos é superior a dos mais pobres, em 38% neste município (Brasil, 2019b).

Com base nos dados do Cadastro Único⁵, instrumento de identificação e caracterização sócio-econômica das famílias de baixa renda no qual é possível identificar grau de vulnerabilidade como: renda, condição de habitação, acesso ao trabalho, à saúde, educação e assistência social, e, através de informações do setor de Transferência de Renda da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDS), em fevereiro de 2019 o município registrava 16.942 pessoas inseridas no CadÚnico, correlacionada(s) a 5.626 famílias. Dessas, 1.898 eram beneficiárias do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família, e, 2.666 do total de usuários cadastrados possuem idade entre 12 a 18 anos, e destes, 521 estão em situação de pobreza, 598 de extrema pobreza e 1279 em situação de baixa renda⁶.

Complementarmente, o Diagnóstico Situacional de Crianças e Adolescentes do Município de Nova Lima (2016), realizado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMINAS) no período de 2014 a 2016, ao apresentar dados de diversas fontes e segmentos da Política Pública Local, aponta que a principal questão do município, no que se refere ao adolescente, está relacionada à ausência ou à baixa efetividade das atividades e ofertas direcionadas para essa faixa etária, que dentre outros fatores, gera um cenário propício às vulnerabilidades.

Esse cenário reverbera em desafios cotidianos para atuação técnica no âmbito das políticas públicas, que se interpõem ao desenvolvimento de estratégias de atenção ao adolescente dado que as ofertas destinadas aos adolescentes encontram dificuldades de mobilizar e envolver os que se encontram em maior situação de risco e vulnerabilidade.

Não obstante considerar o contexto de efervescência política no país, marcada por retrocessos em relação à garantia de direitos e pelo arrefecimento das políticas sociais, que

rendimentos mensais dos moradores do domicílio, em reais, dividida pelo número de seus moradores (Brasil, 2019b).

⁵ O CadÚnico traça o perfil das famílias, tais como pessoa com deficiência, composição familiar, situação de trabalho infantil, pessoas em situação de rua, acesso ao Benefício de Prestação Continuada-BPC, e outros. Atua como indicador e monitoramento sendo utilizado nos programas sociais como: Programa Bolsa Família, Seguro Facultativo de Baixa Renda; Isenção de Taxas para Concursos Públicos, Tarifa Social de Energia Elétrica, Programa Minha Casa Minha Vida Serviços Socioassistenciais; Programa Nacional de Reforma Agrária; Programa Mais Educação; Sistema de Seleção Unificada (Sisu); Identidade Jovem; Distribuição de conversores para TV Digital. Sendo o Benefício de Prestação Continuada (BPC) o mais recente incorporado nessa lista.

⁶ Renda per capita para situações de extrema pobreza de (R\$0 – 89); pobreza (R\$ 89,01 – R\$ 178,00); baixa renda (R\$ 178,01 – R\$499)

implica o surgimento e a potencialização do aumento das vulnerabilidades, vivenciamos um momento essencial que confere à proteção social a representação de possibilidades e da viabilização de enfrentamentos pelos indivíduos e suas famílias.

Dito isso, esse estudo terá como ponto de partida a necessidade de conhecer a percepção sobre o território e a performance dos vínculos sobre a perspectiva dos próprios adolescentes, sobretudo os que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social. Para tanto, serão realizadas entrevistas com adolescentes referenciados em cada CRAS do município, em acompanhamento individual ou familiar, oferecendo escuta às suas narrativas. Visando uma maior elucidação do território será utilizada a cartografia dos espaços acessados.

Dito isto, este estudo visa conhecer a percepção dos adolescentes em situação de vulnerabilidade social sobre suas vivências no território, por meio de entrevistas narrativas com os adolescentes cadastrados nos (CRAS) do município de Nova Lima (MG).

Para alcançar tal objetivo buscará identificar o campo relacional dos vínculos sobre a perspectiva dos próprios adolescentes; descrever a percepção dos adolescentes sobre o território em que vivem; cartografar os espaços acessados; e, por fim almeja fomentar as discussões sobre as possíveis ações destinadas aos adolescentes e suas famílias, sobretudo àquelas que possuem o caráter preventivo e de enfrentamento às vulnerabilidades, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas do município

Apresenta-se no segundo capítulo os objetivos do estudo. O terceiro capítulo tratou das considerações teóricas, iniciando-se com a construção do conceito de adolescência até os dias atuais, aspecto de fundamental importância para se compreender os adolescentes e suas relações e vínculos sociais. Em seguida buscou-se conceituar território e as vulnerabilidades sociais e relacionais. Sinalizou ainda, a importância das atividades coletivas como estratégia de intervenção no campo da proteção social, essencial na prevenção aos riscos e proteção ao adolescente, em função da fase peculiar do desenvolvimento humano.

O quarto capítulo cuidou de apresentar a metodologia utilizada e descreveu o percurso metodológico realizado para o levantamento dos dados utilizado como parâmetro as narrativas dos adolescentes.

No quinto capítulo foram apresentados os resultados da pesquisa, a partir de análises categóricas dos temas em comum entre os entrevistados, bem como aspectos singulares observados nos achados. Também foram apresentados, alguns dados da rede de

proteção no âmbito municipal. Na sequência, foi apresentada a conclusão do trabalho, elaborada com base nas análises destes resultados.

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

2.1 *Adolescência: Invenção da modernidade*

A emergência da adolescência é fruto de um longo processo histórico. Até o século XIII não era evidenciado uma diferenciação para as idades da vida. Somente com as transformações na dinâmica social, que conferiu à família o lugar de representação de afetos entre os cônjuges e, entre pais e filhos, mudou-se as relações entre as gerações e a criança passa a ocupar uma certa centralidade na família (Frota, 2007).

Vale ressaltar, que essa mudança foi marcada pela possibilidade de um casamento não arranjado, dentre outros aspectos. Esses casamentos não foram totalmente extintos, mas representava a permissividade dos cônjuges em se organizar em torno de afeições mútuas, ao menos nas classes sociais privilegiadas (Frota, 2007).

Somente após instaurar o sentimento de infância é que se tornou possível emergir a concepção de adolescência, a *priori* como privilégio dos filhos da burguesia (Lacadée, 2011). No século XIX, no contexto da Revolução Francesa. Buffon e Rousseau⁷ foram os primeiros pensadores que se ocuparam dessa fase do desenvolvimento humano: o primeiro, defendendo a noção de puberdade e, o segundo, a de uma fase marcada por crises. Será no final deste século que a adolescência começa a ser considerada uma fase da vida estabelecendo-se sua concepção como a distinção entre a criança e o adulto, e, por conseguinte, construindo uma geração.

Rousseau descrevia a adolescência como um período em que o sujeito é orientado por seus sentimentos. Em seus estudos, destaca três atributos: a) momento de conflito emocional, b) de mudanças, c) de revivência, marcada pelo estágio biológico e concebida a partir de um conjunto de fatores individuais associados às transformações corporais (Cole e Cole, 2004). Nos estudos de G. Stanley Hall, considerado o pai do estudo científico dessa faixa etária, apreende-se que em determinadas sociedades, o estágio biológico não era o fato determinante para adolescência, mas sim as construções sociais, surgindo as abordagens biosociais da adolescência, em contraponto aos primeiros estudos de Rousseau (Savage, 2009). De certa forma, nesse momento inicial as concepções possuem um caráter negativo como período de ocorrência de grandes conflitos e instabilidades.

⁷ Com a publicação de sua obra *Emílio* (escrito entre 1757 e 1762) Rousseau demarca as particularidades desse período que antecede a infância e prepara para a vida adulta, associando-a com uma fase de crise (Le Breton, 2017), ainda não reconhecida como adolescência.

Alguns historiadores fazem uma divisão em períodos, embora não consensual, demarcando as características de cada momento que originou e caracterizou essa faixa etária. Assim sendo, (Savage, 2009) busca elucidar o processo de configuração histórica, analisando os movimentos culturais e sociais, através da análise de reportagens em jornais impressos (mídia) da Alemanha e França, bem como dos Estados Unidos e Reino Unido. O autor demonstrou como a adolescência consolidou e revolucionou a sociedade de forma universal.

Os nascidos no período compreendido entre o pós Primeira Guerra Mundial até meados da Segunda Grande Guerra, de 1925 a 1942, foram denominados como “Geração Silenciosa”, nomeação feita pela revista *Time* em 1951, para designar uma característica desses jovens considerados convencionais, e de certa forma sem muita notoriedade. A partir da segunda metade do século XIX, representando uma classe consumidora, os que retornaram da guerra constituíram família e seguiram carreira propiciando a recuperação econômica, foram denominados como “Grande Geração”. Ilustram esse período o agrupamento do termo inglês *teen* e o lançamento da revista feminina *Seventeen*. Além disso, relata o lançamento do *best seller* “O apanhador no Campo de Centeio” de J. D. Salinger de 1951, cujo protagonista resiste em se integrar à sociedade adulta, tornando-se um destaque daquela geração (Savage, 2009).

A interlocução da cultura e da arte com a adolescência sempre esteve presente, o a eclosão do *rock and roll*, que atuou como um “detonador” de uma revolução cultural, para essa geração que emergia evocando um vestuário, costumes e comportamentos próprios (Savage, 2009).

Segundo Abramo (1994), essa construção moderna da adolescência, como um período de crise e contestação, facilitou aos jovens de certa forma se portarem como tal. Os movimentos *hippie e punks*, da década de 60, contribuíram para o fortalecimento do discurso sobre o que é ser adolescente, destacando o gênero masculino de classe média, filhos da prosperidade e otimismo advindos do pós-guerra, denominados como a geração *Baby Boom*, assim nomeada devido ao súbito aumento populacional⁸.

Le Breton (2017) assinala a importância dessa geração para a concepção atual da adolescência com seguinte caracterização:

⁸ Houve nessa época também uma explosão demográfica e urbanização, percussores da Revolução Industrial, marcada pela falta de condições de trabalho nas grandes cidades (Abramo, 1994).

A geração *baby boom* goza de circunstâncias sociais e culturais excepcionais, ela é a primeira confrontada nessa extensão quanto à questão de sua entrada na maturidade social e quanto ao sentido de sua existência. Ela não dispõe de nenhum modelo anterior para traçar seu caminho, sendo forçada a inventá-lo. Sua liberdade é imensa em relação às outras gerações. Ela distingue-se dos mais velhos, não somente por uma cultura própria, sobretudo musical, mas também por suas vestimentas e aparência física (os cabelos longos por exemplo), que fazem barulho e suscitam muitos conflitos familiares. Uma ruptura se estabelece entre as gerações. Doravante o saber dos mais velhos é questionado, o sentimento de proximidade entre os pares prevalece sobre o relacionamento com os pais e com as outras gerações (Le Breton, 2017, p.74).

Potencializada por um sentimento de pertencimento, as características se tornam mais evidentes: modo de vida, cultura e valores demarcam a instauração do novo modo de ser, agir e, sobretudo, de consumir.

A escolarização propiciou a convivência com os pares e fortaleceu ainda mais o sentimento e a cultura dos adolescentes. Além disso, foi utilizada como estratégia de controle e manipulação dos conflitos e conquistas dessa faixa etária, ocorrendo então de forma diferenciada, não somente entre os gêneros, mas também entre as classes sociais (Le Breton, 2017). É importante observar que, antes, os estudos finalizavam bem cedo e a entrada no serviço militar e no mundo do trabalho exercia um papel de moratória marcando a mudança dessa fase para os meninos, enquanto as meninas foram excluídas desse processo.

Os movimentos juvenis despertaram visões diferenciadas na sociedade sobre os adolescentes, de acordo com as diferentes representações sociais atribuídas a esses movimentos. Se, por um lado, o enaltecimento da juventude⁹ era caracterizado por sentimentos intensos e energia natural despertando interesses como “consumidores em potencial”, por outro, existia uma preocupação social, pois a urbanização e a explosão demográfica associadas às condições precárias das classes trabalhadoras levaram à formação de gangues em grandes cidades e diversos países (Savage, 2009).

Dessa forma, a percepção sobre a adolescência também perpassava por questões de classe, marcada por desigualdades, com a nomeação dos jovens de meios populares como bandos, denominação advinda da rebeldia, dos roubos, do vandalismo, além do uso de drogas, sendo esses atributos facilmente associados e expandidos a todos daquela faixa etária. Nesse sentido, Le Breton (2017) assinala que na década de 60, na França, qualquer pequeno “desvio” era ampliado para uma perturbação, descrevendo assim:

⁹ A exemplo de uma adolescência enquanto potência, força, alegria que o elevaria a herói do Século XX, Ariès (1981) utiliza Siegfried, o primeiro adolescente moderno típico retratado na música de Wagner (Frota, 2007).

São jovens que se fazem de bandidos, mas permanecem distantes do mundo dos malfeitores. O “bando” tem uma conotação negativa, mas não está necessariamente ligado à delinquência, traduz antes o agrupamento de jovens que moram em um mesmo bairro popular no cenário urbano [...] o qualificativo poderia facilmente se aplicar à maior parte da juventude masculina (Le Breton, 2017, p. 78)

As mudanças de cunho econômico, social e cultural dos séculos XIX e XX, foram imperativos para o surgimento do conceito da adolescência. Destaca-se o surgimento dos diversos meios de comunicação em massa e cultura¹⁰ (rádio, televisão, revista, cinema), que dissolveram fronteiras disseminando e potencializando as características dessa faixa etária, propagando amplamente novos padrões de beleza e vestuário, modos de pensar e comportar e, principalmente, de consumir. Os adolescentes tinham uma combinação perfeita para os interesses capitalistas: viviam o presente, primavam pelo prazer, personificavam produtos e geravam necessidades específicas, impulsionados pela busca de inclusão social (Savage, 2009; Le Breton, 2017).

Então, o fortalecimento do capitalismo e a necessidade de restabelecer a economia pós-guerra, convergiram para a união de fatores que propuseram força e atuaram como espelho para o processo identificatório dos adolescentes e jovens. Havia uma busca por identidade que impactava diretamente a forma de perceber e se portar diante do mundo: era necessário caracterizar a existência e dar visibilidade exaltando as diferenças tanto comportamentais quanto físicas (Savage, 2009)

Em suma, a narrativa do surgimento da concepção de adolescência como se conhece hoje, revela sua “emancipação” sob a égide das transformações culturais e sociais, que caracterizam a afetividade e singularidade dessa fase, bem como a sua força de propulsão às mudanças sociais. Afinal se apresentava como uma potência em transformar valores e cultura, e demonstravam um espírito provocador e revolucionário. Devido a isso, na maior parte do tempo, durante o século XIX, o adolescente era visto como um errante e transgressor que a crescente sociedade burguesa buscava enquadrar, e dessa forma algumas

¹⁰ “Em 1954 o surgimento dessa cultura adolescente, surge como imenso sucesso da canção de Bill Haley, Rock around the clock, a primeira destinada diretamente ao mercado adolescente... Em 1954 Elvis Presley também grava seu primeiro disco. O rock revela uma geração para si mesma, dando-lhe uma consciência de classe... O rock atravessa o Atlântico no final dos anos 1950 e dá às gerações seguintes de jovens um modo de reconhecimento que as distingue de outras faixas etárias... através do mundo, começam a escutar as mesmas músicas e afirmam a especificidade de seu gosto contra os mais velhos... A música é onipresente na vida cotidiana e nas festas juvenis... Certamente os gostos permanecem em parte marcados pelo pertencimento a uma classe e por diferenciação sexual” (Le Breton, 2017, p.71).

estratégias foram em busca de minimizar as ameaças provocadas por essa nova concepção de existir, como a escolarização e a religião (Lacadée, 2011).

Por fim, a adolescência é, sobretudo, uma invenção moderna, um sentimento, uma questão social, que incide cada vez mais cedo na trajetória de vida do indivíduo e se torna cada vez mais prolongada, embrenhada num contexto sociocultural, político e econômico (Lacadée, 2011).

Diante da impossibilidade de renúncia da “tutela familiar” e frente às dificuldades de entrar na vida adulta, a saída encontrada é postergar a adolescência, afinal “nada os assegura que as dificuldades que encontram são provisórias e que logo serão resolvidas” (Le Breton, 2017, p. 85). Corrobora com isso, a precariedade ou ausência de emprego e de renda, o que não assegura o desenvolvimento de sua autonomia econômica.

Ainda assim, é crucial compreender essa fase do desenvolvimento à luz das fontes de seus tensionamentos, como o luto da infância, a queda dos ideais infantis, a busca pelo seu lugar no mundo, as transformações do corpo e as mudanças frente a família e à sociedade (Toniolo, 2015, p. 76).

2.1.1 Travessias

*Digo: o real não está na saída nem na chegada
ele se dispõe para a gente é no meio da travessia
Guimarães Rosa (1994, p. 84)*

Para Freud (1905), durante a infância, a satisfação pulsional do corpo perpassa pela satisfação do contato com o outro, como no cuidado materno, no qual a boca, o ânus e o olhar são erotizados, sendo estas áreas denominadas de zonas erógenas. Na puberdade, as pulsões sexuais são parcialmente estruturadas na genitalidade emergindo distintas maneiras de satisfação. Acontece ainda o rompimento da autoridade dos pais e uma redefinição do objeto sexual: “isto implica em reviver as sensações de satisfação no terreno preparado desde as experiências infantis, que têm como base de fundo o Complexo de Édipo” (Guerra *et al.*, 2015, p. 86-87).

De acordo com a teoria psicanalítica, a libertação da autoridade dos pais é um ponto central na adolescência, percurso do desenvolvimento, tanto do ponto de vista individual quanto coletivo. Por tratar-se de uma nova experiência entre o sujeito e o mundo, ocorre o

encontro entre o real e o desconhecido, ao passo que, pela desestruturação gerada pelas transformações corporais que afetam sua autopercepção, modifica-se a forma de relacionamento consigo e com os outros. A partir daí, inicia-se um processo de construção de saberes em relação ao corpo, ao outro e ao mundo, no qual a adolescência se configura de forma particular na organização da existência, diante do inesperado encontro da puberdade (Guerra *et al.*, 2015).

Considerando todos esses arranjos da adolescência, Le Breton (2017) assinala as diferenciações entre as sociedades humanas, que perpassam o tempo e o espaço, quanto à assimilação ou passagem por essa fase do desenvolvimento. Em algumas sociedades a adolescência é concebida como uma determinada faixa etária, definida como um período intermediário entre a infância e a maturidade social, no qual agregam-se responsabilidades. Noutras sociedades, a maturidade social perpassa de forma natural e gradual, sem delimitação cronológica de idade. Há ainda determinadas comunidades em que a adolescência é marcada por ritos de passagem precisos, estabelecendo uma nova identificação do sujeito e delimitando sua inserção na fase adulta. O autor assinala ainda que, nas sociedades tradicionais, os ritos de passagem consistem em transmissões nas quais as representações sociais e culturais são partilhadas, desse modo, “orientações para existir com os outros são fornecidas pelo laço social” (Le Breton, 2017, p.23).

Entretanto, percebe-se uma ausência simbólica dessas referências nas culturas contemporâneas, nas quais os adultos não possuem mais essa função de transmissão geracional, e conseqüentemente, o adolescente inicia uma transposição à outra margem do rio numa travessia solitária (Le Breton, 2017). Nesse sentido, Toniolo (2015) complementa descrevendo as transformações societárias desencadeadas por um processo de constante mutação que não permite a transmissão de valores, transformações essas marcadas,

[...] pela ausência de significantes mestres que configuram sentido para as múltiplas experiências do dia a dia. Nesse panorama, a ideia de um mundo complexo, diverso, onde não se pode afirmar nada, onde toda certeza deve ser destituída, contribuiria para vivências atônicas de mundo nas quais recuamos diante das perdas de uma decisão [...] (Toniolo, 2015, p. 65).

Será em uma tentativa solitária de busca pelo sentido de sua existência e de outros referenciais que o adolescente, ao não encontrar no campo social respostas quanto ao valor da vida, fragmenta-se simbolicamente. Então, surge a “conduta de risco”, termo usado por

Le Breton (2017) para designar comportamentos que, simbolicamente, ou de fato, o expõem ao perigo, via pela qual ele experimenta o mundo social, numa tentativa de eleger novos objetos e ideal para orientar sua vida.

Nessa mesma dimensão, ele ressalta que a falta de representação simbólica convoca o adolescente ao sofrimento num apelo de invenção e vida, quando os jovens se arriscam, não para morrer, mas para significar a sua existência, pois “na tentativa de contornar esse vazio a dimensão do agir permite ao adolescente [...] inventar outros parceiros, outras cenas, outras comunidades de vida, outros lugares de traduções, e até mesmo correr o risco e pôr sua vida em jogo” (Lacadée, 2011, p. 28)

Adolescer na contemporaneidade é, sem sombra de dúvidas, uma encruzilhada que perpassa o campo social e econômico, cujo contexto não favorece o sentimento de pertencimento, nem possibilita uma oferta de escuta que permita o próprio surgimento da adolescência (Guerra *et al.*, 2015). A possibilidade apontada por Lacadée (2011) é o ouvir despretensioso, que auxilie na tradução daquilo que o invade, sendo esse momento que ele denomina de “ponto de onde”:

A partir desse *ponto de onde* se ordena a leitura da vida, cabe a cada um decifrar, ou seja, o instante de compreender, com um olhar, a causa de seu desejo. Disso decorre a reflexão própria ao tempo lógico da adolescência: voltar o pensamento da infância sobre ela própria, com vistas a um exame mais profundo (Lacadée, 2011, p. 120)

O autor traz uma ilustração, ao relatar um dos projetos realizados com adolescentes na periferia, em âmbito escolar, que permitiu aos participantes “[...] trabalhar não contra sua natureza, contra as leis da periferia, mas sentar-se na companhia deles para, valendo-se do real com que se confrontam, separá-los de determinadas respostas muito limitadoras que eles se dão e às quais permanecem fixados” (Lacadée, 2011, p. 145).

Desse modo, essa fase da vida pode imprimir a percepção de descontrole de todos os sentidos, mas acima de tudo é marcada por força e criação, no qual o adolescente traduz o seu modo de vida. (Lacadée, 2011). A linguagem possui papel essencial para que o adolescente consiga nomear aquilo que lhe acomete (Cunha, 2014).

Sendo assim, nesse estudo, será através das narrativas e da escuta que será possível reconhecer a importância do saber do adolescente, oportunizando de certa forma “nomear a parte de indizível que lhe cabe e faz sintoma para ele” (Lacadée, 2011, p. 162) permitindo, sobretudo, imprimir sua percepção quanto ao território em que vive, suas formas de

expressão em um contorno particular que lhe confere possibilidades, conforme descreve Toniolo (2015):

[...] o adolescente é sempre atravessado pelo o Outro [...], seja a família, o Estado, a escola, o discurso, a lei, o sistema, nos é essencial. Então não reduzimos a adolescência a um romance individual, mas pelo contrário, vemos a partir do romance de cada adolescente como sua época e seus determinantes se inscreve em seu corpo e em suas escolhas, frente ao possível e ao impossível (Toniolo, 2015, p. 76).

Estas possibilidades, bem como possíveis fórmulas, escolhas e respostas que podem ser vivenciadas pelo adolescente para entrada no mundo adulto, atravessadas pelas diferenças territoriais, sociais econômicas, são nuances deste estudo que almeja-se recolher em suas narrativas. Tal proposta se ancora na concepção de que não é possível pensar a realidade política e econômica desconexa da realidade subjetiva, uma vez que essas dimensões se afetam (Guerra *et al.*, 2015, p. 103).

Para tanto, explicitando os recortes deste estudo, a fim de não equivocar o leitor é importante esclarecer a diferenciação na conceituação entre adolescência e juventude.

2.1.2 Adolescência versus juventude

Pelo ponto de vista legal, realiza-se um recorte etário categorizando o período entre os 12 e os 18 anos como a fase da adolescência e aquele entre 15 e 29 como juventude, conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo Estatuto da Juventude¹¹, respectivamente. Por outro lado, existem algumas concepções ligadas à ideia de juventude e adolescência como fases da vida num conceito geracional, um período de transição entre a infância e a vida adulta, entre a dependência e a maturidade.

O conceito de juventude é colocado por Juarez Dayrell (2003) como uma construção histórica e cultural, sem necessariamente existir uma marcação temporal ou cronológica, uma vez que não se define por tempo de crise ou transição para a vida adulta, mas uma pluralidade que representa as diversas possibilidades dessa construção na tentativa de demonstrar o que é ser jovem. Não se trata de um simples marco temporal entre duas épocas da vida, mas, um período de construção de identidade e progressivo amadurecimento, o que nas sociedades atuais tem se prolongado, inclusive por questões

¹¹ Instituído pela Lei Federal 12.852, de 05 de agosto de 2013. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12852.htm > Acesso em: 21 de jun. de 2018.

materiais como a entrada tardia no mundo do trabalho (Le Breton, 2017), retardando a autonomia dos jovens frente à família.

Além disso, o termo “juventudes”, por vezes é utilizado não só por questões etárias, mas pelas diversidades de contexto nas quais se instaura, ressalta-se, por exemplo, a impossibilidade de igualar pobres e marginalizados com os crescidos em situações sociais favorecidas, contexto historicamente vivenciado, em que mesmo em níveis socioeconômicos próximos existem diferenças marcantes de representações sociais, de gênero e raça.

Portanto, esclarece-se que foi considerado a adolescência com o recorte etário legal, uma vez que a pesquisa se realizou a partir da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que faz um recorte geracional para planejamento de suas ações.

Dito isso, a performance dos vínculos é considerada como essencial no desenvolvimento e fortalecimento enquanto estratégias de enfrentamento às vulnerabilidades para essa Política, principalmente das relacionais quando se trata da condição de ser adolescente, o que será apresentada no próximo tópico.

2.1.3 A performance dos vínculos na adolescência

Propõe-se aqui compreender a performance dos vínculos na adolescência, pois, de várias formas nesta pesquisa, perpassa a ideia de vínculo fortalecido como fator de proteção, que pode contribuir para a redução de vulnerabilidades, enquanto propulsor de uma potência de agir para enfrentar situações vulnerabilizantes (Torres e Azevedo, 2013). Então o que seria vínculo e qual a sua importância?

As abordagens sobre o desenvolvimento humano assinalam que os processos de interação social e dependência relacional com outros, desde o início da vida, conferem papéis e regras sociais a serem desempenhados, dependendo do contexto ao qual se inserem (Rossetti-Ferreira *et al.*, 2004):

Os processos de desenvolvimento das pessoas encontram-se situados em contextos cultural e socialmente regulados. Esses contextos, [...] são constituídos pelo ambiente físico e social, pela sua estrutura organizacional e econômica, sendo guiados por funções, regras, rotinas e horários específicos. Eles definem e são definidos pelo número e características das pessoas que os frequentam, sendo ainda marcados pela articulação da história geral e local, entrelaçadas com os objetivos atuais, com os sistemas de valores, as concepções e crenças prevalentes. São, também, definidos por e definem os papéis sociais e as formas de coordenação de papéis/posicionamentos, contribuindo para a construção das relações profissionais, pessoais, afetivas e de poder entre os seus participantes (Rossetti-Ferreira *et al.*, 2004, p. 28)

Sendo assim, para as autoras, os elementos constituintes do cenário social, como o material e o relacional são indissociáveis, e, se aplicam como condição de recursos e instrumentos necessários ao desenvolvimento humano. Dessa forma, o processo de significações é atravessado por matriz sócio histórica composta de elementos culturais, políticos e sociais, que, dialeticamente, se modificam ao longo da história (Rossetti-Ferreira *et al.*, 2004).

O processo de vinculação surge nos primeiros dias de vida e agrega uma conotação transgeracional e imanente aos sujeitos. A relação entre mãe e filho e a importância dos vínculos estabelecidos no cuidado maternal foram estudados por psicólogos de orientação psicanalítica como Melanie Klein, Bowlby e Winnicott, que configuram esses cuidados como os primeiros vínculos estabelecidos, portanto, o “comportamento de vinculação [é entendido] como qualquer ação de um indivíduo para procurar ou manter a proximidade para com um outro” (Oliveira, 2000, p. 158).

Na perspectiva da psicologia social, num processo de relacionamentos, os vínculos interferem no comportamento humano. Durante a convivência, as comunicações e aprendizagens podem desarticular ou cristalizar um comportamento previamente compreendido, e por sua vez permitem instaurar vínculos flexíveis, ou seja, diz respeito não só à repetição do comportamento, mas a possibilidade de criação de novos modos de se relacionar. Trata-se, portanto, de uma estrutura complexa entre sujeitos, numa mútua inter-relação. (Torres e Azevedo, 2013, p. 25).

Os autores apresentam ainda, a concepção de vínculo como consequência dos relacionamentos humanos, nos quais papéis são atribuídos ao sujeito desde o nascer, incidindo, portanto, sobre a participação social. Para ele, estes papéis dizem respeito ao funcionamento do indivíduo frente a uma determinada situação, na qual envolve pessoas ou objetos. A contribuição relevante aqui diz respeito à possibilidade de as relações conferirem ao sujeito uma “pauta social” de expectativas, sendo que na atuação de um desses papéis se pode modificar o repertório sociocultural de um determinado grupo, possibilitando novas respostas a várias situações semelhantes (Torres e Azevedo, 2013, p. 27).

Complementar a esses conceitos, Paugam (2007) irá revisitar as postulações de Durkeim, acerca do papel dos vínculos que atuam em favor da satisfação de necessidades e da integração, numa análise da multiplicidade de pertencimentos. Preconiza duas dimensões do vínculo: uma de proteção e a outra de reconhecimento, sendo que seguem na direção de

“contar com” e de “contar para”, ou seja, o que o indivíduo pode esperar de apoio e o que pode se materializar dessa ligação. Tais vínculos são divididos em quatro tipologias, a depender do tipo de filiação.

Nos vínculos por filiação e parentescos se ancora a função socializadora e identitária, que por sua vez contribui para o desenvolvimento infantil, similar às concepções já discutidas. Nas filiações que ocorrem fora da família, que podem ser estabelecidas com outras pessoas, grupos e instituições, ocorre uma interação mais autônoma do indivíduo e, por conseguinte, tendente a gerar a criação de sua própria rede de pertencimento, para além da família. Já a filiação orgânica diz respeito ao trabalho e à possibilidade de exercer alguma atividade produtiva; e em contrapartida, a desqualificação social tem efeito no enfraquecimento de vínculos. Resta ainda o vínculo pela cidadania, cuja dimensão aqui subjaz como sentimento de pertencimento e, portanto, decorre de direitos e deveres. Para o autor essas filiações são interligadas e complementares (Paugam, 2007).

Sawaia (2004) discorre sobre a dimensão da desqualificação social no processo de fragilidade e ruptura de vínculos sociais que aumenta significativamente o isolamento de quem mora em áreas menos favorecidas. O enfraquecimento dos vínculos por sua vez geram fragilidades e dependências num processo cíclico, assim “os indivíduos tendem a tomar distância progressivamente da grande maioria da população onde o fracasso é visível” (Sawaia, 2004, p.73). Trata-se de uma experiência apreendida por alguns como algo humilhante, que pode levar até mesmo ao distanciamento das relações familiares, principalmente quando atrelado à desclassificação profissional e desemprego.

As perspectivas apresentadas ressaltam a importância dos vínculos e das relações entre as pessoas e os grupos, e como estes interferem, mobilizam e influenciam as ações das pessoas. Dessa forma, o que importa observar é a potência que possui o campo das relações e os vínculos estabelecidos ao longo da vida, que possuem a possibilidade de funcionar como propulsores às mudanças pessoais e sociais (Torres e Azevedo, 2013). Tal premissa alcança principalmente os adolescentes para conhecer as ligações constituídas em suas trajetórias:

Assim, é possível reconhecer que o conjunto de elementos combinados nesta narrativa também fala da produção de ligações entre sujeitos de direito, capazes de afetar e ser afetados nos encontros, produtores e produzidos pelo contexto em que vivem, capazes de escolha e decisões coletivas pelas quais se co-responsabilizam, que participam e combinam objetivos comuns e, assim, aprendem a participar, sentindo-se pertencentes a um lugar, ou seja, capazes de identificar/reconhecer e

afirmar o valor/ qualidade dos vínculos constituídos em sua trajetória (Torres e Azevedo, 2013, p. 30).

Complementar às conceituações de vínculo social, tendo em vista que no presente estudo objetivou-se mapear os espaços de vinculação no território, buscou-se na psicologia ambiental o esclarecimento sobre a teoria do apego ao lugar, pois “[...] à semelhança de laços afetivos entre pessoas, existe o vínculo relativamente duradouro entre pessoa e o ambiente, pela constituição de importância deste último em razão de sua singularidade” (Felippe e Kuhnen, 2012, p. 611). A teoria de apego ao lugar contribui positivamente ao preconizar que os laços afetivos que as pessoas estabelecem com os lugares, decorrentes do papel destes para a identidade pessoal, acarretam em sentimento de pertencimento e apropriação do espaço, e que por sua vez influenciam o modo de ser e fazer dos indivíduos no território em que vivem.

Conciliam com essa perspectiva os pressupostos elencados no conceito de vulnerabilidade sociodemográfica, na pesquisa de Marandola Jr. e Hogan (2009), em que discorrem que as interlocuções grupais definem usos e valores que possibilitam trocas, construções e informações, e, por conseguinte, derivam espaços também de resistência coletiva., segundo os quais,

Os espaços de vida estruturam as interações espaciais e permitem olhar para a região a partir da experiência, ajudando a conectar experiências individuais a construções coletivas. Os territórios, construídos entre lugares (pausas) e trajetos (mobilidades), são fundamentais para compreender a constituição da segurança-insegurança com bases espaciais, individuais e coletivas. A casa, nesse contexto, apresenta-se como elemento importante na medida em que é o ponto zero de onde partem os deslocamentos e o lugar a partir do qual organizamos todo nosso cotidiano (Marandola Jr. e Hogan, 2009, p. 174).

Será o local de moradia, palco para as vivências familiares, em que se baseia o protagonismo na proteção de seus membros. Embora diante de situações vulnerabilizantes, como por exemplo a desqualificação e não inserção no mercado de trabalho, a família é inserida num contexto de sobrecarga e incapacidade, e, dessa forma frente as dificuldades conferidas por um sistema capitalista que dilui as relações sociais e aumenta as desigualdades, resulta em fragilização para o enfrentamento das adversidades e, por vezes traz como consequência: o isolamento social.

Dessa forma, para adentrar no campo de atuação da Assistência Social, e como esta que se insere em um sistema de seguridade social, será brevemente colocado os pressupostos

de proteção social enquanto precursores das seguranças afiançáveis, previstas na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS): de convívio, de renda, de autonomia e de acolhida. Estas, que por sua vez, são trabalhadas nos espaços de convivência no qual os vínculos sociais assumem um papel essencial nas relações humanas, ao sustentar laços afetivos que reverberam em apropriação do território e sentimento de pertencimento.

2.2 Proteção Social

A questão social origina-se de um processo histórico que diz respeito a não divisão equitativa das riquezas no sistema capitalista. No contexto brasileiro, cujo estado democrático de direito ainda se encontra em consolidação, persiste a desigualdade no cotidiano dos cidadãos segregados. Não existe uma universalização da pobreza, pois num mesmo local se identificam diferentes estruturações de classes, mas sempre na manutenção de um grupo privilegiado do ponto de vista tanto econômico quanto social (Izaú, 2017).

Antes de mais nada, a palavra proteção pressupõe amparo, defesa, abrigo, e nesse sentido lança mão da ideia de preservação, numa noção de segurança como direito social. Dessa forma, a “noção de proteção indica, por sua vez, o impedimento de que ocorra a destruição. Diríamos que a proteção é mais vigilante por isso mais preservacionista, pró-ativa desenvolvendo ações para que alguma destruição não venha a ocorrer” (Sposati, 2009,p 6).

Sempre, na história humana, houve cuidado social, mas, somente a partir do século XVIII o poder público foi designado para tal função. Na Alemanha e, posteriormente, na Europa, a proteção social surge em detrimento à Revolução Industrial, enquanto que no Brasil, aparece de forma discreta na década de 30 e expressamente em 1988, com o advento da Constituição Federal.

[...] Nosso país, em que a pobreza pode ser considerada como um fenômeno estrutural, instituiu tardiamente um sistema de proteção social público, não contributivo, com pretensão de alcançar todo cidadão que dele necessitar. Esse sistema prevê que o Estado deve proteger indivíduos e grupos sociais vulneráveis, especialmente em situações que colocam em risco a sua integridade pessoal e seus laços sociais de pertencimento (Cunha, 2009, p. 154)

Dito isso, a proteção social fundamenta-se na dignidade da pessoa humana, implicando o agir em ações de cunho preventivo, bem como na superação de situações estabelecidas nas quais já ocorreram a desproteção. Diz respeito a conjunto de ações públicas que protegem os cidadãos das consequências de questões sociais. A proteção se estende com foco nas fases do desenvolvimento humano, e, acentua a proteção integral à criança e ao adolescente enquanto período peculiar, sendo dada maior ênfase com o estabelecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990. Abrange ainda não só às necessidades sociais mais amplia o escopo para os aspectos econômicos (Sposati, 2009, p. 11). Vale ressaltar

ainda, o aspecto de subsidiar em relação aos cuidados da criança e do adolescente, sendo responsabilidade da família, mas também da sociedade, e por fim, do Estado assegurar seus direitos:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência e enfermidade (Brasil, 1990).

Além disto, tem-se no Brasil a seguridade social com o objetivo de garantir direitos ofertando renda e serviços. Tem como base: a saúde (caracterizada como direito de todos e dever do Estado, independentemente de contribuição); previdência social (direito dos trabalhadores e seus dependentes, de caráter solidário, contributivo e compulsório); e, a assistência social (direito de todos que necessitem independentemente de contribuição). Enfim de maneira geral, sobre as mudanças propostas a partir da Constituição Federal assinala-se que,

[...] ao ampliar legalmente a proteção social para além da vinculação com o emprego formal. Trata-se de uma mudança qualitativa na concepção de proteção que vigorou no país até então, pois inseriu no marco jurídico da cidadania os princípios da seguridade social e da garantia de direitos mínimos e vitais à reprodução social. Nesse sentido, houve uma verdadeira transformação quanto ao *status* das políticas sociais relativamente e suas condições pretéritas de funcionamento. Em primeiro lugar, as novas regras constitucionais romperam com a necessidade do vínculo empregatício-contributivo na estruturação e concessão de benefícios previdenciários aos trabalhadores oriundos do mundo rural. Em segundo lugar, transformaram o conjunto de ações assistencialistas do passado em um embrião para a construção de uma política de assistência social amplamente inclusiva. Em terceiro, estabeleceram o marco institucional inicial para a construção de uma estratégia de universalização no que se refere às políticas de saúde e à educação básica. Além disso, ao propor novas e mais amplas fontes de financiamento – alteração esta consagrada na criação do Orçamento da Seguridade Social – estabeleceu condições materiais objetivas para a efetivação e preservação dos novos direitos de cidadania inscritos na ideia de seguridade e na prática da universalização (Ipea, 2007, p. 8) .

Feito essas considerações preliminares sobre proteção social, vale esclarecer que não desconsiderando outros aspectos que a envolvem, principalmente no que tange a proteção integral ao adolescente, a leitura deste estudo se deu partir da política de assistência social, na qual ancorou-se a metodologia de acesso e abordagem aos adolescentes.

Estratificada pelos níveis de proteção, básica ou especial, estrutura-se em torno de complexidade de atendimento. Baseado no escopo desse estudo, o foco estará na Proteção Social Básica (PSB) que dentre outros tem por objeto a prevenção das situações de vulnerabilidade e riscos sociais no território, cuja atuação se dá em torno do desenvolvimento de potencialidades dos indivíduos, do fortalecimento dos vínculos familiares e do oferecimento de acesso aos direitos de cidadania. A premissa para se alcançar tais objetivos é possuir um bom conhecimento do território e das famílias que nele vivem através do mapeamento das vulnerabilidades e riscos (Brasil, 2009).

Em crescente construção, num processo compartilhado de aprendizado entre partícipes, gestores, conselheiros e trabalhadores, a PNAS tem se consolidado, tentando romper com o paradigma assistencialista, de ações fragmentadas e desarticuladas para uma atuação compartilhada na garantia de acesso a direitos dos cidadãos.

Na tentativa de se criar uma unicidade de ações dentre tantos espaços heterogêneos e diversidades culturais e sociodemográficos, tão característicos do território brasileiro, geram-se desafios que se renovam e requisitam novas articulações e estratégias. Assinala Cunha (2009) que,

[...] a área da assistência social, foi o germe de importantes inovações institucionais, tendo como premissa a construção de um sistema nacional descentralizado e participativo: reafirmou a primazia da responsabilidade do Estado na garantia do direito; atribuiu competências aos três níveis de governo (ainda que algumas fossem concorrentes entre si); admitiu que as organizações sociais que historicamente prestavam serviços nessa área comporiam a rede socioassistencial; garantiu que todas as ações devem ser organizadas sob um único comando – público e governamental – em cada esfera de governo; instituiu a tipologia básica das ações socioassistenciais – programas, projetos, serviços e benefícios; determinou que os recursos para a política devem ser geridos por meio de fundos especiais; instituiu o planejamento articulado das ações; e reforçou a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis [...] (Cunha, 2009, p. 155)

A proteção no âmbito dessa política opera em três situações: relacionadas ao ciclo de vida (em virtude a possíveis vulnerabilidades como no caso dos adolescentes), à fragilidade de convivência familiar (atua com a resiliência e arranjo-familiar enquanto essenciais ao núcleo afetivo) e à dignidade da pessoa humana (atua no direito a heterogeneidade e combate às discriminações, como no caso da violência de gênero ou de abandono) e combate a violações (Sposati, 2009).

Por sua vez estas situações estão atreladas não somente ao contexto político, mas também sócio cultural e ambiental que impacta nas demandas de proteção social e modifica a capacidade de resposta da assistência social. Dessa forma não é obstante falar do atual contexto de austeridade fiscal, em especial com a promulgação da Emenda Constitucional nº 95 de 2016, que limitou os gastos públicos e fixou limites para despesas a cada um dos poderes com vigência prevista para vinte anos (Ipea, 2018).

Podem-se ressaltar as novas regras para os benefícios assistenciais como Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que baseados no discurso de maior fiscalização com vistas à sua manutenção, na prática tratam de uma redução da população beneficiária e, dentre outros aspectos, tem colocado dificultadores que vão desde a logística e operacionalização para atualização dos dados, que mais excluem o que mais necessitam, até as dificuldades de locomoção e acesso às informações(Ipea, 2018).

Além dos discursos fiscais, existe uma vertente que reduz o papel de proteção do Estado diante dos contextos de vulnerabilidade e pobreza. Tais posturas tendem a responsabilizar os indivíduos e famílias pelas situações de precariedade na qual se encontram. Cenário reforçado pela crise econômica a qual perpassa o país e dessa forma aguarda-se um aumento da desproteção social e ampliação das situações de vulnerabilidade (Ipea, 2018).

Face a isso, numa conjuntura local em detrimento a possibilidade do rompimento das barragens de mineradoras instaladas no município e região, já se prevê o impacto econômico no município, tanto do ponto de vista de diminuição de arrecadação de impostos quanto à previsão do aumento do desemprego devido a interrupções de funcionamentos em algumas minas locais.

Portanto, se espera um agravamento nos indicadores sociais como aumento da pobreza, extrema pobreza, desigualdade, desemprego, violência. Além do comprometimento da oferta dos benefícios socioassistenciais que sofrerão os impactos limitantes para efetivar sua cobertura. Estes fatores que impactarão na consolidação da PNAS, impactando nos recursos de financiamento de suas ações e na legitimação frente a sociedade, de forma a prejudicar o alcance de seus princípios e objetivos, como as seguranças as quais deve afiançar: autonomia (desenvolvimento de habilidades para o protagonismo e cidadania); acolhida; convívio; auxílio e renda, sendo estes o cerne de atuação na proteção social desta política (Brasil, 2004).

Embora diante deste contexto desfavorável, numa abordagem conjuntiva, o foco deverá estar nos riscos inerentes ao território e às pessoas que nele vivem, discussão que engendra sobre a vulnerabilidade e as inseguranças sociais e, dialeticamente, a proteção social. Por sua vez, quando em risco ou perigo, a discussão sobre vulnerabilidade conduz a um ponto fundamental que é a identificação dos elementos que a compõe (Marandola Jr. e Hogan, 2009). Pois conforme alerta Sposati (2009):

É preciso destacar que embora riscos e contingências sociais afetem, ou possam afetar todos os cidadãos, as condições para enfrentá-los e superá-los é diferenciada entre esses cidadãos por decorrência da sua condição de vida e da ocorrência da cidadania precária que lhe retira condições de enfrentamento a tais riscos com próprios recursos. Por consequência as sequelas da vivência desses riscos e vulnerabilidades podem ser mais ampliadas para uns do que outros (Sposati, 2009, p. 20)

Essa afirmativa vem ao encontro da questão norteadora desta pesquisa, na qual se acredita na necessidade de compreender quais riscos e vulnerabilidades, sua graduação e como eles se impõem sobre a vida dos adolescentes no município, através do levantamento de dados por intermédio de metodologias que permitam gerar um saber sobre as questões sociais. Portanto, serão descritos os marcos conceituais de território e vulnerabilidades, e sua interface com a adolescência.

2.3 Território e vulnerabilidade social

Sobre o que, em seu território, ela ajunta de tudo, os extremos, delimita, aproxima, propõe transição, une ou mistura: no clima, na flora, na fauna, nos costumes, na geografia, lá se dão encontro, concordemente, as diferentes partes do Brasil. Seu orbe é uma pequena síntese, uma encruzilhada; pois Minas Gerais é muitas. São, pelo menos, várias Minas.

Guimarães Rosa(1957)

A delimitação de territórios nesta pesquisa foram os caracterizados por segregação, negação de acesso a determinados espaços, bens e serviços públicos. Nota-se que, a PNAS por análise territorial preconiza a territorialização de suas ações e a disposição dos equipamentos em proximidade com as áreas de maior vulnerabilidade, resguardando-se as limitações de imóveis que possuam infraestrutura física adequada e acessível, bem como localização com fácil acesso de seus usuários.

2.2.1 Território

Na intenção de romper com tendenciosidade hegemônica, e, reconhecendo as desigualdades e diferenças locais, o posicionamento de proximidade espacial, permitiu potencializar o trabalho com as famílias e seus membros, estreitando os vínculos sociais além de focalizar os esforços (financiamento, equipamentos e equipes) para a eficiência e eficácia de suas ações, sobretudo na PNAS (Filgueiras, 2014).

Diante disso, traremos a conceituação de território e vulnerabilidade dada por alguns autores. Barros e outros (2007) sugerem iniciar pela diferenciação e interlocução dos conceitos de espaço e território, além de inserir como interveniente a ambos a subjetividade. Os autores discorrem sobre a construção de sujeito enquanto ser social, sobre o prisma da psicossociologia, definindo-o como aquele que diante dos conflitos, transformações, contradições inerentes ao ser humano e mesmo sem dominar todas as variantes que lhe são colocadas, consegue seguir a vida, ainda que na contramão de determinantes sociais presentes na estrutura capitalista. Ressalta-se aqui a importância da subjetividade como uma variável inerente à percepção do território:

[...] o homem imprime sua marca no espaço, desenvolve relações de poder e subsiste. E simultaneamente, esse espaço afeta o sujeito, isto é, “faz diferença” no repertório que tem à sua disposição para movimentar-se psicossocialmente, para que busque identificação, segurança e reconhecimento. Somos efetivamente

marcados pelos lugares onde nos movimentamos de diferentes formas (Barros *et al.*, 2007, p. 246)

Posto isto, é importante esclarecer que o espaço antecede o território, pois nele a existência acontece e por ele o sujeito apropria-se do mundo: “é condição, convite e limite para ação” (Barros *et al.*, 2007, p. 246). A partir do momento em que o ser humano imprime uma atividade torna-se território, no qual constrói subjetividade e inscreve sua vivência, ou seja, o sujeito territorializa o espaço ao apropriar-se dele.

Conceitualmente, o território pode ser entendido enquanto espaço físico, mas também como imaterial quando diz respeito ao entendimento da realidade social, evidenciando a maneira como os indivíduos vivenciam esse espaço (Filgueiras, 2014), num âmbito mais proximal, ou seja, o microterritório.

Por isso, interessa aqui o uso do território em si, o que está intrínseco no viver coletivamente, no mesmo espaço. Exemplificando possíveis conectivos entre o adolescente e o território que possuem conotações que o potencializam e/ou fragilizam, dado que o território pode permanecer o mesmo quanto à sua forma, mas a sociedade é dinâmica, o que produz interlocuções de diversas naturezas, enquanto no campo econômico, social e cultural, “o uso do território se dá pela dinâmica dos lugares” (Guerra *et al.*, 2015, p. 72).

Dirce Koga (2013) retrata a importância do “choque de escala” que visa romper com a perspectiva homogeneizante de grupos populacionais específicos. A tentativa é buscar uma aproximação de elementos particulares e estruturantes do território, como se fosse possível “dar um “zoom” e [...] articular às expressões manifestadas nas particularidades e singularidades dos lugares [...] no momento em que se confrontam os grandes números produzidos pela escala mais abrangente da política social e os números miúdos das ocorrências e intercorrências [...] nos territórios” (Koga, 2013, p 34).

A ideia central é tentar compreender, a partir das condições que lhes são dadas, como se processa o cotidiano e a vivência dos adolescentes no microterritório. Este último refere-se a um recorte menor de um grande território, enquanto o espaço de vivência ancora-se no conceito de território, o qual exprime singularidades e subjetividades das pessoas que circulam, residem e relacionam-se num determinado espaço.

Neste estudo, a noção de território adotada no trabalho vai além do espaço geográfico, abrangendo as subjetividades e se interessando pelos espaços onde os encontros e desencontros acontecem, onde acomete a construção e o rompimento de vínculos cotidianos, aos quais podem ser incorporados sentidos e significados ao espaço em que os

indivíduos vivem e transitam (Koga, 2002; Romagnoli, 2014). Isto corrobora para uma dimensão do espaço vivido, heterogêneo, composto por trajetos e conexões que não ocorre de igual modo na cidade:

O lugar é conceituado na dimensão da experiência, perpassando as escalas individual, coletiva, nas suas diversas esferas, e consubstanciando também as escalas espaciais ocorrência dos fenômenos físicos, sociais e identitários. O lugar é, portanto, centro da afetividade e da razão sensível, constituindo-se no foco da experiência humana. No entanto, o lugar também possui uma dimensão coletiva, que diz respeito às relações históricas que a comunidade estabelece e demarca no espaço. Em vista disso, monumentos, ruas, edifícios, parques, rios, árvores, florestas, bancos de praça, um mastro ou mesmo uma paisagem podem constituir lugares relacionados à historicidade, memória e à identidade de certo grupo (Marandola Jr. e Hogan, 2009, p. 167).

Buscando entender os processos percursivos dessas características do território, mostra-se necessário transitar pelos mecanismos de segregação presente nas grandes cidades, aspectos materiais e subjetivos que interferem na percepção do sujeito sobre o local em que vive.

2.2.2 Fronteiras negadas

Bauman (2009) escreve sobre sentimentos de medos e incertezas vivenciados na modernidade da vida urbana, baseado em seus estudos realizados em Milão. Ele retrata a destituição da proteção social das cidades globais, as quais assumem a função capitalista de objeto de fluxo, de pessoas e de renda, dividindo-se entre pobres e ricos; bairros nobres e periferias, situação que cada vez mais intensifica-se nas pressões sociais produzindo uma verticalização: os mais ricos desfrutam da ampliação do mercado e dos resultados de suas potencialidades, enquanto os mais pobres permanecem em sua miserabilidade. O efeito desse duplo movimento projeta-se também na forma urbanística na vida das pessoas que residem na cidade, principalmente pela ocorrência da valorização das áreas centrais, onde se concentram os serviços públicos e a oferta de bens e serviços, e das áreas nobres, em detrimento de degradação das áreas marginais e periféricas.

A sociedade moderna substituiu os laços naturais, estabelecidos dentro da comunidade e das corporações, por laços artificiais, como sindicatos e associações que se unem diante da necessidade de defesa de direitos de seus representados, caracterizados por sua incapacidade de se conformar e pelas lutas coletivas com objetivos comuns (Bauman, 2009).

Entretanto, ocorreram transformações societárias e houve uma dissolução das relações solidárias dos laços ainda que artificiais. Atualmente denominada como sociedade líquida e competitiva, na qual “[...] os indivíduos foram abandonados a si mesmos” (Bauman, 2009, p. 21). Com essa liquefação das relações o medo de inadequação leva a uma busca solitária por habilidades e recursos funcionais. Aos menos adaptados restam os estereótipos de “classe perigosa”, à margem da sociedade e com poucas chances de reintegração.

Este cenário culminou na propagação do medo como forma de proteção aos perigos que os pobres supostamente representam. Segue, portanto, a perpetuação resultante do histórico de desigualdade social: a pobreza como sinônimo de marginalidade (Bauman, 2009).

Analiticamente, os estereótipos que envolvem a pobreza e periferia foram considerados enganosos nomeados por “mito da marginalidade” (Perlman, 1977). O autor considerou em suas pesquisas tanto os aspectos sociais e econômicos quanto aqueles culturais e políticos, concluindo que as populações residentes nessas áreas, não estão à margem, mas sim excluídos e explorados por um sistema social fechado, apreendidos como ameaçadores de estabilidade.

Dentro desse contexto, Sawaia (2007) discorre sobre o processo complexo e multifacetado da dialética exclusão/inclusão, que não retrata uma falha no sistema e na desordem social, ao contrário, representa o produto do funcionamento de uma sociedade que exclui para incluir, dando um caráter ilusório de inclusão num circuito de insuficiência e privações, de culpabilização individual com mecanismos de coerção social, que se manifestam na subjetividade, sociabilidade e afetividade.

Nesse sentido, Wacquant (2001) preconiza que conhecer o adolescente morador de um “lugar condenado” traz à tona uma complexa dinâmica de exclusão social, pois morar numa determinada “quebrada” traz marcas em seus corpos impregnados pelo estigma da segregação social e racial. Não se pode esquecer ainda que, nesses territórios, a “raça” está intrinsicamente relacionada com a vulnerabilidade social. Cenário que se perpetua historicamente nas sociedades sobre a reconfiguração das diversas opressões (de classe, de gênero e de raça), em resposta às necessidades do sistema produtivo de bens e serviços constituintes das desigualdades sociais, processos estes instituídos desde a colonização da América Latina, nos qual herdou-se a classificação e a divisão da sociedade tal como posto (Davis, 2013).

Exemplificando numa conjuntura local, os adolescentes do sexo masculino, negros e pardos possuem uma maior taxa de mortalidade por causas externas e maior percentual de evasão escolar. Além disso, em relação a eles os percentuais de crimes violentos são sempre maiores, se comparados aos do sexo feminino, com tendência a crescimento ao longo do tempo (Pucminas, 2016). Essas diferenciações de gênero e raça, são consideradas como intervenientes na percepção e vivência no território e na construção metodológica aqui proposta.

Considerando o território com suas especificidades e particularidades, conhecer o território diz respeito a mapear fragilidades e potencialidades dos que ali vivem, frutos da estrutural desigualdade social que se revela em vulnerabilidade social. Dessa forma, no próximo tópico será discutido este conceito.

2.2.3 Marco conceitual de vulnerabilidade social

Segundo Ayres *et al* (2012), o conceito de vulnerabilidade é originário da advocacia internacional, utilizado para designar grupos ou indivíduos fragilizados quanto à garantia de seus direitos de cidadania. Na década de 90, o termo ganhou espaço na área da saúde diante da progressiva epidemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS) e da necessidade de romper com as segregações em relação aos grupos de risco.

A adoção deste conceito ampliou as possibilidades de compreensão do processo de adoecimento de uma população, rompendo com o paradigma no qual se considerava apenas os aspectos individuais e biológicos, numa tendência errônea em culpabilizar os sujeitos, pelas situações de vulnerabilidade a qual se inserem (Carmo e Guizardi, 2018, p. 7). Haja vista que em situações de risco, deve se considerar que toda uma população está acometida com a estrutura desigual resultantes do sistema capitalista.

Segundo Carmo e Guizardi (2018), ao se propagar a concepção de determinantes sociais de saúde, que contrapõe a noção estritamente biológica que caracteriza o processo saúde doença, estabelecendo uma relação mais estreita com a concepção de vulnerabilidade, as ações da política de saúde adotam uma perspectiva que abarcam os “[...] múltiplos fatores que incidem no cotidiano de vida dos sujeitos em seus territórios, contribuindo para a promoção ou deterioração dos seus estados de saúde” (Carmo e Guizardi, 2018, p. 8)

Desse modo a noção de vulnerabilidade na saúde advém da percepção da chance de adoecimento, sendo resultante não somente de aspectos individuais (comportamentos,

valores, relacionais, físicos, etc.), mas também coletivos e contextuais, que dizem respeito à disponibilidade de recursos de diversas dimensões, além da organização social (gênero, cultura, acesso a serviços públicos etc.), e da dimensão programática, que diz respeito ao setor de saúde e qualidade dos serviços ofertados à população (Ayres *et al.*, 2012).

Ayres *et al* (2003) apresenta três qualidades indissociáveis do conceito de vulnerabilidade: a primeira refere-se ao seu caráter multidimensional, que diz respeito àquilo que vulnerabiliza um indivíduo e que não necessariamente acomete da mesma forma o outro; a segunda, trata de seu caráter não binário, ou seja, possui gradações e, por último, não é estanque, mudando suas dimensões ao longo do tempo.

Já nas ciências sociais o termo vulnerabilidade tornou-se um elemento essencial associado aos estudos de exclusão e periferização. Num primeiro momento, atrelado à questão da pobreza e a noção de risco (Alvarenga, 2012). Carmo e Guizardi (2018) explicam que a conexão entre o conceito de risco e vulnerabilidade a priori passou pela concepção de uma condição frágil do indivíduo, relacionada por uma situação de vulnerabilidade exposta a um certo risco. Para as autoras, no escopo da assistência social, o termo “engloba situações entre a iminência de um risco e a desvinculação ou desfiliação social” (Carmo e Guizardi, 2018, p.7).

Sendo assim, é acrescido o termo social, sinalizando uma ampliação da concepção que abarca a compreensão multifatorial na qual concebe que não somente as privações e desigualdades ocasionadas pela pobreza resultam em diferentes vulnerabilidades:

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) explicitou em seu texto que a vulnerabilidade social, expressa por diferentes situações que podem acometer os sujeitos em seus contextos de vida, é o campo de atuação de suas ações. A concepção de vulnerabilidade denota a multideterminação de sua gênese não estritamente condicionada à ausência ou precariedade no acesso à renda, mas atrelada também às fragilidades de vínculos afetivo-relacionais e desigualdade de acesso a bens e serviços públicos (Carmo e Guizardi, 2018, p. 2)

Pode-se ponderar que apesar da vulnerabilidade se instaurar em uma maior gradação para as populações pobres e, embora a questão econômica seja extremamente relevante, ainda assim, não possui um caráter determinante. Na medida em que o acesso aos meios de superação dessas situações é dificultado ou indisponível, caracterizado por inseguranças, incertezas quanto a manutenção da vida. Estas situações interferem diretamente num contexto de vulnerabilidade, no que diz respeito a garantia de direitos e de proteção social.

Então, não se limitando às dificuldades socioeconômicas, associam-se a outras questões, tais como baixo nível de escolaridade, perfil familiar, características demográficas dos grupos sociais, isto é, um cenário que coloca ou pode colocar, famílias e indivíduos, em situações de baixo potencial para o enfrentamento do risco,

Devido ao precário acesso à renda, os sujeitos ficam privados ou acessam com mais dificuldade os meios de superação das vulnerabilidades vivenciadas, sejam tais meios materiais ou capacidades impalpáveis, como a autonomia, a liberdade, o respeito. É nesse sentido que se torna possível associar a vulnerabilidade à precariedade no acesso à garantia de direitos e proteção social, caracterizando a ocorrência de incertezas e inseguranças e o frágil ou nulo acesso a serviços e recursos para a manutenção da vida com qualidade (Carmo e Guizardi, 2018, p. 7)

Coaduna com o ponto de vista político defendido por Kaztman e Filgueira (2006) que discursam a vulnerabilidade social atrelada à concepção de proteção social enquanto dever do Estado: recursos ou a falta deles acumulados tanto pelo indivíduo como pela família e comunidade, “[...] chamamos de vulnerabilidade ante a pobreza ou a exclusão social as situações que surgem quando as configurações de recursos que controlam e podem movimentar os municípios não são suficientes para aproveitar as estruturas de oportunidade de acesso ao bem-estar” (Kaztman e Filgueira, 2006, p. 71).

Amplamente Vignolli (2006), defende a vulnerabilidade como uma condição de resposta frente à adversidade de diferentes origens, desde ambientais, fisiológicas, psicológicas, legais, econômicas e sociais. Destaca alguns aspectos desencadeantes de vulnerabilidade social:

Ciclo de vida (algumas etapas do ciclo de vida são mais vulneráveis); Crise econômica e desastres ambientais; Incerteza, insegurança e rupturas da complexidade da vida social da modernidade avançada; Desproteção em decorrência da erosão do Estado e da família; Carência pela desatualização ou imobilidade de capital físico, humano e social, associada à incapacidade de influenciar decisões que distribuem recursos; Dinamismo das condições de pobreza (os fatores que determinam uma receita pequena e persistente) (Vignolli, 2006, p. 96).

Pode se dizer que as concepções do conceito de vulnerabilidade social, tanto para a saúde quanto para a assistência social, sinalizam para um fenômeno múltiplo, cujo olhar sobre o sujeito integra e constata que as demandas e as necessidades convergem para suscetibilidades contextuais de vivências tanto de desigualdades quanto de injustiças sociais.

Mas também inserem um horizonte: uma prospecção que sob a vulnerabilidade reside a égide do seu enfrentamento. Deve-se, portanto, cobrar a garantia dos direitos pelo poder público, através da execução de serviços que caracterizem uma proximidade com o cotidiano de vida das famílias, no qual a vulnerabilidade se constitui.

Sendo assim, considerando a adolescência enquanto fase desenvolvimento na qual nas quais as interações sociais e os vínculos possuem um papel enlace com o social, o caráter preventivo das ações e intervenções sociais possui uma dimensão crucial num contexto de vulnerabilidade. Sobretudo, frente às vulnerabilidades relacionais que se constitui em um desafio, mas, contudo, uma oportunidade que deve ser potencializada. Ainda que seja difícil distinguir onde se inicia e ou termina a vulnerabilidade social e relacional, pois se acometem quase sempre concomitantemente num processo dinâmico.

No próximo tópico será elencado algumas situações nas quais os adolescentes vivenciam no decorrer de sua dinâmica da vida que podem em algum momento deflagrar em vulnerabilidades, sobretudo, a relacional.

2.4 Adolescência e desafios frente às vulnerabilidades relacionais

Para a Assistência Social as vulnerabilidades relacionais dizem respeito aos vínculos estabelecidos em meio familiar e social, numa relação proximal que origina um sentimento de pertencimento a uma determinada comunidade, e, portanto, constitui-se matéria de intervenção visando a garantia da segurança de convívio, tão preconizados enquanto direito ao convívio familiar e comunitário nos marcos regulatórios no que diz respeito não somente à proteção de crianças e adolescentes, mas aos indivíduos e famílias enquanto aspecto de proteção social.

Torres e Azevedo (2013) elencam algumas situações que podem resultar em vulnerabilidades relacionais, conforme demonstrado na figura 2:

Figura 1 - Diagrama das vulnerabilidades relacionais



Fonte: Torres e Azevedo (2013)

Essas situações possuem um caráter dinâmico e não acometem às pessoas da mesma forma. Além disso, nem todos os tipos de relação são capazes de proteger e, as que as são, devem ser potencializadas. Os autores elencam alguns sinalizadores quanto à dinâmica que se acometem as vulnerabilidades relacionais, como:

[...] algumas relações de parentesco são fonte de afeto e apoio ordinário; algumas relações com amigos são fonte de afeto, valorização e prazer de viver juntos; algumas relações são fonte de parceria e realizações produtivas; algumas relações de cidadania são fonte de aprendizado, de diálogo e conquistas; as relações com os profissionais da rede pública de atendimento são fonte de referência no enfrentamento das situações de vulnerabilidade (Torres e Azevedo, 2013, p. 50 - 54).

Segundo Castro (2007) algumas situações são “vulnerabilizantes” que incorrem sobre os adolescentes, tais como: “desemprego, o envolvimento em violências, exposição HIV/AIDS, índices de gravidez entre adolescentes e vitimização/atuação em atos de violência” (Castro, 2007, p. 179).

Para Lacadée (2017), numa leitura psicanalítica, as situações de risco vivenciadas pelos adolescentes são resultantes de um processo da falta de transmissão geracional e de referência ou dos ritos de passagem, condição que os colocam em uma posição de construir sentido à existência para distinguirem-se dos outros. Nessas experiências, alguns podem apresentar algumas condutas que ele denomina de “condutas de risco”:

O termo condutas de risco, aplicado às jovens gerações designa condutas nas quais o traço comum é a exposição a uma probabilidade não negligenciável de se ferir ou morrer, de lesar seu futuro pessoal ou de colocar sua saúde em perigo: toxicomania, alcoolismo, velocidade na estrada, tentativas de suicídio, transtornos alimentares, fugas, etc. [...] (Lacadée, 2017, p. 149).

Não existe, para o autor, um determinismo quanto aos motivos que desencadeiam tais comportamentos; são situações individuais e singulares no curso da vida, que denotam tentativas de ritualizar e existir no mundo. Elenca algumas situações, que podem se inscrever de forma ambivalente que poderiam desencadear tais condutas:

[...] abandono, na indiferença familiar, no sentimento de não contar, mas também na superproteção e no rejuvenescimento de muitos pais se identificando com suas crianças, em uma negação de sua responsabilidade de mais velhos. Talvez a violência ou os abusos sexuais, o desentendimento do casal parental, a hostilidade de um padrasto ou de uma madrasta em uma família recomposta, exilada de si (Lacadée, 2017, p. 149).

Com perspectivas semelhantes, Guerra e outros (2015) elencam hipóteses para problematizar a adolescência vivenciada em risco, estabelecendo alguns conectivos de caráter dinâmico e intermitente, que ocorrem no curso da vida e em diferentes direções,

atuando ao mesmo tempo como “enlace e desenlace”, tanto num contexto individual ou social, conforme enumera: “território, grupos rivais; pai ausente, paternidade precoce, lazer, espaço compartilhado, sentimento de pertença e origem comum; igreja, responsabilidade, trabalho, dinheiro, namorada” (Guerra *et al.*, 2015, p. 103). Os autores esclarecem essa dinâmica exemplificando que ao mesmo tempo em que a família pode promover o desenlace por uma situação intrafamiliar, como o pai ausente ou violento, que se refaz através de um nascimento de um irmão, (Guerra *et al.*, 2015).

Dito isso, a interpretação subjetiva inscrita na realidade do adolescente, assim como os múltiplos fatores que compõem uma situação de vulnerabilidade relacional, são também características do território. Agregam-se às vinculações territoriais, ligadas ao sentimento de pertencimento potencializado por espaços coletivos que propiciem lazer, cultura, acesso a bens e serviços, enfim, suas possibilidades de vinculação social enquanto potencialidades.

Quanto aos riscos que não favorecem o enfrentamento das vulnerabilidades enumeram-se: a relação proximal com o crime; as condições econômicas adversas; a exposição à violência; mapeando os espaços e as experiências favorecedoras, conforme descrito no capítulo 4 (Metodologia).

Acerca do que foi exposto, tem-se que:

[...] os territórios são produções da interação do meio físico humano e não humano (ambiente), em que a trama das relações cotidianas, seus modos de vida, sua configuração topográfica e morfológica, suas condições de urbanização e infraestrutura urbana [...] compõem o cenário e a história ali vivida (Torres e Azevedo, 2013, p. 53).

São, portanto, nos territórios, que as vulnerabilidades desencadeiam questões como os vínculos relacionais enfraquecidos e/ou rompidos, desigualdades para além da sua expressão econômica e cotidianos que perpassam por processos de exclusão/inclusão, onde se inscrevem as vulnerabilidades e os riscos. Daí a importância de se valorizar a convivência enquanto fator protetivo e método de trabalho, cujo resultado pode promover sociabilidades e vínculos relacionais positivos.

Dessa forma, abordar-se-á as atividades coletivas enquanto metodologia para o fortalecimento dos vínculos, sobretudo essencial nesse momento da vida em desenvolvimento, palco de constantes vicissitudes.

2.4.1 Atividades coletivas: um método de fortalecimento de vínculos

As atividades coletivas, que visam um processo grupal, conferem estratégia recorrente nas áreas da educação, da saúde e da assistência social, dentre outras. Os possíveis vínculos sociais a serem estabelecidos nesses processos, seja com pares ou com líderes, possibilitam e ampliam laços sociais, que se efetivam como fatores de proteção (Afonso, 2000). Constituem uma estratégia favorável de socialização e formação de redes afetivas que contribuem para prevenção à violência e fortalecimento de vínculos. Como destaca Melo *et al* (2010), é imprescindível “resgatar cada espaço de convivência, essa competência de falar e agir que nos dá a todos condição de sujeitos e explorar ao máximo as potencialidades criativas e criadoras da fala” (Melo *et al*, 2010, p. 182).

O fenômeno grupal produz alterações e modificações na vida psíquica de seus membros, exercendo influência de tal forma sobre o indivíduo que pode se constituir como uma contribuição positiva ou exercer pressão sobre o mesmo. Ocorre um processo de identificação com o líder e também com os pares, no qual o sujeito renuncia às diferenças individuais, tornando-se sugestível ao grupo e ao seu objetivo comum. Os laços emocionais grupais não são libidinais, mas ampliados para outros mecanismos chamados identificações, numa leitura psicanalítica, nos quais se instaura o laço emocional com outra pessoa e perpassa pela figura do líder, conforme explana Melo *et al* (2010):

O laço mútuo existente entre os membros de um grupo é de natureza de uma identificação desse tipo baseada numa importante qualidade emocional comum, e podemos suspeitar que essa qualidade comum reside na natureza do laço com o líder (Melo, 2010, p. 169).

Os mecanismos de identificação ocorrem e contribuem para que o sujeito se avalie e reveja uma posição subjetiva frente a uma determinada questão. Com esse ponto de vista pode-se pensar que se constituem em uma estratégia viável de regaste do empoderamento e fortalecimento.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias, realizado por meio do Serviço de Proteção Integral à Família (PAIF) no âmbito da PSB. Realiza atendimentos em grupo, com atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, que propiciam a intervenção social planejada criando situações desafiadoras aos usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares. Os usuários do SCFV são

organizados em grupos, a partir de faixas etárias ou intergeracionais, garantindo a matricialidade sociofamiliar da política de assistência social (Brasil, 2009).

O trabalho nos grupos é organizado em percursos, com o intuito de estimular as trocas culturais e vivenciais, de desenvolver o sentimento de pertencimento e de identidade, de fortalecer os vínculos familiares, sempre sob a perspectiva de incentivar a socialização e a convivência familiar e comunitária. Conforme detalha a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009), as atividades a serem desenvolvidas com os adolescentes têm como foco:

[...] o fortalecimento da convivência familiar e comunitária e contribui para o retorno ou permanência dos adolescentes e jovens na escola, por meio do desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho. As atividades devem abordar as questões relevantes sobre a juventude, contribuindo para a construção de novos conhecimentos e formação de atitudes e valores que reflitam no desenvolvimento integral do jovem. As atividades também devem desenvolver habilidades gerais, tais como a capacidade comunicativa e a inclusão digital de modo a orientar o jovem para a escolha profissional, bem como realizar ações com foco na convivência social por meio da arte-cultura e esporte-lazer. As intervenções devem valorizar a pluralidade e a singularidade da condição juvenil e suas formas particulares de sociabilidade; sensibilizar para os desafios da realidade social, cultural, ambiental e política de seu meio social; criar oportunidades de acesso a direitos; estimular práticas associativas e as diferentes formas de expressão dos interesses, posicionamentos e visões de mundo de jovens no espaço público (BRASIL, p.16, 2009).

Ao encontro dessa perspectiva, Libânio (2016) constata em sua pesquisa a intervenção realizada na periferia de Belo Horizonte com adolescentes em oficinas de construção de mapas coletivos, transformação de aspectos relacionados à autoestima e ao autorreconhecimento dos moradores dessas áreas, ocorrendo a construção e reconstrução identificatórias e de reconhecimento social, com redução de preconceitos, além de possibilidade de ampliação de acessos a diversos programas e projetos, governamentais ou não, através do empoderamento e de articulações territoriais.

Esse processo é possível diante da organização dos adolescentes no espaço em busca de lazer e de vivenciar a cidade de forma bem peculiar. Os adolescentes das áreas marginalizadas constroem mecanismos à sua exclusão do convívio social “[...] com a construção de modelos habitacionais ou culturais e sociais que os colocam sempre fora do centro, ainda que de forma simbólica, quando ao “furar” a barreira do limite físico e adentrar a essa cidade reservada a um setor de classe [...]” (Figueiras, 2014, p. 97). Daí a importância de se realizar as ações e intervenções coletivas visando a superação de adversidades.

Foi observado que nas atividades coletivas utilizadas como metodologia usual na PNAS, visando fortalecimento de vínculos entre adolescentes apoiados pelo PAIF da Prefeitura de Belo Horizonte restou evidente a importância do vínculo dos técnicos com os adolescentes, em uma via de mão dupla, que reverberou na adesão dos adolescentes às atividades grupais propostas, conforme veremos algumas notas práticas.

2.4.2 Notas da prática de atividades coletivas no âmbito da proteção básica

No município de Belo Horizonte, durante os seminários de encerramento das supervisões de casos “SUAS Conexões 2018”, foi possível apreender a potência da convivência, através das Oficinas do PAIF, ofertadas no âmbito da PSB:

“Queria pedir pra não acabar, com a oficina a gente aprende” (Adolescente participante)

As falas se iniciavam com um apelo, afinal, devido a um número não expressivo de participantes, aquela oficina estava sendo reavaliada com prospecção de não continuidade para o próximo ano. Concorriam com esse posicionamento os técnicos que, caso a caso, acompanhavam os adolescentes ali presentes e possuíam a dimensão dos resultados. Logo, as críticas ao sistema de monitoramento e avaliação que, por vezes, se detêm em análise quantitativa, não permitindo que se demonstrem ações de cunho qualitativo nem a potência de seus resultados individuais e singulares na vida dos adolescentes e usuários participantes ao serviço que está sendo prestado.

Cada um por vez toma a palavra e enaltece o sentimento de pertença e os vínculos que constituíram ao longo das oficinas. Estas, que faziam parte da temática “Mundo do Trabalho”, no qual estavam sendo trabalhadas questões como elaboração de currículo, orientação vocacional e orientação de participação em dinâmicas de seleção grupal. Mas, sobretudo, as questões que perpassam a adolescência são demandas, efeito secundário ao principal esperado:

Queria pedir pra não acabar, com a oficina a gente aprende (Adolescente participante)

Conviver é muito difícil e tem muita gente que não sabe conviver (Adolescente participante)

O projeto possui tamanha potência que consegue alcançar o tão difícil público prioritário, em situação de maior vulnerabilidade, demandas do próprio adolescente, como uma das participantes, mãe aos 15 anos, em cena com seu filho ao colo. Outro ponto relatado por alguns foi o fato deles terem “apresentado” à família os serviços do CRAS. A partir, daí a família reconhece o equipamento e faz uso dos Serviços Socioassistenciais por ali ofertados.

Percebe-se a integralidade das seguranças em uma única atividade coletiva: acolhida, renda, convivência e autonomia. Deve-se estar preparado, no entanto, que quanto mais laço, mais demandas, mais trabalho.

“O pai quer que a gente trabalhe, mas não é o que a gente quer, querem prender a gente e a gente fica sufocado” (Adolescente participante)

“Os técnicos do CRAS acreditam na gente, no nosso sonho... enquanto nossos próprios pais não entendem nem respeitam...” (Adolescente participante)

A escuta promovida pelo projeto gerou adesão, além da promoção da segurança de convívio e de sobrevivência (rendimento e autonomia). Como os dispositivos institucionais podem atuar com mais porosidade, e alcançar a possibilidade de um mundo diferente? A resposta veio dos próprios adolescentes:

*“Só conseguimos conviver falando, e tem muita gente que não sabe conviver!”
(Adolescente participante)*

Apesar dos aspectos positivos, detectou-se que os dispositivos possuem um histórico que interfere na promoção dos serviços, e os limites territoriais dificultam o acesso ao Equipamento. Esse ponto é crucial porque, por vezes, o território de vivência extrapola os limites e fronteiras em que, administrativamente, são organizadas as políticas públicas, como por exemplo a “área de abrangência” de um posto de saúde e/ou de um CRAS. Essa divisão, que visa garantir o acesso a programas e serviços no território, pode acabar atuando como fator excludente e limitar o acesso a direitos.

Surge a proposta dos próprios adolescentes, de um grupo ao outro: uma espécie de cooperação mútua para potencializar as ações e compartilhar estratégias para manter essa atividade funcionando, aumentando o número de participantes na oficina. Arranjos

inusitados, trocas que esses adolescentes construíram num espaço de capacitação destinados aos técnicos: espaços potencializados!

Foram relatados ainda, os aprendizados entre os encontros do teatro intergeracional, com idosos e adolescentes, sua perspectiva e resistências iniciais, preconceitos e paradigmas rompidos, resultando num trabalho enriquecedor de aprendizado no final das atividades.

Os técnicos da média complexidade de atenção, por sua vez, levantaram uma questão: “Como construir vínculos, em um lugar genuinamente atribuído como penalização?” Como o Serviço Especializado de Atendimento à Famílias e Indivíduos (PAEFI), no âmbito da Alta Complexidade da PNAS, em que muitos adolescentes e suas famílias se encontram em acompanhamento, em cumprimento de medidas protetivas. A saída, muitas vezes, foi sinalizada pelos próprios técnicos na construção de vínculo com outro equipamento público, numa perspectiva de trabalho em rede. Como, por exemplo, a viabilidade de encaminhamentos para saúde, como possibilidade de se encontrar um lugar onde possam ser acolhidos e ouvidos sem resistência.

Em síntese, os conceitos trabalhados nesse capítulo, vulnerabilidades dizem respeito a situações, ainda que temporárias, em virtude da pobreza ou privação de renda, bem como ao acesso a serviços públicos. Podem ainda serem atribuídas à fragilização de vínculos afetivos, sejam relacionais ou de pertencimento social, em contextos que podem levar à exclusão social dos sujeitos.

Tais aspectos correlacionam-se conceito de território, enquanto espaço vivido, onde se exprimem as relações sociais, que por sua vez compreendem a forma como as pessoas se apropriam e interagem com o ambiente físico.

Enquanto método de intervenção, a PNAS lança mão de atividades coletivas, que considerando os aspectos peculiares da adolescência, consistem numa estratégia de enfrentamento com potencialidades (Vignolli, 2006).

Dito isso, serão descritos o percurso metodológico e a abordagem aos adolescentes, o delineamento dado à pesquisa e os procedimentos realizados para a coleta e interpretação dos dados.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória de cunho qualitativo, cuja coleta de dados foi realizada através de entrevistas narrativas com os adolescentes sobre como eles se inscrevem no território de vivência e se apropriam dos espaços urbanos, bem como desenvolvem seus vínculos sociais. Para alcançar o objetivo de mapear os espaços de vinculação no território, foi utilizada a cartografia. Utilizou-se ainda diário de campo, para auxiliar na identificação de pontos importantes durante a coleta de dados, compondo base para a análise.

Cabe aqui destacar a principal característica do uso da pesquisa qualitativa, que consiste em sua capacidade de aprofundar o conhecimento do objeto de análise resultando em uma compreensão diferenciada dos fenômenos. (Taquette e Villela, 2017) demarcam a importância dos estudos qualitativos para o esclarecimento de fenômenos e dimensões subjetivas, que permitem “apreensão da realidade social, história, significados, motivos, crenças e valores dos atores sociais” (Taquette e Villela, 2017, p.08). Destacam-se as concepções de Minayo(2017) para a possibilidade de generalização dos achados, pois trata-se de fenômenos humanos, cujos processos ocorrem de forma semelhante, num caráter universal, ainda que não se tenha significância estatística. A autora adverte ainda para importância de que seja resguardada a qualidade metodológica, de forma que se garanta a cientificidade das pesquisas qualitativas.

Quanto ao método, as entrevistas narrativas explicitam uma abordagem abrangente, uma forma com que a pessoa exprime a sua organização de mundo: como sente, avalia e vivencia o mundo. Portanto, a análise de narrativas permite ao pesquisador extrair representações contextualizadas com as vivências pessoais (Flick, 2009b). Para este estudo, essa técnica traz à luz alguns aspectos importantes aos objetivos propostos, já que um dos temas frequentes nas narrativas diz respeito ao sentimento de pertencimento ou de separação, na medida que caracteriza a identidade, constituindo-se um aspecto importante para muitos dos entrevistados.

As entrevistas foram iniciadas com uma questão gerativa, que além de estimular o entrevistado, manteve o foco no tópico de interesse da pesquisa. As intervenções ocorreram ao final, objetivando esclarecer algum ponto narrado anteriormente, considerado como a “fase do equilíbrio” (Flick, 2009a, p. 170). Esse método vai além do modelo pergunta-resposta, possui uma estrutura e um disparador da narração, também denominado de questão gerativa. Tendo como premissa os objetivos deste estudo, a questão gerativa foi: “*A minha*

pesquisa é sobre o local em que você vive, quais os lugares nos quais você vive ou por onde você circula. Para isso gostaria de conhecer você, saber quem você é... você pode levar o tempo que for preciso para isso, pois tudo que for importante para você, me interessa”!

Entretanto, durante as entrevistas, a fase das questões imanentes, consideradas como questões esclarecedoras na qual se utilizam das palavras do entrevistado para completar as lacunas da história, ocorreu de forma precoce. Resguardando para não denotar uma investigação de pontos contraditórios, os questionamentos foram baseados nas anotações realizadas durante a narração. O ápice das entrevistas ocorreu nas fases conclusivas, após a interrupção das gravações, construindo um momento descontraído, em que ainda foram empregadas questões explicativas e registradas após finalizadas as entrevistas (Bauer *et al.*).

Os dados foram estudados por intermédio da análise de conteúdo categorial dos temas que se apresentam no texto, resultando em agrupamentos de ideias comuns entre os adolescentes, viabilizando estabelecer categorias que possibilitassem a interpretação dos dados. A análise consistiu em reduzir o texto de forma gradual, condensando sentidos e generalizações a partir da transcrição das entrevistas. Posteriormente, todos os aspectos relevantes para a pesquisa foram interpretados de forma conjunta, mas singulares a cada adolescente participante.

Para organizar e hierarquizar os códigos, que consiste na identificação do conteúdo de interesse, identificado na leitura das transcrições, utilizou-se uma tabela síntese das codificações para facilitar a visualização dos dados, possibilitando uma leitura comparativa das entrevistas (Muylaert *et al.*, 2014).

Após a transcrição dos dados, foi realizada uma análise de cada entrevista separadamente; com a retomada da audição dos áudios para possíveis esclarecimentos e/ou correções. Num segundo momento, as entrevistas foram estruturadas separadamente, de acordo como os elementos narrativos e bibliográficos (conforme Apêndice A), proposto por Gibbs (2009).

Por fim, para o fechamento da análise, as interpretações das entrevistas foram baseadas nas leituras e reflexões da antropologia, da PNAS em interlocução com a ética da psicanálise permitindo explicitar as percepções singulares de cada adolescente.

Para auxiliar na identificação de vinculação a espaços e afetos, foi solicitado aos participantes, após o final das entrevistas, a construção de um mapa que representasse os lugares que acessam, a partir de uma folha em branco. Trata-se aqui do uso da cartografia, não como ponto principal de sua representação gráfica do espaço, mas usufruindo de sua

característica representativa que permite uma análise da dinâmica que constitui a realidade, a partir de uma escala mais próxima do cotidiano dos adolescentes.

Libânio (2016) esclarece que por meio deste tipo de mapeamento, o ponto de vista individual, as emoções e os desejos são projetados, enquanto o ponto de vista coletivo amplia o reconhecimento social e político do território, por conseguinte, surgem perspectivas interessantes que enriquecem as análises.

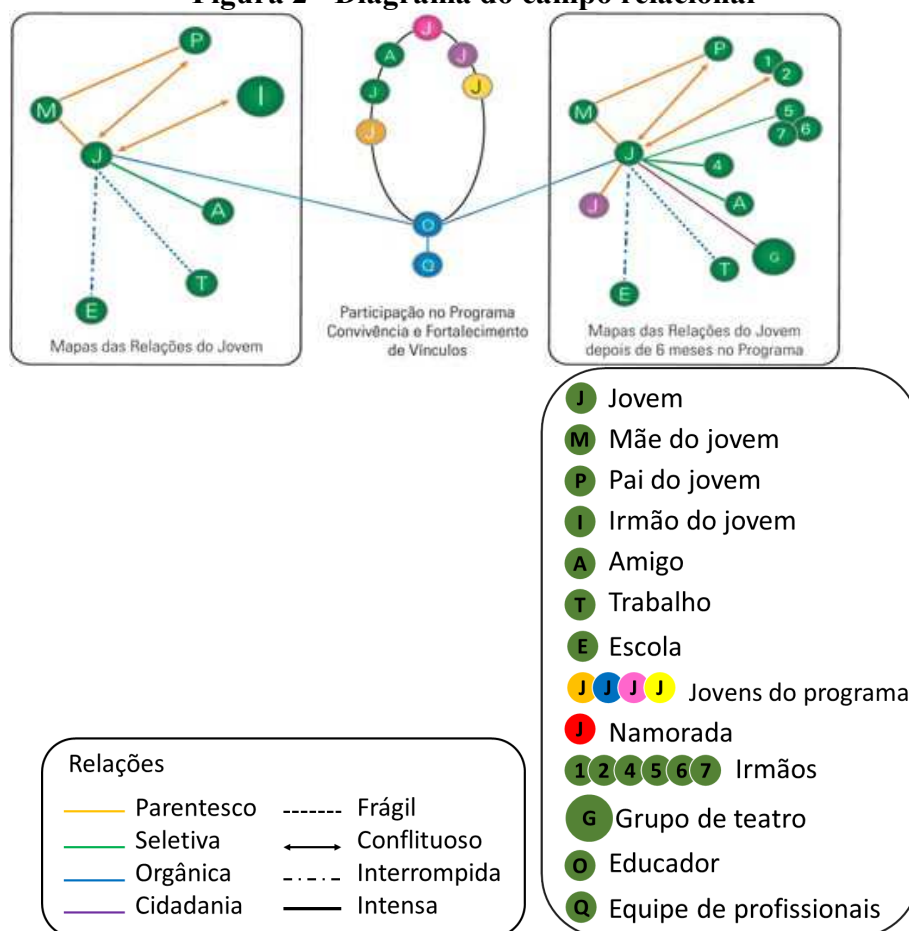
A ideia central da cartografia pelos próprios transeuntes, é que estes demonstrem, além do espaço geográfico, o território com todas as relações que o perpassam, permitindo imprimir as características identificatórias. Ressalta-se ainda que não lhe atribui a relevância principal na metodologia desse estudo, mas uma complementação ao buscar alcançar os objetivos secundários. Segundo Bonfim (2003), os mapas possuem as seguintes características:

Imagens ou representações assentadas em sinais emotivos ou expressivos, elaborados a partir de recursos imagéticos (desenhos, fotos, objetos de arte). Afirmamos que eles são reveladores da implicação do indivíduo a um determinado ambiente, casa, bairro, comunidade ou cidade. [...] eles são orientadores de estratégias de ação e avaliação dos níveis de apropriação (pertencer ou não pertencer a um lugar), apego (vinculação incondicional a um lugar) e de identidade social urbana (conjunto de valores, representações, atitudes que tomam parte da identidade do indivíduo no lugar). Como síntese de afetos, eles também apontam o nível de implicação do indivíduo no lugar. Dado seu caráter representacional criativo, são recursos de acesso a dialética subjetividade/objetividade na cidade (Bonfim, 2003, p. 23)

Para melhor representar os vínculos estabelecidos pelos adolescentes será construído o diagrama do campo relacional de acordo com identificações realizadas após análise das narrativas, conforme melhor explicitado no capítulo 2. A figura 2¹² retrata o diagrama de um campo de relações de uma adolescente, com vínculos frágeis e conflituosos, com apenas uma relação positiva. Baseado no caso apresentado por Torres e Azevedo (2013), se evidencia que, após a inserção em um grupo de conversação, há uma ampliação de suas relações e consequente fortalecimento de vínculos sociais.

¹² A legenda permite identificar as relações estabelecidas.

Figura 2 - Diagrama do campo relacional



Fonte: Torres e Azevedo (2013)

Complementarmente foi utilizando o diário de campo que permitiu registrar informações visuais, tempo de pausa, tom, dia, hora, local das entrevistas e seu período de duração e observações pessoais, tanto no que diz respeito às entrevistas como aos contatos anteriores e posteriores, com os técnicos que intermediaram a abordagem aos adolescentes.

3.1 Percurso metodológico

Em novembro de 2017, foi concedida a anuência da SEMDS de Nova Lima para a realização desta pesquisa (Anexo A). Precipualemente, foram realizadas duas reuniões, sendo que a primeira aconteceu no mês de abril de 2018, com a participação da Diretoria da PSB e das Coordenações dos equipamentos para apresentação da pesquisa, com ênfase dos objetivos e o percurso metodológico quanto à abordagem dos adolescentes.

Foi realizada uma reunião com representantes de cada CRAS, que atuavam como referência ao SCFV, para apresentação dos objetivos da pesquisa, do perfil desejado e dos critérios para a escolha dos participantes e da metodologia de abordagem com os técnicos para apresentação.

Entretanto, após cinco meses da primeira reunião, ocorreram algumas mudanças no âmbito da gestão, sendo necessária uma segunda reunião de apresentação do projeto à nova direção e coordenação da PSB.

Naquele momento, as Coordenações de cada CRAS sinalizaram quais técnicos deveriam ser contatados, considerando a atuação do técnico no território e de seus acompanhamentos. Foram realizadas reuniões locais com os técnicos indicados e/ou com a equipe durante período de capacitação interna. Pôde-se então alinhar a metodologia do projeto com a dinâmica de funcionamento de cada equipamento de PSB, conforme fluxo de abordagem aos adolescentes demonstrado na figura 4.

Dessa forma, os técnicos indicaram os adolescentes, um do sexo masculino e outro do sexo feminino, sendo um destes da cor negra, com idade entre 12 e 18 anos, em acompanhamento no CRAS; em situação de maior vulnerabilidade; e/ou em acompanhamento, inseridos no PAIF e/ou SCFV. A abordagem do adolescente foi realizada primeiramente pelo técnico de referência da família e/ou do adolescente, explicitando a realização da pesquisa, visando uma aproximação dos mesmos com a pesquisadora, conforme detalhado fluxograma acima.

Ressalta-se que as entrevistas foram realizadas somente após aprovação do projeto pela Câmara Departamental (órgão colegiado) do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sendo em seguida submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da UFMG, sob o registro CAAE 91160518.1.0000.5149 (Anexo B).

Figura 3 - Fluxograma de abordagem aos

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Visando manter o sigilo da identidade dos entrevistados, os nomes registrados são fictícios. Além disso, nas análises os CRAS são nomeados como A, B, C e D, a fim de resguardar a privacidade institucional e de seus profissionais e, por conseguinte, dos usuários.

Apesar do fluxo de abordagem acordado diferenciou-se a dinâmica de acordo com as características do atendimento e envolvimento do adolescente e/ou da família. No CRAS D foram realizadas cinco visitas domiciliares, juntamente com o técnico sinalizado pela Coordenação, para contatar os responsáveis e/ou apresentar a pesquisa ao adolescente, cujo responsável já havia autorizado sua participação.

No CRAS A não foi necessário realizar visitas técnicas, nem tão pouco contatar os responsáveis. Essa diferenciação ocorreu porque no CRAS A, havia adolescente em acompanhamento, enquanto no CRAS D, era o responsável por este que estava em acompanhamento e autorizou previamente a participação do adolescente. Ressalta-se ainda, que em alguns casos os adolescentes não conheciam o Equipamento.

No CRAS C foram indicadas duas adolescentes em acompanhamento, ambas grávidas, uma era emancipada de seus pais/tutores/responsáveis. O contato foi realizado

diretamente pela técnica com as mães, sendo que ambas permitiram a participação de suas filhas. Ao primeiro contato, as adolescentes aceitaram participar da pesquisa, mas no momento do agendamento elas declinaram a participação. Posteriormente, obteve-se a informação de que uma das adolescentes teve parto prematuro e um dos bebês veio a óbito. Após vários contatos com a equipe do CRAS C, não foi possível identificar adolescentes com perfil de participação da pesquisa. Contou-se ainda com a intervenção da supervisora de casos, na tentativa de auxiliar a equipe técnica na identificação de adolescentes.

No CRAS B, foi prontamente identificada uma adolescente cuja família tinha sido recentemente inserida em acompanhamento, após assumir guarda de um sobrinho que estava em abrigo sobre medida protetiva, em um município da região metropolitana.

Vale ressaltar que todas as entrevistas foram realizadas nas dependências do CRAS de acompanhamento do adolescente e/ou de sua família no município, a fim de resguardar o sigilo e maior liberdade do adolescente, sempre com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado pelo responsável. As entrevistas iniciaram-se com a leitura do Termo de Assentimento Livre Esclarecido (TALE), ressaltando o caráter voluntário, sigiloso e a possibilidade de desistência a qualquer tempo, bem como os objetivos, métodos, riscos e benefícios da pesquisa, de maneira clara e detalhada e com linguagem acessível, considerando-se a faixa etária do entrevistado. Além disso, foi informado ao mesmo que a entrevista seria gravada e, após sua transcrição, o áudio seria eliminado, sendo a transcrição armazenada por cinco anos.

4 RESULTADOS

4.1 O território em estudo

Precipuamente, se fará uma apresentação do município que ancorou este estudo, com apresentação de cenário geográfico, sócio e político.

A história de Nova Lima é marcada pela exploração do minério de ferro na região. As primeiras ocupações datam do século XVII. Precipuamente foi denominada Campos de Congonhas, com o aumento pela busca do ouro em 1720 passou a ser chamada de Congonhas das Minas. Essa nomeação foi alterada mais duas vezes: em 1836, para Congonhas de Sabará, e em 1809, para Villa Nova de Lima, com a presença da cultura britânica, em virtude da exploração da Mina de Morro Velho, época em que foi emancipada. Somente em 1923 passaria a ser denominada por Nova Lima (Nova Lima, 2019).

O município possui grande extensão territorial (429,004 Km²) e uma localização limítrofe com municípios que compõem a região metropolitana de Belo Horizonte: Sabará, ao norte; Itabirito, ao sul; Raposos, a leste; Brumadinho, a oeste e Rio Acima, a sudeste, conforme demonstrado na figura 5.

Figura 4 - Mapa geográfico de Nova Lima

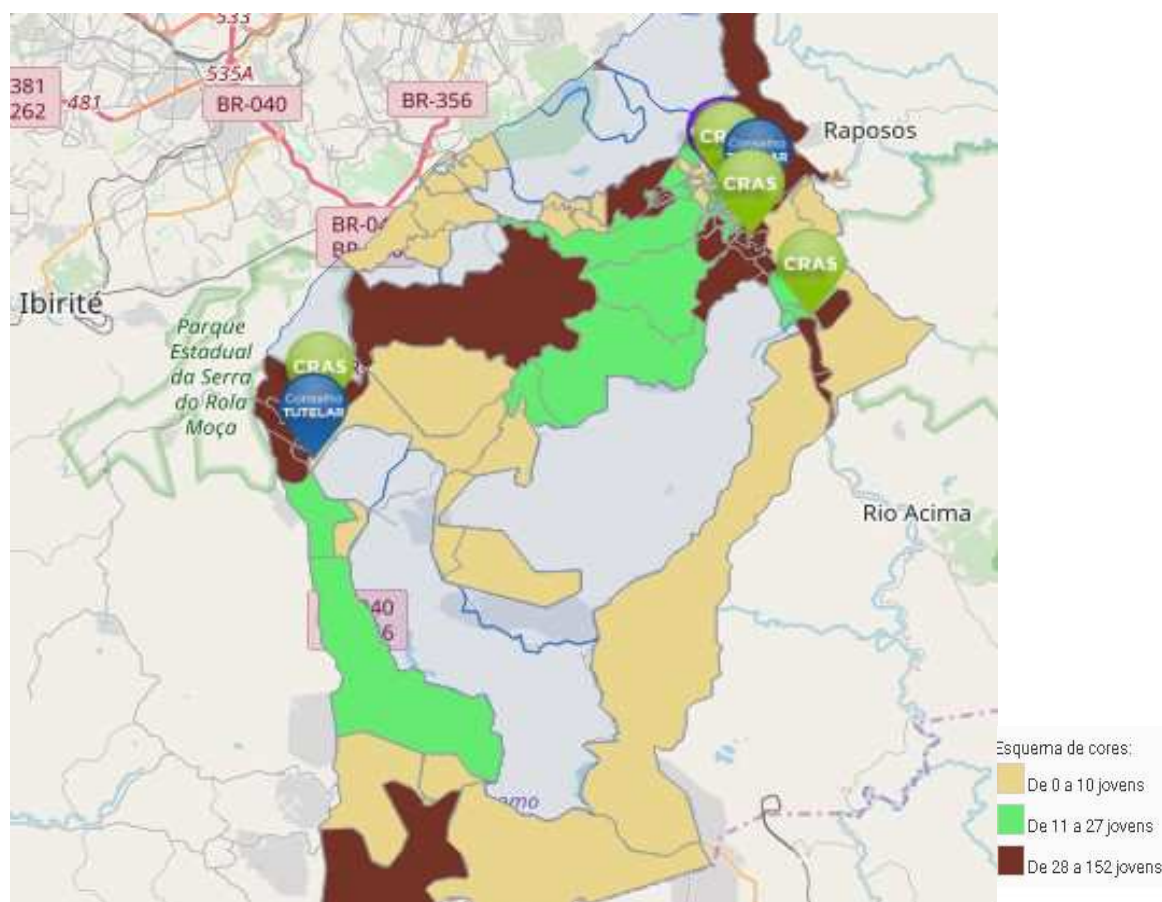


Fonte: Map Data (2018)

A formação econômica do município teve influência direta na ocupação do território, quando as empresas de exploração do minério de ferro, principal fonte de receita, possuíam grande parte dos terrenos. Após o período de maior extração, as referidas empresas iniciaram a venda desses espaços, sem seguir critérios de planejamento urbanístico, corroborando para construções e moradias irregulares, principalmente na região central (Brasil, 2010). Vale destacar os impactos das variações em relação à comercialização do minério na economia do município e, conseqüentemente, na oferta de empregos, renda e arrecadação, culminando numa relação estreita com as vulnerabilidades observadas na atualidade.

Apesar da grande extensão territorial, cerca de 60% da população concentra-se na região central (sul e norte), seguida das regiões nordeste (Honório Bicalho) e noroeste (Jardim Canadá), que também possuem a maior concentração de jovens (15 a 29 anos) e coincide com as áreas que denotam maior índice de vulnerabilidade social (Pucminas, 2016), conforme demonstrado na figura 6:

Figura 5 - Mapa de concentração de jovens em Nova Lima



Fonte: Brasil (2019c)

Destacam-se ainda as características da região nordeste, que denotam um perfil diferenciado em relação às demais, possuindo uma rodovia federal em seu entorno e estando distante da região central, também chamada de sede, onde se localiza a maior parte dos serviços públicos. Os residentes são caracterizados como moradores transitórios que, advindos de diversas regiões do Estado e até mesmo de outras regiões do país, imigram temporariamente em busca de emprego, principalmente nas áreas de construção e mineração (Pucminas, 2016).

As condições de moradia e habitação estão intrinsicamente ligadas à vulnerabilidade e riscos no território. Segundo dados do IBGE (2010), 94% dos domicílios têm esgotamento sanitário adequado, 52,4% de domicílios urbanos estão em vias públicas com arborização e 46,8% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada e com a presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio (Brasil, 2010).

Numa análise histórica da renda per capita entre os anos de 1991 e 2010, 1/5 da população concentrava 74,4% da renda. Percebe-se que o índice de Gini teve um crescimento significativo, ou seja, aumento da concentração de renda e consequente expansão da desigualdade social (Nova Lima, 2019).

A composição do IDHM inclui a taxa de escolaridade e está relacionada com o bem-estar econômico e, por conseguinte, com os problemas de risco e vulnerabilidade. A taxa de escolarização do município é de 98,3%, para a faixa etária de 6 a 14 anos. Em 2017, houve 13.070 matrículas no ensino fundamental e 3.500 no ensino médio. Atualmente o município possui 43 escolas, sendo 25 delas da rede municipal, 6 da rede estadual e 12 da rede privada, sendo que 35 são escolas de ensino médio.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo em 2010 era de 54,65%, ou seja, verifica-se que o município possuía 1.197 jovens de 15 a 17 anos fora do ensino médio, naquele ano, com base no Censo. Entre esses jovens, 84,1% são negros (Brasil, 2018b). Registrou-se uma queda no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 6,4 para 6,1, entre 2013 e 2017. Segundo o Plano Municipal de Assistência Social (PMDS – NL), o acesso à educação também é permeado pelas desigualdades econômicas e territoriais, apesar da obtenção de avanços essenciais (Nova Lima, 2019).

Com base nos dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (MS), as principais causas de mortalidade no município são externas, o que coaduna

com o cenário nacional sendo que no ano de 2012 ocorreram 10 homicídios, dentre esses, 7 foram de jovens de 15 a 29 anos, sendo 6 deles negros (Brasil, 2019b).

Com relação à existência de programas ou ações que possam contribuir no esforço de enfrentamento da vulnerabilidade à violência contra a juventude em geral o município conta com ações e programas intersetoriais, de combate à discriminação e violência nas escolas, com ações de formação e educação à população em geral conduzidas pela Assessoria de Políticas Públicas da qual integram as Coordenadorias da Juventude; da Diversidade Sexual e da Igualdade Racial, dentre outras.

Tendo o CadÚnico uma estreita relação com vulnerabilidades, destacam-se as áreas com maior índice cadastral, que denotam maior demanda de proteção social. Sendo que os bairros que possuem um maior número de famílias cadastradas são: Jardim Canadá, seguido de Honório Bicalho, Nossa Senhora de Fátima e Balneário Água Limpa. Complementar a esses dados agregam-se a distribuição do número de beneficiários do Bolsa Família, no qual o território Noroeste apresenta o maior número de inscritos, seguido pelo território do Cruzeiro e, portanto, territórios mais vulneráveis (Nova Lima, 2019).

O município implantou em 2005¹³ um programa de transferência de renda, denominado Vida Nova, integrado com o Programa Bolsa Família, do Governo Federal, beneficiando 1.198 famílias, o que corresponde a 4.506 pessoas atendidas, visando contribuir para a diminuição da desigualdade social, através de uma política de combate à pobreza, à desigualdade e à exclusão social, por meio de transferência condicionada de renda e geração de oportunidades para o alcance da promoção, da cidadania e da inclusão social das famílias. Em 2016, tornou-se referência no país em ações de cofinanciamento com o Governo Federal, tais como: acesso a serviços de saúde e educação, cursos técnicos e de qualificação profissional e a participação das famílias em grupos de apoio familiar.

Vale salientar as informações referentes aos benefícios eventuais, pois sinalizam a incidência de vulnerabilidade no âmbito socioterritorial, com destaque para a Região

¹³Lei 1877 de 29/09/2005, Decreto nº 2477 de 29/12/2005, Lei de alteração nº 2201 de 03/05/2011 e Lei que promove a revisão anual de valores nº 2442, de 09 de junho 2014. Conforme Lei Municipal nº 1877 e Lei de Alteração Nº 2201 de 03 de maio de 2011. O Programa destina-se a famílias e indivíduos residentes no Município há pelo menos 5 anos consecutivos e em situação de extrema pobreza, e pobreza per capita de até ¼ do salário mínimo (extrema pobreza) e de ¼ até ½ do salário mínimo vigente (pobreza), conferindo prioridade às famílias em situação de extrema pobreza, observando-se os critérios do Cadastro Único e Sistema Municipal de Pontuação das Famílias (Dados do setor de Transferência de Rendado Município de Nova Lima)

Noroeste concentra o maior número de dispensação concentrada em cestas básicas, de legumes e de passes sociais.

Além dos benefícios tipificados como socioassistenciais¹⁴, o município possui ainda projetos e programas vinculados à SEMDS e voltados para a juventude, tais como, Passe Estudantil e um programa de formação de técnica denominado, Formatec. O primeiro, visa fornecer passagem para moradores que estudem a mais de 2 km de sua residência, com renda até meio salário mínimo per capita matriculados em curso de ensino médio, profissionalizante, de graduação ou de pós-graduação. O segundo, fornece bolsa de estudos para curso técnico profissionalizante na escola Sebrae, ambos de acordo com critérios de avaliação socioeconômica.

São ofertados ainda, no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer e da Saúde, atividades como aulas de danças, aulas de música e trabalhos manuais, bem como atividade de promoção à saúde e bem-estar numa perspectiva de práticas integrativas, como acupuntura e auriculoterapia, para o público em geral.

Atualmente o município possui quatro CRAS¹⁵, com todo território municipal referenciado pelos Serviços deste equipamento, expandido sua abrangência de atuação por meio de equipes de técnicos que se deslocam para as áreas mais distantes a estes equipamentos, chamadas de “equipes volantes”, ofertando serviços no âmbito da PSB tendo como estratégia essencial a articulação e reconhecimento do território. Dito isso, a será apresentado e analisado os dados que foram levantados conforme percurso metodológico demonstrado.

¹⁴ O serviço de concessão dos Benefícios Eventuais visa o atendimento das necessidades humanas básicas e deve ser integrado aos demais serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social no município, unificando assim as garantias do Sistema Único de Assistência Social (Suas). Os benefícios disponibilizados são: auxílio por natalidade (enxoval); auxílio por morte (prestação do serviço funerário); auxílio alimentação (cesta básica e cesta de legumes); auxílio documentação (2ª via de certidões, carteira de identidade, CPF e foto 3x4); auxílio transporte; auxílio mudança (carreto); auxílio por Calamidade Pública ou Emergência.

¹⁵ CRAS – Cruzeiro (inaugurado em 2007), CRAS – Nordeste, Honório Bicalho (inaugurado em 2007), CRAS – Noroeste, Jardim Canadá (inaugurado em 2013), CRAS – Centro (inaugurado em junho de 2017)

4.2 Caracterização da amostra

As transcrições das entrevistas foram realizadas de forma literal, portanto, não obedecem ao padrão da norma culta da língua portuguesa. Tal procedimento visa manter a fidelidade ao contexto da gravação.

Foram realizadas 06 (seis) entrevistas, 02 (duas) no CRAS A, 02 (duas) CRAS D, e 01 (uma) no CRAS C. Ocorreu ainda uma primeira entrevista, considerada como piloto, para um treinamento inicial, com um adolescente que não atendia aos critérios de participação, fora convidado durante a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Lima – CMDCA /NL, e dessa forma não integra as análises desse estudo.

Conforme demonstrado na tabela 1, foram entrevistados três adolescentes do sexo masculino e dois do sexo feminino, três autodeclarados de raça branca, um negro e um pardo (autodeclarado), estando todos com idade entre 15 e 17 anos. Destes, somente os participantes da pesquisa referenciada no CRAS D eram acompanhados ou estavam inseridos em alguma atividade do referido equipamento.

Ao final das entrevistas, os participantes foram convidados a desenhar o mapa que representasse seu modo de viver cotidianamente. Expressando os espaços mais acessados e o e os sentidos a estes atribuídos. Somente um dos participantes ficou inviabilizado de desenhar o mapa, devido a uma lesão no braço que lhe acometeu dias antes da entrevista.

Não foram identificadas diferenciações quanto ao quesito “raça”. Entretanto, houve diferenciações entre gêneros quanto a vivência do espaço e ocupações, como os afazeres domésticos e ocupação como babá, em relação às meninas, e ocupações em hamburgueria e oficina mecânica, para os meninos. Com exceção de uma, as demais famílias eram monoparentais.

Destaca-se aqui que sendo as mulheres/mães as principais responsáveis pelo provento do lar, essas não possuíam emprego formal e as famílias estavam, sobretudo em situação de vulnerabilidade de renda, como veremos detalhadamente nos itens 5.3 e 5.4.

Tabela 01 - Caracterização da amostra

<i>Nome</i>	<i>Idade</i>	<i>Sexo</i>	<i>Região</i>	<i>Raça</i>	<i>Tempo de moradia no mun.</i>
<i>Adriano</i> ¹⁶	15	M	Nordeste	B	13 anos
<i>Marcela</i>	15	F	Centro	N	15 anos
<i>Leticia</i>	16	F	Noroeste	P	05 anos
<i>Leandro</i>	16	M	Nordeste	B	16 anos
<i>Adilson</i>	17	M	Noroeste	B	17 anos

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

¹⁶ Nomes fictícios para resguardar o sigilo da pesquisa

4.3 Vínculos e campo relacional

4.3.1 Posso falar só da minha mãe?

Eu tenho irmãos, mas não mora com a gente, e tem meu pai também que não mora com a gente (Adilson)

A entrevista com Adilson inicia-se com esse questionamento, esclarecido de forma espontânea logo adiante, pois seu pai saíra de casa quando ele tinha um ano; hoje este possui uma nova família e cogita voltar a viver com sua mãe: “Eu nunca sei se é bom ou ruim ficar com o pai dentro de casa, cuidando do pé da gente, falando que a gente deve fazer, e o que não deve fazer [...] Acho que é muito bom, mas deve ser meio difícil d’eu acostumar com ele dentro de casa (Adilson) ”.

Inicialmente o pai foi um predicado também ausente na narrativa de Adriano. Após o momento inicial da narração foi possível indagar sobre sua constituição familiar. Ele então, paradoxalmente, descreve sua relação com o pai, numa negativa da falta, que ao final ele mesmo responde:

Eu não sinto falta do meu pai, minha mãe tem hora que fala que é pra eu ir visitar meu pai, mas não tem lógica sair pra visitar uma pessoa que durante 14 anos num teve presente na minha vida, e agora ir procurar ele? Pra quê? Claro que precisa! Porque pai é pai ... (Adriano)

Em algumas sociedades tradicionais os ritos de passagem atuam como marcadores dos novos deveres, sob a orientação de um adulto, que lhe transmite as responsabilidades sobre a recente forma de existir. Entretanto sem esse ritos ou transmissor, Toniolo (2015) esclarece que “o declínio da função paterna, de transmissão nessa travessia, não permite a inscrição da lei que delimita e norteia o convívio social, pois “[...] a partir do enfraquecimento do pai como referência, vimos que há uma recusa à castração que este outrora representava por meio da interdição ao gozo, o que levaria o sujeito a articular a sua falta na linguagem” (Toniolo, 2015, p. 128).

Na atualidade, a via de consumo assume este papel de gozo, frente este declínio. Por vezes o objeto se configura como uma necessidade para inscrição no grupo de amigos (Lacadée, 2011). Devido ao furto de sua bicicleta, Adilson se sente deslocado sem o

transporte de circulação na cidade e faz desse contexto a urgência central de sua narrativa, em conseguir recursos para adquirir uma nova:

São os meninos mesmo, do futebol e da bicicleta, que cada um fica ajudando os outros... tipo como ontem mesmo: A gente estava ajudando a montar motocicleta pra gente sair a noite, roubaram a minha, aí como eu não tenho picareta, roubaram a minha, aí eu fiquei assim meio constrangido: todo mundo de bicicleta e eu a pé!!!! Aí mais importante? Também preciso fazer, pra ver se eu consigo trabalho, como comprar uma bicicleta também! (Adilson)

Para Letícia, o afastamento do convívio com a mãe que não teve condições de cuidar dela quando esta tinha apenas cinco anos, após o assassinato do pai por envolvimento com o tráfico de drogas, marca sua história de vida, narrada com tristeza e muito choro durante a entrevista:

Então, tipo assim, na época eu não entendia muitas coisas eu tinha 5 anos, eu não entendia muito, só que aí foi passando um tempo eu fui entendendo que... ela me explicou que não dava, eeee eu meio que não tinha opção (risos e suspiros) tinha que entender de qualquer jeito. Aí eu entendi. E aí com o tempo eu fui me acostumando assim: em ver ela e saber que eu tinha que voltar... porque eu tenho que estudar, eu fui me acostumando (Leticia).

Ele foi.... Mataram ele. Porque... assim a gente morava na região de Curvelo, em São José da Lagoa. Na época era cidade pequena, assim... rua de terra ainda, então meu pai ele mexia com droga essas coisas ... então meio que era o único que vendia lá ... aí chegou um outro cara e... meio que ele entrou na casa desse cara, na casa desse cara. E esse cara matou ele. Já tinha falado que ia matar ele e os amigos dele que entraram com ele. E aí... eeee os amigos deles fugiram e foram embora, e, ele ficou! Aí ele morreu. Entendeu? Na rua de casa mesmo (Leticia).

Para Leandro, o despertar da adolescência incorre numa mudança de comportamento que ele relata como: “Amadurecer, quando você tá na adolescência, esses negócios, sabe?” (Leandro). Ponto também evidenciado na falta e no afastamento da mãe, para Adriano:

Antes eu era muito preocupado com isso, falo nó, eu antes era uma pessoa, antes eu conversava muito com minha mãe, mas na maneira que a gente vai crescendo eu num... nó num tem nem jeito, agora minha mãe tem uma neta ... num tem como

querer... Ela fica mais com ela. Tem hora que faz falta! Muita falta. Mas eu acho que meu problema é esse: eu me fecho muito (Adriano)

As transformações no corpo estão postas, mas o fracasso em encontrar uma tradução ou palavra para exprimir o que lhe arromba, traz à tona o sentimento de exílio e vazio de uma ruptura, estranhamento frente ao novo. Mas esse é o momento também de ir além do círculo familiar, abrindo espaço para outras cenas, outros contextos sociais.

Mas a narrativa de Marcela demonstra o quanto ainda está inscrita no desejo da mãe, num postergar da adolescência. A mãe a acompanha na entrevista e em diversos espaços, e também se instaura como principal relacionamento e amizade, marcado pelo ideal da mãe: “Sóoooo, eu só tenho uma amiga, só! Tipo assim, amigos eu tenho muitos, mas só de consideração mesmo. Só uma que mora em Bicalho. Mas amiga mesmo, é minha mãe, lógico [...] Mas ela é a única que identifica comigo[...]” (Marcela).

Além disso, a busca de qual lugar se ocupa no desejo do Outro, marca a passagem a uma vida adulta, permeada pelo fracasso de Marcela frente à sua avó:

Aí tipo assim, ela trata uns bem e outros mal, ela dá mais não dá mais atenção pra um, e os outros ela nem trata como netos Tipo assim: Igual eu, minha irmã. Não tem coragem de dá a gente um presente, num trata a gente como neto, não! Muita coisa! Ela num tinha que ser vó. Minha bisavó que tratava a gente como vó. Muita coisa! [...] Mas minha vó num liga pra ninguém... nunca foi de ligar pra família. Eu gosto dela! Eu amo ela, lógico (pausa/choro), mas ela devia mudar esse jeito dela! (Marcela)

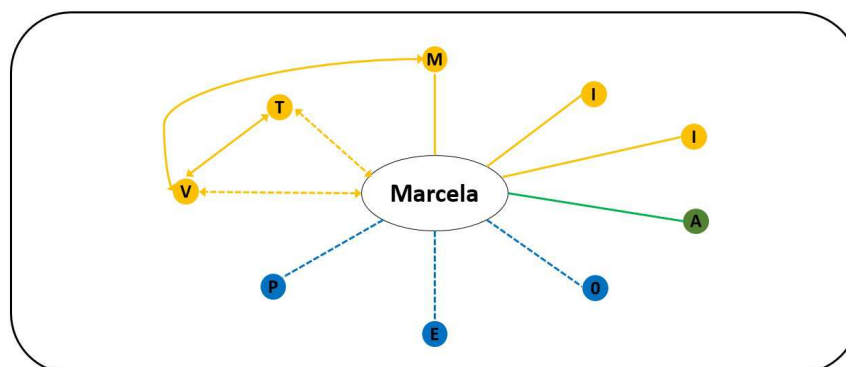
4.3.2 Campo relacional

O campo relacional dos adolescentes se diferem no contexto e nas diversas configurações familiares as quais estão inseridos. No caso de Marcela, a maior parte de seus relacionamentos intensos são os familiares, estabelecidos, em especial com a mãe e as irmãs. Demonstra uma relação conflituosa com a avó e uma das tias, e vínculo frágil com a escola. Possui apenas uma amiga, não frequenta outros espaços no território e seu transitar se limita a casa – escola. Cuida de crianças em sua residência, numa ocupação informal e irregular, justificado por ela:

Eu gosto, eu gosto mais de ficar em casa com minha família. De vez em quando eu dou um passeio na sorveteria, ehhhh passear com minha família (Marcela).

Figura 6 – Diagrama do campo relacional – Marcela

Mapa Relacional Marcela



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Aqui se faz necessário ressaltar a importância de uma intervenção, de cunho preventivo, tanto na ampliação do campo relacional quanto no fortalecimento de vínculos fragilizados e suas motivações.

Em contraponto, nota-se em Adriano diversos relacionamentos e espaços acessados, mas poucos vínculos intensos, justificados pela impossibilidade de confiar em alguém:

Sim. Hoje eu acho que todo mundo tem que ter um motivo raro para confiar na pessoa, porque hoje o ser humano, ele é sujo, na mesma hora que ele pode estar te abraçando, pode tá com a faca nas suas costas. Eu acho que ninguém tem de confiar em ninguém, pra mim tem que confiar em Deus primeiramente, ele é o único que tá ali, e sabe o que pode te acontecer e está ali pra te ajudar (Adriano)

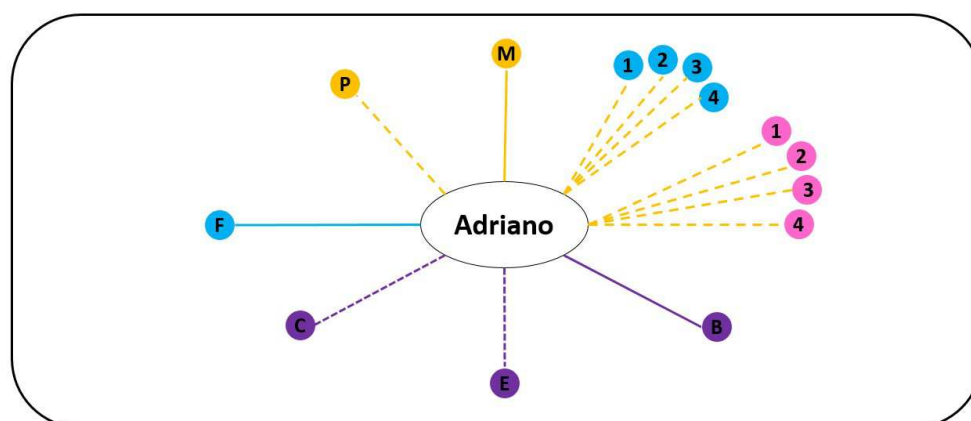
Mas vínculo não se trata de estar perto ou longe de pessoas, diz respeito às representações que elas ocupam nos sujeitos. Assim ele descreve:

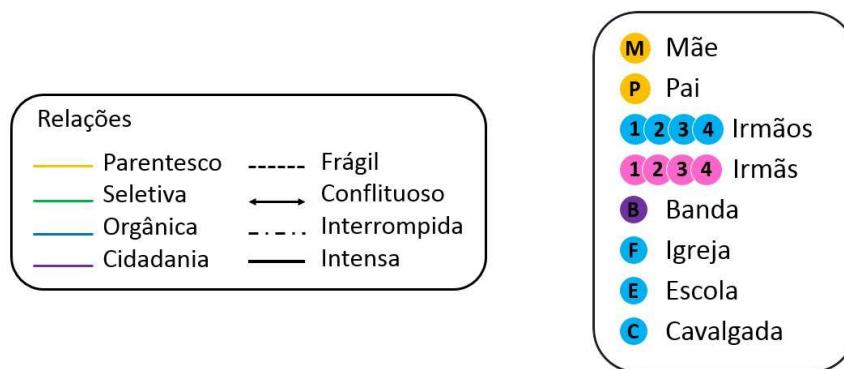
Eu vou muito na escola.[. . .] Eu não sou de sair muito assim, não! Tanto que eu num tenho amigo pra mim sair... Eu num gosto de sair com meus irmãos... nunca fui no zoológico, nunca fui num parque, nunca fui no cinema. Sei lá... Acho que falta de oportunidade também... Se eu fosse desenhar eu ia colocar: minha casa, a escola, o campo de futebol lá perto da minha casa, a minha igreja. Só! São os lugares que eu mais frequento. (Adriano)

No diagrama ficam mais evidenciadas as performances das relações desse adolescente. No caso de Adriano, seria a incompatibilidade religiosa? Como único membro evangélico de sua família, as atitudes e posturas de seus irmãos não favorecem vinculações; por outro lado, o afastamento da mãe em função do nascimento da neta, e a frustração frente aos líderes da igreja. Enfim, são diversos contextos que com suas nuances podem corroborar para um rompimento de vínculo no futuro, lembrando aqui, o caráter dinâmico e intermitente dos mesmos.

Figura 7 – Diagrama do campo relacional – Adriano

Mapa Relacional Adriano





Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Lacadée (2011) discorrerá sobre a importância do sentimento de exílio, como condição ao despertar da adolescência: o adolescente se coloca à parte do mundo, num vazio provocado. Na dimensão de agir para contornar é que surgem outras traduções para a vida, numa tentativa de revelação a si mesmo e aos outros. A necessidade de pertencer a um grupo é tão intensa e essencial quanto a de distinção dos outros, constituindo-se um sujeito singular.

4.3.3 Namorando? Eu não!

Em todas as narrativas o tema do namoro foi velado. Quando questionados se há algum relacionamento, cada um reage à sua maneira: risos ou prontamente um “não” firme, marcando ali um assunto fora de discussão. Dois adolescentes retomam o assunto ao desligar o gravador, certificando que o mesmo não estava realmente mais ligado, enunciando o caráter sigiloso da narrativa que viria a seguir. O assunto é trazido à tona, em especial por Letícia, com muito choro frente ao recente término do namoro:

Tinha. Não deu muito certo não. Acabou na quarta-feira passada. Começou foi novembro do ano passado. Aconteceu, que aconteceu algumas coisas, aí a gente se afastou, então a gente ficou.... só que a gente não tinha terminado, a gente ficou tipo uns cinco meses afastado. Por causa de umas coisas que aconteceram. Aí a gente se afastou, então semana passada a gente decidiu que nós íamos conversar, então nós fomos conversar. E ..aí acabou... Ele já tem outras coisas na vida dele, entendeu? Eeee acabou. Aí aceitei, né? brigando e chorando e gritando. Foi isso! Mas fazer o quê? a gente segue a vida né?... (Silêncio) (Letícia)

O amor implica na eleição de um Outro idealizado, que para Marcela tem a conotação de queda, no qual esse Outro novamente a frustra, afinal, o namoro termina devido a uma traição. Talvez tal situação tenha remetido às elaborações em relação ao seu afastamento da mãe, ainda na infância. Por diversos momentos, às vezes com muito choro, ela assinala sua dificuldade de estabelecer confiança nas pessoas com as quais relaciona. O sentimento de solidão e vazio, momento em que oscila o sentido da existência na medida em não se sabe o lugar que se ocupa no desejo do Outro.

Adilson fala de amizade, depois explica que se trata de um “jogo amoroso”, a garota namorava com outro e terminou recentemente, mas eles não iniciaram um relacionamento. Quando ele se aproxima de alguém ela contesta, e narra que sua “amiga” bateu em outra colega por ciúmes dele.

É amizade mesmo (risos). Mesma loucura, mesma piada que a gente tem, a gente pensa da mesma forma, a gente pensa na mesma música de repente, começa a cantar, ela pensa na mesma música que eu, de repente a gente acha meio estranho a gente tá mesmo louquice da gente, a gente fica gritando essa coisa (Adilson)

Sendo a sintomatização uma escolha, alguns estabelecem uma relação de recusa, enquanto para outros o amor seria uma resposta possível ao real da puberdade, uma reorganização entre o desejo do Outro e de si próprio (Cunha, 2014). Distintas respostas podem ser construídas no momento em que a libido escapa ao seu entendimento. A incompreensão e a solidão podem ser uma dessas saídas, como parece acontecer com Marcela, diferentemente de Adilson, que parece postergar sua travessia.

4.4 Percepções do território e cartografia

4.4.1 Geografia imaginária

A percepção do adolescente sobre o território perpassa pela proximidade da violência, a qual cria-se estratégias de circulação, que atuam como contornos invisíveis, numa geografia imaginária, sobretudo com a limitação de horário, vedado a circulação por determinados locais no período noturno. Tais delimitações consistem em estratégias de usufruir da cidade e conviver em espaços em comum, como veremos na Cartografia Adolescente.

Contudo a percepção com conotação negativa está presente nas narrativas no que tange à região nordeste do município devido à falta de segurança pela relação proximal com o tráfico, num conjunto habitacional instalado pela ação da política habitacional do Município.

Pode-se perceber na narrativa de Marcela que a questão da segurança inviabiliza a permanência da família na moradia, sendo necessária a migração para outra área o que colocou a família em uma situação de maior vulnerabilidade:

Aí tipo assim, lá não tem condições de morar, aí a gente mudou para cá. Porque lá é muita confusão! Lá, lá num é lugar de... num tem como você ficar num lugar daquele... [...] O tráfico muito, muito! Tipo assim, você não pode... igual a gente morava no primeiro andar e atrás, tem os apartamentos da frente e de trás, você não pode deixar a janela aberta, porque se não eles pode jogar droga lá dentro [...] ... num podia ficar na rua. Ehhh eu chegava da escola 5 horas, seis horas eu já entrava, eu saía pra conversar com as meninas, jogar bola, aí eu entrava! (Marcela)

Para Leandro a instalação desses conjuntos habitacionais levou a mudança no cenário do local:

Só era um bairro muito legal, calmo, ele ainda é um dos mais calmos, mas já está piorando é porque quando mudou os prédios veio para cá, sabe os caras de "lua".... tipo meu virou uma bagunça, aqui sabe domingo de tarde aqui é uma escola é...to de manhã graças a Deus. Ou.. eu tô falando com você é muito ruim mesmo, os meninos quebra ônibus, dá pedrada nos ônibus, quebra janela da escola. (Leandro)

A violência se materializa de diferentes formas, inscrita na sociedade capitalista pelos atravessamentos dos determinantes econômicos. A estratégia da política habitacional,

em alguma medida desconsiderou diversos fatores, e o que se percebe é que o local virou palco de disputas e tensionamentos do tráfico. A partir daí, diante da impossibilidade de viver rotineiramente em riscos, muitas famílias estão abandonando seus imóveis:

Assim, igual hoje em dia, eu encontrei com a minha amiga de lá, ela falou que praticamente ninguém quer morar lá mais! Tá todo mundo fazendo plano de mudar, a mãe dela mesmo, ela falou que a mãe dela já vai mudar de lá, talvez ano que vem (Marcela).

Há um extremo na cidade: enquanto alguns usufruem de todos os recursos como melhor lhe convém, se desvela o outro lado: àqueles que em função da vivência proximal com o crime não podem sair de suas casas ou áreas de habitação. Nesse sentido, as condições de moradia nestas regiões segregadas distorcem também o valor da pessoa, ou esta passa a acreditar em menor valia em função do lugar no qual reside (Guerra *et al.*, 2015).

Entretanto, para as demais regiões, ainda que inseridas num contexto de vulnerabilidade, a percepção dos adolescentes se diferem: “Hoje lá na Vila Passos, onde eu moro. Nada a reclamar. É muito bom. Nunca ... nada de reclamar mesmo, raro passar polícia naquela rua, se passa é por passar mesmo! (Marcela). Para Adilson a mudança de cidade, o levou a viver num lugar bem melhor: “Hum, hum. Melhor que minha cidade sim! Pedra Azul” (Adilson).

Embora a região noroeste também seja marcada por desigualdades sociais, apresenta uma disposição de acesso a serviços principalmente de organizações da sociedade civil que favorecem o uso do espaço e de construção de cidadania. Ainda assim, estratégias de circulação sejam por vezes necessárias, principalmente no período noturno, para garantir a segurança:

[...] Eu num... estiver no grupo de colegas assim, tipo 10,12 pessoas, eu já fico mais tranquila. Agora se eu tiver sozinha eu não saio, porque tenho medo. Principalmente aqui nesses fundos aqui, aqui é um lugar mais isolado no escuro, entendeu? Eu não sinto segurança não... Só de noite que eu me sinto assim [...] Mas não é uma região que você pode confiar em sair de noite, porque não falo, nem tanto pelas pessoas que moram aqui, mas é muita gente de fora pra cá, entendeu? E aí, eu considero perigoso sair à noite, ainda mais sozinha, ir embora de noite. (Leticia)

4.4.2 Cartografia adolescente

Longe dos referenciais parentais a vida precisa acontecer em outro lugar, o que permite outros encontros e verdades “[...] que faz abrir a porta do desconhecido e sair errante pelo meio-dito da língua, e se origina do mais íntimo do ser, enlaçando-o ao mais longínquo ponto de extimidade” (Lacadée, 2011, p. 32). Leandro narra seu gosto pela rua e os desentendimentos com o pai em função disto:

Hum, ele não gostava que eu saísse na rua, ele não sai muito na rua e eu gostava de sair. Tipo, ficava aqui no Bairro, eu não saía muito pra fora não. Eu ficava muito tempo, eu exagerei na rua aí eu...vai meu pai pegou e se decepcionou esses trem aí... ficou uns tempos com raiva de mim, mas se não me engano foi o que...um mês. (Leandro)

As representações sociais e culturais também influenciam esse momento de passagem da adolescência, como as diferenciações de comportamentos entre gêneros. O transitar pela cidade se inscreve diferenciadamente. As meninas que ficam mais em casa:

[...] aí ... oh o que eu gosto de fazer: eu gosto em casa, eu gosto de ler livro, eu gosto de ver série, eu gosto de ver filme, eu faço.... eu faço Muay Thai. Eu gosto de fazer Muay Thai. Aí eu faço isso... Então a minha rotina é mais essa: casa, escola, igreja. Eu sou da Assembleia. (Letícia).

Enquanto os meninos transitam por diversos espaços. A exemplo disso, retrata o mapa de Adilson (Figura 7), que possui uma notória mobilidade no território, apesar dos confrontos entre ele e sua mãe frente ao medo e inseguranças, que sempre perpassam em torno das constantes saídas:

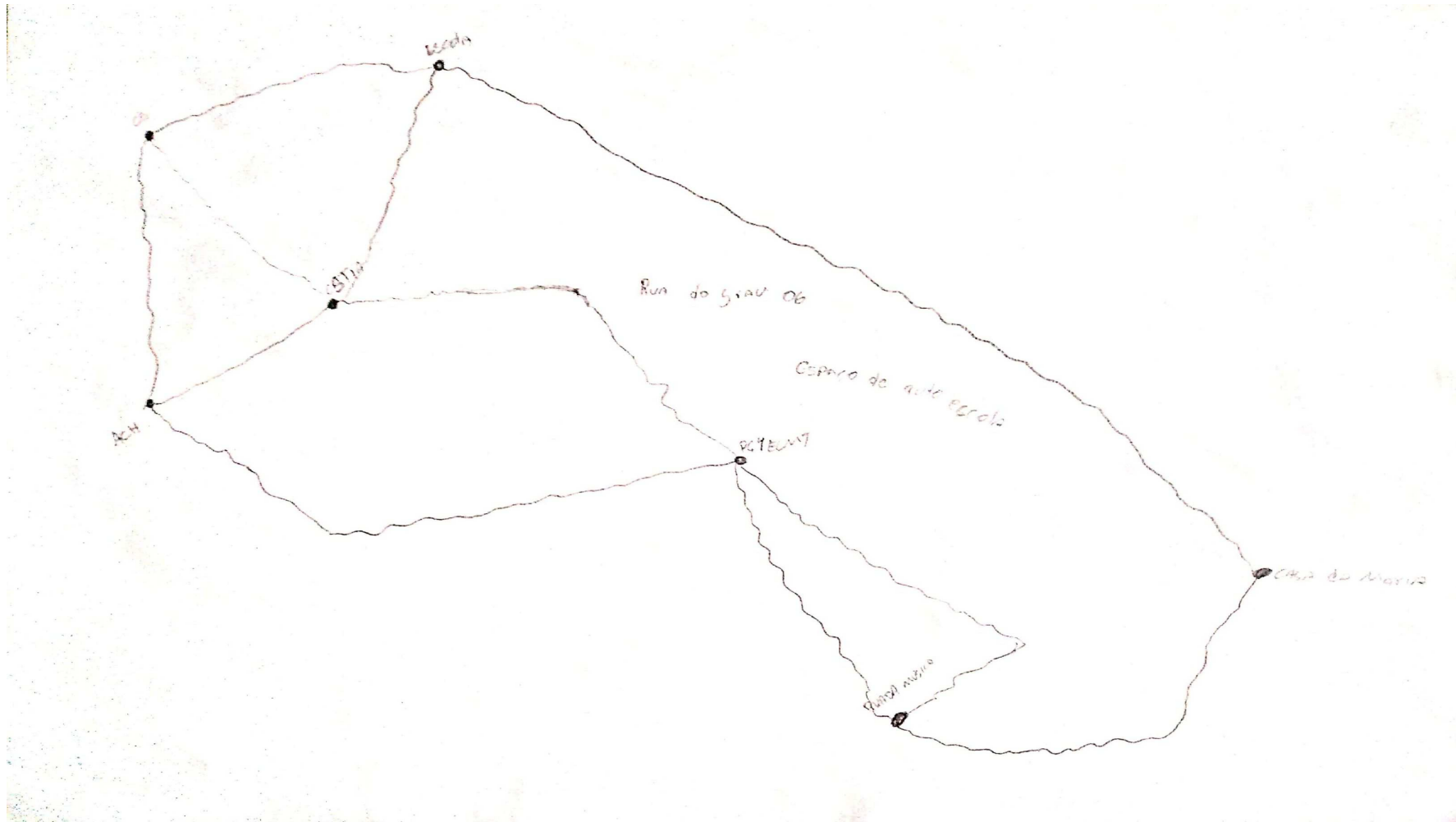
Mas quando eu saio minha mãe, minha mãe tem um medo disso de um tanto! Eu falo: Mãe não precisa de ter medo! Se você ter medo aí que eles vai atacar... (Adilson)

Nesse sentindo, se evidencia o que Lacadée (2011) enuncia como encontrar a “fórmula e o lugar”, que ao sair de casa, mesmo que sozinho ou com os outros, o adolescente se vê no mundo real em busca do desejo do Outro, encontrando a vida

verdadeira, abrindo a porta da exterioridade e permitindo-lhe criar novos espaços, novas identidades, nova vida!

Identificou-se entre os entrevistados o tripé que sustenta no campo de representação dos lugares com constituição de vínculos no território: casa, escola e igreja. Com características interioranas marcantes, apesar da proximidade com a capital, a cidade se anuncia com inúmeras possibilidades, pois possui recursos naturais, como os poços e cachoeiras, espaços que são pontos de encontro, como a Praça dos Quatro Elementos (região Nordeste) e a Praça da Estação (região Noroeste), ambas com fácil acesso e amplo espaço para atividades que podem ser potencializados.

Figura 7 - Mapa de circulação na cidade (Adilson)



Fonte: Dados da pesquisa. Desenhado por Adilson (2019)

Aspectos revelados na narrativa e nos mapas do poço Azulão (Figura 8) e o de circulação (Figura 9), desenhados por Leandro:

Sabe que mais eu gosto de fazer, eu gosto de andar de bike, eu curto! Fazer motobike, Downhill, esses negócios e sabe...trilha...sou muito apaixonado mesmo...muito legal [...] Passear na cachoeira de Viana, Cachoeira de Viana, é Viana mesmo. Nossa cachoeira bonita, cachoeira linda demais, só que a água é muito gelada. Muito gelada sabe, lá não bate muito sol. O que mais? nós ia no rio .. na Cachoeira Sete Voltas, nó...é uma cachoeira linda, se você tiver uma oportunidade de ir lá... nóooo é uma cachoeira muito linda, ...Que mais? Nós já fez trilha lá em Raposos, Só que nós tipo, ia pela BR porque por dentro não dá pra ir e fazer. Tem umas trilhas que nós já foi que é da hora[...] (Leandro)

De igual modo, ao realizar uma pesquisa intervenção na periferia de Belo Horizonte, com adolescentes, através de oficinas de elaboração de mapas afetivos, (Libanio, 2016) descreve processos de construção e reconstrução identificatórias e de reconhecimento social, diante da organização dos adolescentes no espaço em busca de lazer, desenvolvendo formas bem peculiares de viver na cidade.

A autora conclui que os adolescentes das áreas marginalizadas constroem mecanismos à sua exclusão do convívio social, conferindo laços sociais e vinculações, conforme os espaços sociais identificados em seus mapas, como, por exemplo, igreja, casa de amiga, bar, shopping, dentre outros (Libanio, 2016). Coaduna com a percepção dos adolescentes participantes da pesquisa que não se paralisam diante das dificuldades territoriais, ao contrário encontram estratégias para driblar os riscos, que fazem contorno ao seu transitar na cidade:

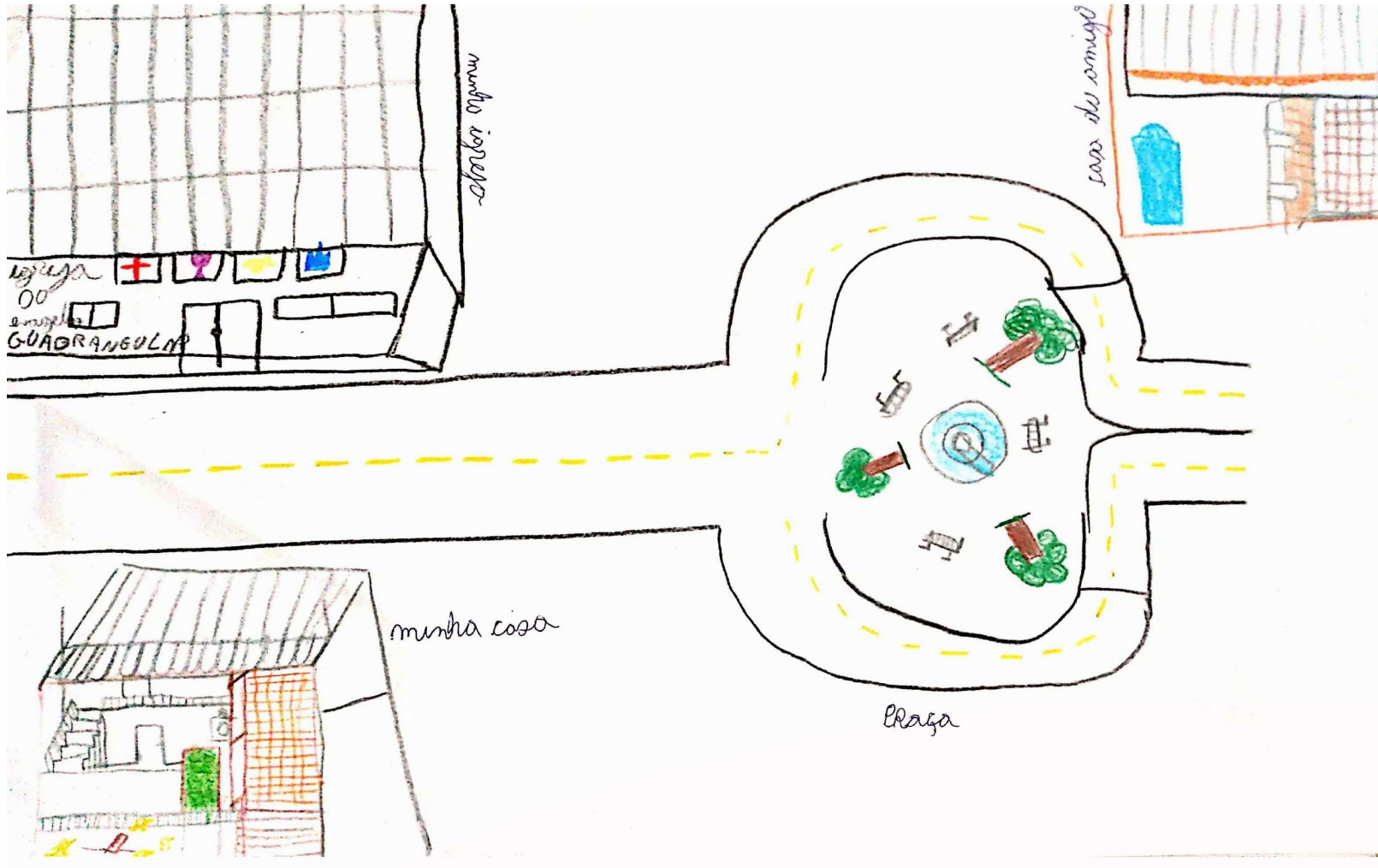
[...] só que não pode abusar todo dia sair à noite todo dia, à noite para gente não sabe o dia pra noite que pode acontecer, e a mãe da gente ficar... sabendo que a gente tá na rua e ter acontecido alguma coisa a gente, no meio da rua, e ela sabendo que não vai acontecer nada. Aí a gente tipo, a gente marca um rolê a noite no dia que o [local] mais movimentado ou num tá muito movimentado porque quando tá muito quieto a gente não anda, porque que no [local] quando tá muito quieto, pode saber que aconteceu alguma coisa! Aí a gente anda meio desse jeito mesmo (Adilson).

Figura 9 - Mapa do poço Azulão (Leandro)



Fonte: Dados da pesquisa. Desenhado por Leandro (2019)

Figura 10 - Mapa de circulação da cidade (Leandro)



Fonte: Dados da pesquisa. Desenhado por Leandro (2019)

Por vezes a violência se inscreve de forma tão abrupta que a mudança de residência se faz necessária. Foi assim para Marcela e sua família, que há seis meses abandonaram o apartamento em que viviam. Impactos que se visualizam nas relações desconstruídas e rupturas de convívio, provocada pelo distanciamento geográfico. Embora tenha sido entrevistada por residir numa área de vulnerabilidade da região central, Marcela tem suas memórias e vivências referenciadas pela região Noroeste. Sobre essa região ela narra:

Aí tipo assim, lá não tem condições de morar, aí a gente mudou para cá. Porque lá é muita confusão! Lá, lá num é lugar de... num tem como você ficar num lugar daquele... O tráfico muito, muito! Tipo assim, você não pode... Muita coisa, tem coisa que é inacreditável, devia ter um vídeo, num dá nem pra acreditar quando minha mãe, ehhhh quando ela morava lá vivia estressada [...] (Marcela)

Essas migrações forçadas, como no caso da família de Marcela, podem contribuir para o aumento da pobreza, dentre outras vulnerabilidades. Exemplo disso, ela restringe suas relações com a mudança de local, fragilizando seu campo relacional como veremos na figura 10.

Correr os riscos da relação proximal com o tráfico e a violência se inscreve de maneira singular para Adílson que, juntamente com o irmão, “recorrem” a esses como forma de defesa:

Quando vou fazer show com meu irmão, ela fala: - Cuidado! E na festa lá já vai entrando e vendo os cara armado, já com armas pesadas, já vai começar a usar droga, aí no dia que eu levei ela (a mãe) lá para mostrar o espaço do aniversário da gente que foi sábado, aí ela já ficou com medo, pra que isso? - Uai mãe, pra ter proteção na festa! (Adilson)

Quando questionado se não sentia medo, apesar de todas as advertências e pedidos da mãe, ele afirma;

Não! Tenho não! Mas quando eu saio minha mãe, minha mãe tem um medo disso de um tanto! Eu falo: Mãe não precisa de ter medo! Se você ter medo aí que eles vai atacar... Igual cachorro quando você tiver medo dele, aí que eles vai para cima de você, mas se não tiver medo [...] (Adilson)

Contraditoriamente, diante da possibilidade de perder a vida frente aos riscos noturnos que a região apresenta e diante do possível sofrimento da mãe, o faz repensar suas atitudes, numa renúncia ao risco:

Primeiro a gente vai na praça, quando ver que a praça tá movimentada o Canadá tá movimentado, quando a praça tá quieta só os meninos do futebol, a gente nem sai de casa. A gente só fica andando na porta de casa mesmo! É só isso a gente percebe pela praça, quando a praça esta movimentada a gente, desce pro [...], e aí se não tiver somente os meninos do futebol, porque os meninos do time de futebol ali só usa droga, aí a gente já volta para casa só. (Adilson)

Sobre a coragem de viver e enfrentar os medos inerentes à cidade (Izaú, 2017) ressaltam as resistências e estratégias que se encontram nesses espaços segregados. Por vezes, as leituras, sentidos construídos e saberes que podem ser potencializadas:

[...] a cidade que pulsa, nos inquieta, nos interroga, é um cenário também onde se precisa inventar a vida com muita coragem. Como o correr da vida, o cotidiano, as ações repetitivas, as nossas conversas, os encontros, os desencontros e desencantos, produzem também os sentidos e conhecimentos que temos sobre nós mesmos na cidade onde residimos (Izaú, 2017, p. 62).

Então, o território espaço de vivência, embora muitas vezes marcados pela desigualdade social e violência, é também espaços de vicissitudes e encontros que incorrem resistências e possui potência no desabrochar de uma adolescência que se desvela.

4.4.3 Impassibilidade escolar

Confere-se à escola e seus professores, o papel fundamental de apresentação do mundo e de enunciação do Outro, marcado pelo desligamento da autoridade dos pais, abrindo porta para se inscrever na cultura (Cunha, 2014). A escola, embora presente em todas as representações dos mapas, os significados que lhes foram atribuídos não são positivos. Ponto emblemático na narrativa de Adriano que atribui seu tempo na escola como um dos piores momentos de sua vida:

Eu cheguei a ser atrapalhado na escola... foi ... eu tive... eu tô no oitavo ano eu passei três anos no sétimo... foi nesse período que fui a atrapalhado ...na, na escola foi muito horrível para mim... aqui na escola de [...], aqui eu acho que foi o período mais horrível da minha vida, foi questão de escola. Aqui eu fui perseguido, eu acho que é... perseguição, então, pela diretora, professora, teve agressão, teve[...] (Adriano).

O insulto ocorrido o aniquila, colocando-o num lugar de objeto do Outro, sem condições de dizer o que ocorrera, sem resposta e defesa, que se desvela em sintomas.

Já Adilson constata a falta do desejo de ensinar dos professores, e denuncia:

A escola lá é.. não muito agradável... Tem alguns que sim tem alguns que não gostam de mim lá na sala. Igual eu bombei ano passado... Tem alguns que não gosta de mim lá sala. Mas não, eu tento ser legal com eles, mas tem hora que eles é legais comigo, mas, mas no fundo você vê assim que eles não gostam de você, realmente eles fingem ser umas pessoa lá, e não dá aquela explicação, se tá com dúvidas não dá aquela explicação do jeito que eles quer dar explicação, mas de outro modo! Tão, tão responde a gente tão seco, e fala que a gente tem que fazer isso e só! A gente fica mais na dúvida que a gente tava do que antes que a gente não tava! Ai, isso que é meio complicado também os professores da escola (Adilson)

Infelizmente, esse discurso não se mostra singular, mas comum entre as narrativas dos adolescentes e presente em diversas reuniões técnicas em que se colocam as dificuldades de intervenção junto às escolas. Na entrevista com Marcela ela descreve suas estratégias para compreensão do conteúdo:

... tipo assim, o avanço do ensino da escola é muito, porque lá [...], por exemplo, coisa que eles ensinam no 7º ano, aqui eles passam no 9º, o avanço aqui é muito em todas as escolas, [cita as escolas]. [...] é muito atrasado. Ai, tipo assim, aí tem coisa que por isso num aprendi até hoje: por causa da escola, eles ensinaram no sétimo ano. Ai, mas aí a gente assim, aprende pela internet, eu sempre quando eu tenho tempo, eu aprendo pela internet, pelo Youtube. (Marcela)

Por vez a escola atua num viés de limitadora e niveladora de diferenças, que transforma os alunos em objetos mercadológicos, fomentando competições e comparações, que reverbera em fracassos e fobias (Lacadée, 2011). Para Adriano, a agressão foi resultado de sua não adequação à escola, esta que deveria oferecer condições de desenvolvimento e possibilidades de construção, considerando suas singularidades e deixando-lhe a livre escolha para nomear aquilo que lhe invade e abrindo espaços que promovam escutas (Lacadée, 2011).

[...] eu não gostava de ficar preso dentro de aula, quadrado assim, eu tenho pavor ficar preso assim, aí eu saí pra fora de sala sem pedir, eu saía pro corredor, eu vou

gosto de tomar ar, aí gostava de conversar, aí eu tinha uma professora ... eu acho que ela é meio doida (risos) ela, ela me agrediu [...] (Adriano)

É também no ambiente da escola que as “errâncias” ligadas à adolescência aparecem, numa tentativa de expressão, sem o uso da palavra, numa resposta que faz um furo, na tentativa de marcar a separação do Outro (Lacadée, 2011, p. 41 – 42). Adilson oscila na avaliação do comportamento dos pares, ao mesmo tempo que tenta justificar suas próprias ações, como um limite criado por si próprio:

Aí eu ... tem aquela, aquele povo tirado que fica usando drogas na escola. Aí fica meio complicado também. Fica com... Eu gosto! Mas às vezes na escola, é meio ... eu fico com a caixa na escola, é um lugar de respeito, fica com a caixinha ouvindo funk, aí é meio estranho, né? Que eles fala que é proibido. Mas vai lá e desrespeitam. Às vezes eu também desrespeito que eu vou de boné, mais chega na sala, eu tiro e respeito, mas isso na escola na hora do recreio [...], na hora de todo mundo ficar conversando, jogar futebol, eles ficam usando drogas atrás [descreve o local]. Isso que é o ruim da escola, só! Aí, e fica desenhando na parede da escola. Aí tem hora que eles fala, mas não adianta nada eles falá, porque num adianta falá, eles vão continuar fazendo aquilo! (Adilson)

[...]Tem hora que eles fica falando que tá rolando, mas eles não oferece,não! Só fica na deles lá só. Só vai quem quiser! Tem fora da Escola, eles vendem antes de ir para escola, eu... na hora da sair também eles ficar lá, só que aí como a diretora mandar colocar polícia na porta... mas não tá adiantando [...] (Adilson)

Estabelece-se um campo de correlações de forças, demarcado pela fragilidade dos papéis de transmissão de valores. Para o adolescente o professor não representa uma autoridade institucional acima dele, este por sua vez busca esse reconhecimento como tal, levando a uma relação dissimétrica, na qual a “escola não é mais percebida como uma missão de educação coletiva, o mundo [...] entrou numa zona de turbulência que não termina mais [...] Nossas sociedades democráticas rejeitam qualquer superioridade a priori de um ator sobre o outro” (Le Breton, 2017, p. 136 - 137). Ainda assim, a arte aparece para o autor como, numa experiência exitosa, como uma possibilidade de intervenção, o que conjuga com a percepção dos adolescentes desta pesquisa, como será demonstrado no item 5.4.1.

4.5 Particularidades de uma adolescência

Embora o trabalho esteja voltado à análise da percepção do território de vivência, compondo a cartografia adolescente no município e os vínculos por eles estabelecidos, alguns achados vão ao encontro de uma adolescência singular, na qual as saídas surgem em resposta ao real, que não são simples e nem unívocas (Lacadée, 2011). E dessa forma contribuem para uma leitura na qual se propõe uma interface entre a subjetividade e a política, ponto a partir do qual se fará algumas reflexões.

4.5.1 A arte na adolescência

A arte está presente em todas as narrativas pela música, seja o gosto pelo funk, seja no tocar um instrumento ou cantar na igreja. De tal modo se inscreve para esses adolescentes como uma potência, uma tradução daquilo que lhe invade e assim constrói sentindo a sua existência. “A adolescência é também o tempo da criação, da arte, o tempo em que o jovem sujeito tenta encontrar aquilo que de seu ser pode se traduzir à sua maneira” (Lacadée, 2011, p. 161). Como podemos perceber na fala de Letícia, de Adriano e de Adilson:

Gosto, gosto de música. [...] Tocar, tocar eu estou apanhando um pouquinho (risos) para aprender tocar teclado. Mas tamo indo!! E essa coisa: podia ter professores assim, especializados nessa área. Entendeu? Para ter oficina, tudo isso, essas coisas. [...], mas se a gente não vê muita coisa se relacionando a música. [...] Eu gosto de todo tipo de música. Eu acho interessante sabe é uma arte se expressa muito sentimento através da música. Por isso que eu gosto. (Letícia)

[...] Eu gosto de todo tipo de música só não gosto de hapie. Mas esquece de funk, tô ouvindo demais é pagode... Mas algumas vezes a gente muda de música porque tem algumas pessoas que vai mas não gosta só vai por diversão [...] (Adilson)

Nós temos uma banda que chama Joad. Nós sai pra todos os lugares de Minas Gerais, a nossa região toda, os adolescentes eu não sei como te falar, que é muitos. Ao todo são trinta adolescentes, trinta, fora os da banda então somos 35, 37 [...] (Adriano)

Le Breton (2017) também descreve a potência da arte enquanto ferramenta possível a ser utilizada na tarefa de viabilizar junto ao adolescente a construção de novos caminhos ou outra maneira de refletir e produzir soluções singulares, ou seja, uma metodologia que

permite trilhar um percurso de descoberta de si mesmo. Sobre a atuação de grupo de teatro descreve a potência desse espaço e do método em si:

Os gestos são falsos, desajeitados, realizados com sorriso dissimulado para mostrar que não são tolos. Pouco a pouco a domesticação se opera. Aqueles que tinha dificuldades com seu corpo e achavam insuportáveis as interações com os alunos do sexo oposto se libertam de suas prevenções. Um espaço de confiança é criado. No final do espetáculo todos dizem o quanto a experiência os libertou e os abriu para os outros. Vários adolescentes interrogados revelam histórias pessoais de martírio, mas reencontraram a confiança em si e uma capacidade de expressão que não tinham anteriormente (Le Breton, 2017, p. 143).

Mais uma vez aqui o espaço de escuta e a forma de interação aparece como um recurso, um método de intervenção que possui um cerne de criatividade e potência!

4.5.2 Eu tenho síndrome do pânico!

*[...] mas eu acho que o pró da vida é assim...
eu acho que uns são beneficiados, tem hora que os outros também...
como é que fala? Penalizado.
Hoje é assim, eu acho que os adolescentes têm que acostumar com isso,
num é toda hora que a gente é favorecida, hoje é assim, tem os altos e baixos da vida,
mas tem que pelo menos levantar a cabeça seguir em frente.
(Adriano, adolescente participante da entrevista)*

Essa nomeação a Adriano antecede a entrevista. Ele vem encaminhado pelo técnico como um adolescente com vários problemas de saúde, com síndrome do pânico, acompanhado pelo Centro de Referência a Infância e Adolescência (CRIA)¹⁷. Nos primeiros instantes o encontro, e em vários outros momentos, ele retoma sua condição, “[...] Comecei a ter síndrome do pânico, tive esse problema de saúde mental” (Adriano). Cunha (2014) alerta para as consequências do que mais amedronta o adolescente, as nomeações “[..] que velam nomes próprios, corroboradas pelo discurso da ciência: os transtornos múltiplos e as suas comorbidades” (Cunha, 2014, p. 147).

Sobre o efeito que as palavras lhe causaram, reverteram em sintomas. Adriano não se conforma ao narrar um desentendimento que teve com a liderança da igreja e à agressão ocorrida na escola: “[..] Então, eu não concordei com aquilo e isso prejudicou ainda mais minha saúde. Porque palavra machuca mais que uma apunhalada nas costas”

¹⁷ Equipamento de atuação semelhante a CAPSi, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde do município

4.5.3 Entre a cruz e a espada

Todos os participantes do estudo exerceram ou exercem atividades com fins econômicos de caráter informal e irregular (noturno, doméstico, sem registro e acompanhamentos), frente à necessidade de auxiliar nos proventos da família, em um contexto multifatorial de vulnerabilidade de renda.

De acordo com o ECA, atividades econômicas ou atividades de sobrevivência só podem ser realizadas por adolescentes em idade superior a 16 anos, em condição de aprendiz, sejam elas remuneradas ou não, com ou sem finalidade de lucro (Brasil, 1990).

De acordo com o Diagnóstico Intersetorial Municipal, realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDS), com base nos dados do Censo de 2010 do IBGE, o município apresentava 283 crianças e adolescentes com idade entre 10 a 15 anos ocupados, sendo que 92 adolescentes, foram identificados exercendo trabalho doméstico. Entretanto, existe um dado divergente entre o Cadastro Único¹⁸ e o Censo de 2010, no qual somente 1,1% destes, identificados como ocupados, estariam no CadÚnico (Brasil, 2018a). Isso nos aponta a necessidade de estudos, diagnósticos e análises para subsidiar ações intersetoriais de identificação e enfrentamento às essas situações no município (Brasil, 2019a).

Ressalta-se aqui a idade das mães enquanto um fator de vulnerabilidade pois indica que estas estavam jovens no período de procriação. Três das cinco famílias, são chefiadas por mulheres com emprego informal, e pela sua idade e dos filhos, constata-se que foram mãe ainda bem jovens, numa faixa de 19 a 24 anos de idade. Esses aspectos conjugam para uma precarização das famílias participantes da pesquisa (Sposati, 2009). Sobre esse aspecto a pobreza dificulta em vários aspectos a vida da família em sua função protetiva:

Não é revelada a dimensão coletiva das vulnerabilidades que acometem os sujeitos em seus contextos, ao tempo em que a família é chamada para exercer protagonismo na proteção de seus membros. Com isso, a função de proteção e cuidado, que recai com maior intensidade sobre a mulher, somada aos poucos recursos para o seu desempenho, é acrescida pela sobrecarga simbólica de incapacidade frente às dificuldades impostas pelo capital. Tal situação acarreta maiores dificuldades do exercício protetivo e exacerba desigualdades de gênero.

¹⁸ Instrumento que identifica e caracteriza o público elegível a programas sociais do Governo Federal, prioritariamente, de baixa renda, entendidas como aquelas que têm: renda mensal até meio salário mínimo por pessoa; ou renda mensal total de até três salários mínimos. Permitindo conhecer a realidade socioeconômica da família, composição de todo núcleo familiar, além de dados do domicílio e formas de acesso a serviços públicos essenciais.

Não por outro motivo, o cuidado, a proteção e a autonomia de membros adolescentes e idosos ficam ainda mais controversos. A condição específica desses membros demanda não só apoio para a capacidade protetiva das famílias, como também a corresponsabilização do Estado para a proteção dos familiares em ciclos de vida singulares (Carmo e Guizardi, p. 08, 2018)

As ocupações precárias e irregulares, não são resolutivas ao desemprego e à vulnerabilidade dessas famílias, ao contrário são fatores de risco, sobretudo aos adolescentes. Em busca do sustento o que se produz é uma insegurança quanto ao futuro desses adolescentes, desvelado em desproteção social (Sposati, 2009). Situação evidenciada nas falas de Marcela, Adilson e Leticia:

Haaa, eu sou uma menina assim, coloca as prioridades da minha família, sempre a minha família, sempre acima de tudo! Por exemplo, se eu vejo que tá faltando algo dentro de casa, sempre primeiro minha família [...] Eu penso em estudar e ter uma profissão boa! Eu pensava em Engenharia Civil, mas eu vou olhar o que for mais rápido pra mim. Eu num penso em ficar muitos anos em fazer faculdade e depois ter um emprego, sabe? É tipo, advocacia, é isso mesmo [...] Ehhhh eu pensava sempre em Engenharia Civil, pensava sempre em Engenharia, se eu conseguir.... se Deus quiser (Marcela).

Eu quero estudar, ler... o que eu quero? Ser médico, quando eu crescer. Aí tem que esforçar bastante para conseguir, porque eu fiquei sabendo que é muito anos de estudo pra chegar em médico, eu falei: Nossa senhora! Nem... Eu não sei se eu desisto em ser médico ou continuo nessa profissão ainda, mas meu tio tá me aconselhando, eu também sou mecânico porque quando eu trabalhava com ele eu mexia com caminhão, ele tá falando que eu tenho muita experiência para mexer com mecânica. Aí eu falei eu não sei ainda. Eu fiquei confuso que mecânica também dá dinheiro, e médico também dá dinheiro. Aí eu estou confuso, entre esses dois lados só! (Adilson).

Eu quero um trabalho, terminar o ensino médio, eu quero fazer a faculdade de jornalismo ou direito. Uma das duas coisas, e ... aí eu pretendo estudar fazer... Eu pretendo fazer mestrado essas coisas e fazer a prova pra mim chegar a ser juíza. Isso! Eu também quero morar no exterior, essas coisas, fazer intercâmbio, depois voltar. São esses projetos que eu tenho. Poder ter uma renda boa, logo tipo, depois que estiver bem resolvida na minha vida, mas para frente ter uma família, entendeu? (baixinho) Isso que eu quero. Poder dar um conforto para minha mãe é isso que eu desejo (Leticia).

O fato é que os adolescentes se encontram em uma encruzilhada entre trabalhar ou estudar para garantir um futuro melhor, no qual eles impõem a si próprios a responsabilidade de uma ruptura do contexto social em que sua família se encontra. Por outro lado, parece uma audácia sonhar e investir um longo tempo em estudos, frente a todas as necessidades no presente, na perspectiva de construir algo incerto no distante futuro!

4.6 Adolescência e políticas públicas: em pauta ou fora de pauta?

... acho que a prefeitura devia procurar o cidadão lá daqui, perguntar o que devia ser sugerido para ajudar... só que a Prefeitura não procura!!! [local] eu acho que ele é um bairro que ele é esquecido assim, a prefeitura não é um negócio dos jovens. Ela não procura os jovens (Adriano)

Adriano fala com bastante indignação sobre as faltas e falhas na atuação da Prefeitura em seu território. No âmbito das políticas públicas, conforme preconiza os normativos legais, a adolescência aparece com primazia desde o planejamento dos recursos até sua execução, nas rotinas de atendimento. As famílias procuram os serviços, em busca de respostas e possibilidades frente às suas angústias, vulnerabilidades e risco.

De fato, as ofertas de serviços públicos existem e são executadas diretamente pelo poder público ou indiretamente por intermédio de organizações não governamentais. O município possui diversos programas e projetos exitosos que o diferenciam positivamente da realidade do Estado (conforme elencados no subcapítulo 3.2). Entretanto, existe uma lacuna que não parece alcançar as necessidades do adolescente ou de sua família, em especial os que se encontram em maior vulnerabilidade. Para os profissionais, em diversos momentos, a fala sempre se repete: “Não são prioridades da política” ou “Não temos o que ofertar”. Paira uma invisibilidade, não se sabe exatamente quem são e nem como acessá-los.

O que se percebe é a falta de dispositivos eficazes que se iniciam com o mapeamento e escuta que permitam conhecer e ouvir as demandas dos adolescentes, propiciando a implementação de ações mais assertivas. As ofertas identificadas possuem um caráter paliativo, sem uma conexão entre os objetivos das políticas, demandas dos munícipes e os resultados que deveriam ser alcançados.

Esse contexto pode ser visualizado pelas representações nos mapas nos quais não se identifica dentre os espaços acessados, os serviços públicos, com exceção da escola que faz parte do cotidiano dos adolescentes. Como exemplo, destacamos o mapa elaborado pela adolescente Letícia (Figura 12).

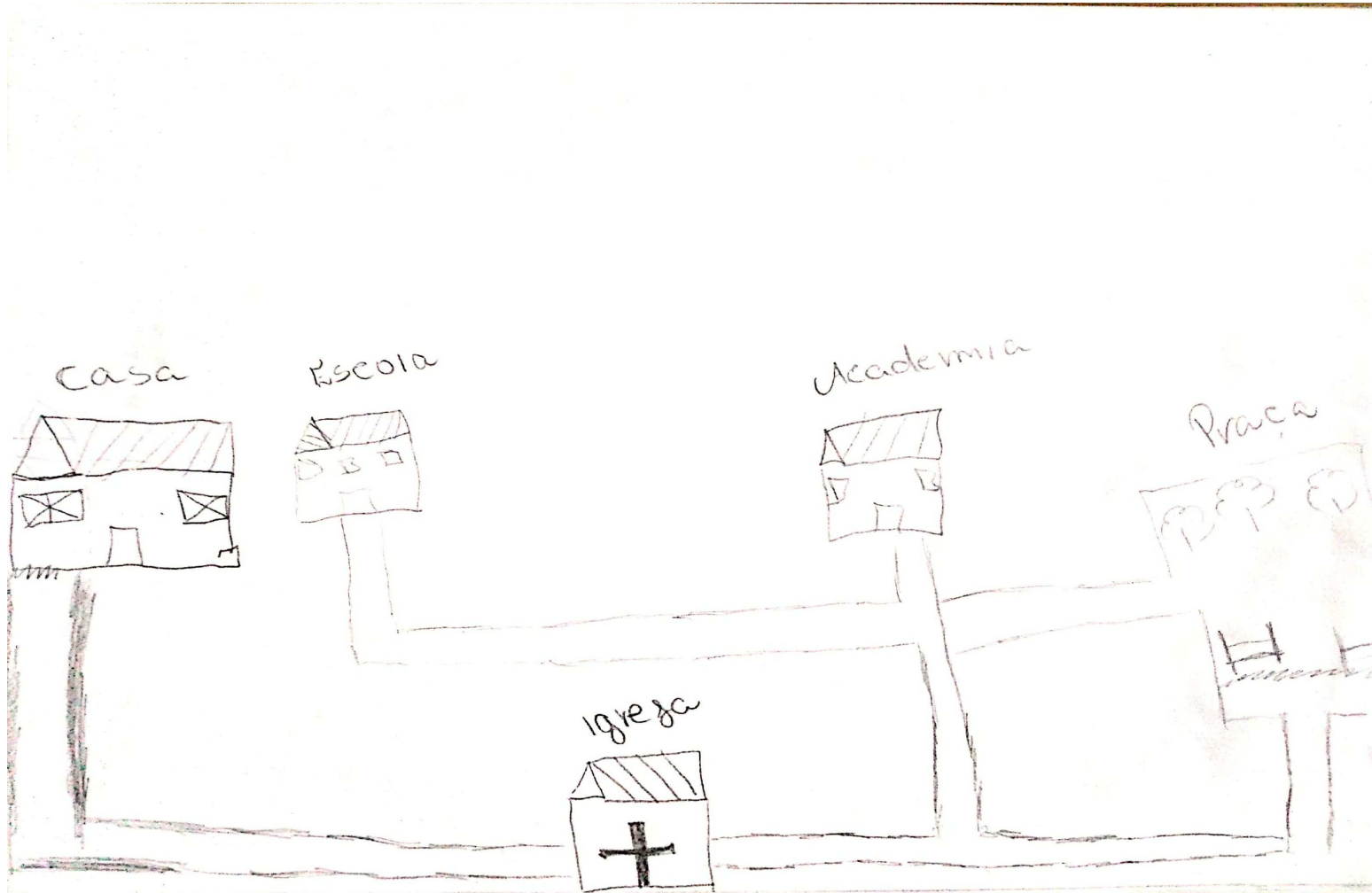
Ressalta-se aqui o engajamento e a potência de Adriano, protagonismo a ser replicado e fortalecido entre os adolescentes. Com atuação de liderança em diferentes espaços, na igreja, na quadrilha local, na cavalgada, ele se sente *a priori* sem ação frente a sua condição de adolescente: “isso não cabe a mim, porque eu só tenho 15 anos, e fica assim, né? Como é que eu posso mudar um bairro, sendo que eu não sou nada, entendeu? [...] Antes

eu achava que cabia a mim” (Adriano). No entanto, descreve com entusiasmo as tentativas que em sua perspectiva foram frustradas:

Então tem que melhorar várias coisas sobre isso, eu, eu já eu, já pensei muito em poder ajudar no bairro [...] Vamos supor. Eu tentei fazer uma Ong e não consegui [...] Mas eu gosto de trabalhar, muitos altos e baixos, claro, mas eu gostei de trabalhar, é bom trabalhar com uma coisa que é para mim também, porque eu também sou um adolescente. Trabalhar com adolescentes também é bom
(Adriano)

Nessa perspectiva, enaltece aqui a importância da mobilização de participação dos adolescentes na construção da Política em espaços já contemplados à sua participação, como os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, nas três esferas de governo. Disseminar esses espaços são atribuições técnicas de fomento à emancipação e à cidadania das políticas públicas.

Figura 11 - Mapa de circulação na cidade de Leticia



Fonte: Dados da pesquisa. Mapa desenhado por Leticia (2019)

Cabe aqui ressaltar uma intervenção técnica que demonstra o desejo de transmissão, que suscita nos adolescentes acolhidos o gosto pela palavra, a oferta de uma escuta diferenciada:

Olha depois desse tratamento do CRIA eu saí, eu saí ... eu não lembro do que aconteceu... eu saí do CRIA, aí no dia 15 de outubro, a Ana Clara marcou uma ... uma consulta pra mim eu também não fui. Aí eu fui na [...], só que eu não adaptei com o ambiente de lá, porque já tinha acostumado com o ambiente do CRIA, e pedi pra voltar pro CRIA. Agora eu quero ... eu acho que vai me ajudar bastante, foi ontem que eu fui lá no CRIA, retomei o tratamento lá no CRIA. Não com a mesma psicóloga. Eu falei assim: - Tomara que seja a mesma. Mas aí no dia 7 de fevereiro agora tem que voltar lá de novo. O CRAS é muito acolhedor. A Ana Clara principalmente, já tem dois anos ou três anos que ela tá com a gente e tudo que precisa ela tá aki! (Adriano)

Foi conversando aqui ... eu gostei, fiquei interessado, a Ana Clara me chamou pra voltar aqui, eu voltei nós ficou conversando, conversando...conversando...o que eu queria ser da vida: Oh que eu queria ser? Eu nem sabia o eu o que eu queria ser! Minhas mente era toda fechada. Fui conversando aqui, fui desenvolvendo, sabe? A aí ela pegou me indicou para Claudilene psicóloga né, aí ela conversou comigo, ela me passou os negócios lá da Federal, eu falei com ela que eu queria passar, só que eu tenho que estudar muito! Ela até passou uma apostila com os cursos lá da federal, com as áreas que eu gosto que é TI, Tecnologia da Informação. Aí, pegou a Claudilene ia sair de férias ela falou que ia arranjar uns negócios de emprego pra mim, aí pegô, ela entrou de férias eu fiquei sem saber de nada. Aí pegô a Ana Clara me levou e falou que Viviane vinha aqui um dia pra conversar comigo. Aí Viviane veio e foi comigo, explicou o negócio onde que iria ser e onde que eu tinha que ir, esse negócio da empresa, aí, pegô eu fui! (Adilson)

Em ambos os casos descritos, o atendimento aos adolescentes antecedeu ao acolhimento de sua família. Algo que contradiz a lógica habitual, em que geralmente quem demanda pelo adolescente é a escola ou família. Cunha (2014) traz à tona uma importante descrição sobre a demanda:

“[...] o adolescente também pode ocupar distintos lugares: de quem demanda, da recusa, do sujeito e do objeto. O paciente, quando vai ao médico, quase sempre ocupa o lugar de quem demanda. Idealmente e muito raramente, o adolescente ocupa esse lugar.

Entretanto, é preciso estar atento, a demanda é dialética, enigmática. Habitualmente, o adolescente ocupa o lugar da recusa (Cunha, 2014, p. 150-151)

Nos atendimentos é importante pensar nas demandas veladas, refletir de onde elas se originam, permitindo uma elaboração do adolescente, à proporção que se abre a possibilidade de escuta.

Em um debate sobre o conceito de adesão, revisitando as normativas e orientações técnicas da assistência social, além de artigos de revisão da área da saúde, Cunha (2017) levanta estudos que sustentam a ideia de adesão, enquanto compromisso ou participação do usuário e/ou paciente ao tratamento, está intrinsecamente ligada aos vínculos, dentre um extenso rol de outras intervenientes, que perpassam desde aspectos objetivos a subjetivos, como por exemplo, acessibilidade ao equipamento, características pessoais, legados familiares, experiências anteriores negativas. A discussão não se encerra, porém traz à tona uma nota importante:

[...] A atuação das equipes, no sentido de promover integralidade e intersetorialidade, foi determinante para que os usuários permanecessem no serviço, inclusive construindo sua autonomia e gerando novas possibilidades de interação social. Características dos profissionais também se mostraram relevantes, seja por terem coragem de inovar, seja por terem apostado na experiência adquirida ao longo dos anos de trabalho, gerando relação de confiança e vínculos que sustentaram adesões que, a princípio, pareciam não serem possíveis [...] (Cunha, 2017, p. 211).

O fato é que a adolescência traz inúmeras possibilidades de respostas, nesse momento de construção à sua travessia e frente ao contexto em que se inserem, atravessado pelas diferenças culturais, territoriais, sociais, e, como o desafio da intervenção técnica no campo das políticas públicas, é sim trabalhosa! Essa interface entre a singularidade e os denominadores comuns à adolescência atravessado pelo contexto social, estrutura uma lógica de resposta, que podem orientar a atuação técnica (Guerra *et al.*, 2015).

Logo, possui uma dimensão essencial interação entre os profissionais de políticas públicas e os adolescentes, na medida que essa condição parece ser de vital importância na criação e manutenção de uma relação de confiança, na qual se considere as condições objetivas, mas também as características subjetivas intervenientes a uma adolescência.

Assume um papel de destaque a educação permanente que seja capaz de permitir o aprimoramento das ações políticas através de momentos de reflexão e compartilhamentos técnicos, e, por fim resulte em melhoria da qualidade dos serviços prestados.

4.7 Codificações: Temas em comum

Foram elencadas as codificações de maior frequência presente nas narrativas conforme uma das possibilidades de análise apontada por Gibbs (2009). Portanto, para além dos aspectos individuais de cada entrevistado, evidenciaram-se situações comuns à adolescência, em destaque: a relação proximal com a violência, com drogas, ocupação/trabalho irregular em detrimento à vulnerabilidade de renda. Desta forma, sintetizou-se na tabela 2 as codificações conforme os temas discutidos acima que resumem :

- a) Acesso a serviços públicos;
- b) Sugestões de atividades coletivas;
- c) Configurações de família;
- d) Estratégias de enfrentamento à violência;
- e) Locais de acesso no território;
- f) Percepção do local em que vive;
- g) Projeto de vida;
- h) Ocupação/Trabalho;
- i) Vínculos relacionais.

Em resumo, o serviço público mais acessado é a escola, local que possui uma conotação negativa para a maioria dos adolescentes; as atividades coletivas sugeridas giram em torno das apresentações culturais em locais acessíveis aos adolescentes. As estratégias de enfrentamento à violência perpassam pela redução dos horários e locais de circulação que apresentam maiores riscos, em especial para as meninas; os locais mais acessados no território pelos meninos são as praças e cachoeiras, enquanto para as meninas essa mobilidade é bem reduzida a uma circulação restrita entre casa e escola. De forma geral os adolescentes gostam do local onde vivem e tem uma percepção positiva. Ainda assim, possuem poucos vínculos relacionais, numa configuração de família monoparental, no qual as mães são as principais responsáveis pelo sustento familiar, levando os jovens a recorrer ao trabalho irregular e informal, num tentativa de provisão e sustento básicos.

Tabela 2 - Síntese das codificações

Participantes	Acesso a serviços públicos	Sugestões de atividades coletivas	Configurações de Família	Estratégias de enfrentamento frente à violência
Adriano	Escola; CRIA, CRAS	Não sugerido	Reside com a mãe e o padrasto, 04 irmãs e 03 irmãos. Um dos irmãos estava preso, seria solto em fevereiro de 2019.	Não relatado
Marcela	Escola	Cinema, Shopping, show	Reside Marcela, com a mãe, duas irmãs e sobrinho, num barracão no mesmo lote que a avó materna	Sua família teve que mudar há seis meses devido à violência
Leticia	Escola	Cinema, Shopping, show, atividades/oficinas de música	Residem com a tia, avós paternos. Nos períodos de férias visita a mãe.	Não sai à noite, quando o faz somente em grupo
Leandro	Escola, CRAS	Não sugerido	Reside com o pai a mãe e duas irmãs	Não relatado
Adilson	Escola, ONG CH (Condomínios Horizontais)	Não sugerido	Mora com a mãe. Às vezes o irmão mais velho passa um período com eles	Não sai à noite todo dia, somente quando a praça está movimentada

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Tabela 2 - Síntese das codificações (continuação)

Participantes	Locais de acesso no território	Percepção do local em que vive	Projeto de vida	Ocupação/Trabalho
Adriano	Igreja, campo de futebol, escola,	Não é um ambiente familiar, vontade de mudar	Não relatado	Trabalhou durante 04 anos numa hamburgueria a noite
Marcela	Sorveteria aos finais de semana, escola	Gosta do novo local, mas o anterior descreve como um lugar impossível de viver devido ao tráfego.	Viajar com a família e ter uma casa própria. Fazer Engenharia Civil	Cuida de duas crianças
Leticia	Igreja, Praça, escola	Não relatado	Terminar o ensino médio, ser juíza, dar conforto pra mãe e ter família	Cuidava de crianças
Leandro	Açude/poço azulão, praça, bicicleta, escola	Retrata que era bom, mas está ficando ruim devido a construção de conjuntos habitacionais		Há um mês está como jovem aprendiz numa empresa de informática, intermediado pelo CRAS
Adilson	Cada da tia, casa da colega, anda de bicicleta, escola, CNH, praça	Gosta muito do lugar que vive	Ser médico ou mexer com caminhão	Trabalhava numa oficina mecânica de retroescavadeira com o tio, lava carros e atua como DJ em festas com o irmão.

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O prazer da leitura não está na beleza das frases, mas na dor do dizer [...] É esse mistério do ser humano, todo ser humano é estrangeiro a si mesmo. [...] No fundo, somos todos estrangeiros a nós mesmos. E é porque existe algo de estrangeiro em nós que falamos ao outro. [...] Falar permite passar no corpo a palavra, o gozo estrangeiro que há em nós, o que o poeta chama a dor da palavra [...] para que cada um possa dizer o estranho que há em si.

Philippe Lacadée (2017)

Assim foi possível notar que as tentativas de assistir ao adolescente geralmente se apresentam incipientes e incongruentes com suas demandas e não perdura ao longo do tempo, condição esta denunciada em suas narrativas como o vazio e ausência de atenção, em vários contextos, seja o escolar, familiar, mas também do ponto de vista de ofertas das atividades do poder público de caráter protetivo. Demandas estas que aparecem marcadas pela busca de renda, num discurso de auxílio ao sustento da família, e, de lazer realmente acessível e com segurança.

Ao que parece existe um hiato no que diz respeito às atividades ofertadas para o adolescente em situação de maior vulnerabilidade social que se traduz em exclusão, barreiras sociais que dificultam sua participação e reduz possibilidades de espaços sociais e institucionais que possam acolher sua “dor da palavra” nessa jornada à vida adulta. Os espaços e os serviços não contribuem nem se articulam para a construção e fortalecimento de vínculos, principalmente os relacionais quando se trata de uma adolescência exposta a maiores riscos e vulnerabilidade.

Os tipos de vínculos que os adolescentes estabelecem no território são quase inexistentes, principalmente no que tange a serviços públicos. No que diz respeito aos vínculos relacionais são inconsistentes e frágeis, inclusive no âmbito familiar.

Coloca-se aqui uma nota, baseado nas experiências exitosas que destacamos nos resultados: antes de qualquer intervenção, principalmente a de caráter de promoção e prevenção, parece ser uma condição que (pré)exista vínculo entre o profissional e os adolescentes. Ancora uma aposta na palavra, e, um desafio tensionado pela aridez do trabalho proposto que presume ir ao encontro deste adolescente para lhe oferecer escuta e permitir falas, em locais que extrapolam as paredes institucionais, nos espaços onde os encontros e a vida acontecem, e, também nas quais surgem barreiras invisíveis desenhadas pela violência e o uso das drogas, que delineiam os horários e os espaços a serem acessados.

Acredita-se então, que o potencial para o enfrentamento atravessa o fazer técnico, no cotidiano, na ousadia destas estratégias de intervenção.

Ganha destaque a vulnerabilidade de renda que atravessa sonhos e o tempo adolescente: como pensar num futuro diante de um presente incerto e inseguro? Restam dúvidas sobre a condição de existência e possibilidades de escolhas.

Ainda assim, a adolescência encontra potência e é potência! Num bordar da vida, em que a arte através da música toca os adolescentes: notas em comum. Cenas e espaços coletivos como as praças e recursos naturais da cidade, surgem como uma brecha, assinalada pelos próprios adolescentes. E porque não evocar essa possibilidade e utilizar esses recursos como forma inusitada de acesso, de encontro aos adolescentes? Já que a escola foi assinalada como o local de maior vinculação ao adolescente, entretanto com conotação negativa.

Para a assistência social no município, uma bússola é necessária para indicar o caminho, pois um plano sem direcionamento de aplicação reflete um estranhamento do real da vida. Assim, um diagnóstico que vise conhecer vidas e fatos a que se destinam as estratégias de proteção social é fundamental para saber exatamente onde se erguerão percalços no trajeto e quais fatores atuarão como propulsores aos objetivos almejados.

Cada território tem suas especificidades e cada adolescente suas particularidades, assim, em sua *práxis*, tornam-se permanentes algumas incógnitas: como acessar os adolescentes em maior degradação de vulnerabilidade, e qual a nossa capacidade de auxiliá-los nesta travessia?

Estas questões sinalizam a necessidade continuação e ampliação desta pesquisa, principalmente tendo outras políticas e espaços como ponto de acesso aos adolescentes, numa tentativa de compreender e pormenorizar suas demandas.

REFERÊNCIAS

AMDB, A. I. **A invenção da juventude**. 2017. Disponível em: < <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/a-invencao-da-juventude.phtml> >. Acesso em: 16 Mai 2018.

ABRAMO, H. W. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, 1994.

AFONSO, M. L. **Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial**. Belo Horizonte: Casa do Psicólogo, 2000.

ALVARENGA, M. S. **Risco e vulnerabilidade: razões e implicações para o uso na Política Nacional de Assistência Social**. 2012. 133 fls. [Dissertação de Mestrado] Programa de Pós Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

AYRES, J. et al. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESINA, D. e (ORG), F. C. M. (Ed.). **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Fiocruz, v.2, p.121-144, 2003.

AYRES, J. R. D. C. M. et al. Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde. In: CAMPOS, G. W. S.; BONFIM, J. R. A., et al (Ed.). **Tratado de saúde coletiva**. São Paulo: Hucitec, 2012. p.375-417.

BARROS, V. A.; GOMIDE, A. D.; NOGUEIRA, M., L. M. Território e trabalho: condições e limites para as ações do sujeito social. In: MAYORGA, C. e PRADO, M. C. M. O. (Ed.). **Psicologia Social: articulando saberes e fazeres**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p.326.

BAUER, M. W.; GASKELL, G.; GUARESCHI, P. A. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 10 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012

BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BONFIM, Z. A. C. **Cidade e afetividade: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e São Paulo**. 2003. 237 f. [Tese de Doutorado] Psicologia, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

BRASIL. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**, 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm >. Acesso em: 16 Mai 2018

_____. **Política Nacional de Assistência Social**. MDS. Brasília: MDS 2004.

_____. **Tipificação nacional de serviços socioassistenciais**. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009.

_____. **Censo Demográfico**: IBGE 2010.

_____. **Diagnóstico Intersetorial Municipal. Desenvolvimento de ações estratégicas Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**. MDS 2018a.

_____. INEP - MEC. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica** 2018b. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/ideb> >. Acesso em: 17 Març 2019.

_____. **CECAD Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico**. 2019a. Disponível em: < <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/sobre.php> >. Acesso em: 03 mar 2019a.

_____. DATASUS. **Tecnologia da Informação a Serviço do SUS**. 2019b. Disponível em: < <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02> >. Acesso em: 03 mar 2019b.

BRASIL, MDS. **Mapas Estratégicos para Políticas de Cidadania**. 2019. Disponível em: < <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/index.php?codigo=314480> >. Acesso em: 03 mar 2019c.

CARMO, M. E. D.; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, 2018. ISSN 0102-311X. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2018000303001&nrm=iso >. Acesso em: 02 Jun. 2018.

CASTRO, M. G. Políticas Públicas para juventude: Questões para a participação. In: (Ed.). **Psicologia social: articulando saberes e fazeres**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

COLE, M.; COLE, S. R. **O desenvolvimento da criança e do adolescente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CUNHA, C. **A janela da escuta: relato de uma experiência clínica**. Belo Horizonte: Scriptum, 2014.

CUNHA, E. S. M. **Efetividade deliberativa: um estudo comparado de Conselhos Municipais de Assistência Social (1997 /2006)**. 2009. 377 fls. [Tese Doutorado] Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Minas Gerais, Belo Horizonte.

_____. Adesão aos serviços socioassistenciais: contribuições ao debate. In: ROCHA, C. A. R.; RODRIGUES, C. C., *et al* (Ed.). **SUAS Conexões: relatos de experiências Famílias - Adesão/não adesão de famílias e indivíduos ao SUAS aspectos objetivos e subjetivos**. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, 2017. p.222.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe (1981)**. Plataforma Gueto: Boitempo Editorial: 171 p. 2013.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, p. 40-52, 2003. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300004&nrm=iso >. Acesso em: 21 FEV 2018.

FELIPPE, M. L.; KUHNEN, A. O apego ao lugar no contexto dos estudos pessoa-ambiente: práticas de pesquisa. **Estudos de Psicologia**, Campinas, p. 609-617, 2012. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/pdf/3953/395335547015.pdf> >. Acesso em: 04 Set. 2018.

FILGUEIRAS, C. A. C. Os territórios do SUAS. In: MOREIRA, M. I. C. e ROMAGNOLI, R. C. (Ed.). **O Sistema Único de Assistência Social - Suas: A articulação entre Psicologia e o Serviço Social**. Belo Horizonte: CRV, 2014.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa-3**. Porto Alegre: Artmed editora, 2009a.

_____. **Qualidade na pesquisa qualitativa: coleção pesquisa qualitativa**. Bookman Editora, 2009b.

FREUD, S. Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade. In: (Ed.). **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Standart Brasileira, v.VII, 1905. p.129-237.

FROTA, A. M. M. C. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 7, p. 0-0, 2007. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812007000100013&nrm=iso >. Acesso em: 18 Ago 2018.

GUERRA, A.; CUNHA, C.; SILVA, R. **A assistência social pública na interface entre subjetividade e política**. 1 ed. Belo Horizonte:: Scriptum, 2015.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009

IPEA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise (2015- 2016)**. Brasília: IPEA. Caderno 25, 2018.

IZAÚ, V. R. **Insurgências Urbanas e direito à cidade na perspectiva de ativistas em Belo Horizonte**. 2017. 147f. Tese [doutorado] Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

KAZTMAN, R.; FILGUEIRA, F. As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque “ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades”(AVEO). **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: NEPO/UNICAMP, p. 67-94, 2006.

KOGA, D. Cidades entre territórios de vida e territórios vividos. **Serviço Social & Sociedade**, v. 72, p. 22-52, 2002.

_____. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Serviço Social em Revista**, v. 16, n. 1, p. 30-42, 2013.

LACADÉE, P. **O despertar e o exílio: ensinamentos psicanalíticos da mais delicada das transições, a adolescência**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

_____. O risco da adolescência. In: (Ed.). **Juventude e cidade: a potência do um e do em comum**. Belo Horizonte: Folium, 2017. (Promoção de Saúde e Prevenção da Violência).

LE BRETON, D. **Uma breve história da adolescência**. Belo Horizonte: Editora PucMinas, 2017. Disponível em: < <https://books.google.com.br/books?id=C7qvoQEACAAJ> >.

LIBANIO, A. C. O. Colocando os pobres no mapa: representação, cidadania e reconhecimento nas favelas de BH. In: (Ed.). **Favelas e periferias metropolitanas: exclusão, resistência, cultura e potência**: Favela é Isso Aí, 2016. p.281-287.

MAPDATA. Mapa Geográfico de Nova Lima 2018. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-19.9087205,-43.9293708,15z>>. Acesso em: 23 Apr 2019.

MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D. J. Vulnerabilidade do lugar vs. vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 26, p. 161-181, 2009. Disponível em: <

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982009000200002&nrm=iso >. Acesso em: 05 set. 2018.

MELO, E. M. O. A contribuição do Projeto Frutos do Morro na prevenção da violência: construção e fortalecimento de vínculos. In: MELO, E. M. (Ed.). **Podemos prevenir a violência?** Brasília: OPAS, 2010.

MINAYO, M. C. D. S. Cientificidade, generalização e divulgação de estudos qualitativos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 16-17, 2017.

MUYLAERT, C. J. et al. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, p. p. 184-189, 2014. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/reusp/article/view/103125> >. Acesso em: 27 Ago 2018.

NOVA LIMA. **Plano Municipal de Assistência Social de Nova Lima (2019 - 2022)**. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Nova Lima. Nova Lima: SEMDS: 97fls. p. 2019.

OLIVEIRA, R. A. Do vínculo às relações sociais: Aspectos psicodinâmicos. **Análise Psicológica**, v. 18, p. 157-170, 2000. ISSN 0870-8231. Disponível em: < http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312000000200002&nrm=iso >. Acesso em: 28 Ago 2018.

PAUGAM, S. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: VOZES (Ed.). **Sawaia, Bader (Org). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 5 ed. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2007.

PERLMAN, J. E. **O mito da marginalidade: favelas e polícia no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PUCMINAS. **Relatório do Diagnóstico Situacional da realidade de crianças e adolescentes do município de Nova Lima/MG**. Belo Horizonte 2016.

ROMAGNOLI, R. C. Acerca da noção de território no SUAS: a proposta esquizoanalítica. In: ROMAGNOLI, R. C. e MOREIRA, M. I. (Ed.). **Sistema Único de Assistência Social: Articulação entre Psicologia e o Serviço Social no campo da proteção social, seus desafios e perspectivas**. Belo Horizonte: CRV, 2014.

ROSA, J. G. Aí está Minas: a mineiridade. **Acervo da Revista Bula**, 1957. Disponível em: < <https://acervo.revistabula.com/posts/web-stuff/ai-esta-minas-a-mineiridade> >. Acesso em: 19 Nov 2018.

_____. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; AMORIM, K. D. S.; SILVA, A. D. Rede de significações: alguns conceitos básicos. In: ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM, K. S., *et al* (Ed.). **Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, v.1, p. 23-33, 2004.

SAVAGE, J. **A criação da juventude: como o conceito de teenage revolucionou o século XX**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SAWAIA, B. O. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 5 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004.

SPOSATI, A. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**, Brasília, 2009. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/concepcao_gestao_protecaosocial.pdf>. Acesso em: 19 març de 2019.

TAQUETTE, S. R.; VILLELA, W. V. Balizas do conhecimento: análise das instruções aos autores das revistas brasileiras da área de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, p. p. 7-13, 2017.

TONIOLO, L. B. **Encontros entre violência e cidade a partir do olhar de um adolescente**. 2015. 160 fls. [Dissertação de Mestrado] Faculdade de Medicina, Universidade Federal da Minas Gerais, Belo Horizonte.

TORRES, A. S.; AZEVEDO, M. J. **Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília: MDS, 2013.

VIGNOLLI, J. R. Vulnerabilidade sociodemográfica: antigos e novos riscos para a América Latina e o Caribe. In: (Ed.). **Novas Metrôpoles Paulistas: População, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006. p.616.

WACQUANT, L. J. **Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

APÊNDICE A - SÍNTESE BIBLIOGRÁFICAS DAS NARRATIVAS

Leandro	<p>Leandro tem 16 anos, nasceu em Nova Lima. Reside na região Nordeste, com a mãe, o pai e duas irmãs, sendo uma mais velha e outra mais nova que ele. Frequenta a igreja do Evangelho Quadrangular. Há um mês iniciou como Menor Aprendiz numa empresa de informática da região. Seu maior passatempo é mexer com computadores, e com isso relata com entusiasmo sua primeira experiência de trabalho. Fica mais em casa, gosta de assistir séries, filmes e jogos. Gosta de andar de bicicleta com os amigos “downhill”. Além disso, frequenta muito as cachoeiras da região. Este ano cursará o segundo ano do Ensino Médio. A família é beneficiária do Bolsa Família.</p>
Adilson	<p>Adilson tem 17 anos, reside na Regional Noroeste de Nova Lima há 07 anos, com sua mãe. Algum tempo atrás um primo residia com eles. Esporadicamente o irmão mais velho (21 anos), o qual ficou conhecendo pelo face, sem saber que era seu irmão, até ser apresentado pessoalmente a ele ano passado. Fruto de outro relacionamento da mãe, que reencontrou o filho após 15 anos, entregou a criança aos cuidados dos avós paternos devido a falta de condições financeiras. O pai reside em Ouro Preto com outra família, mas mantém contato e expressa vontade de retornar a conviver com a mãe de Adilson, mas coloca a questão de mais seis filhos como empecilho para que isso ocorra. Adilson demonstra desejo e curiosidade de conviver com o pai, que saiu de casa quando ele tinha 01 ano de idade. Frequenta uma Ong, para aula de judô. Sua principal atividade é andar e consertar bicicleta com os amigos. Gosta muito de funk, e às vezes trabalha de DJ com o irmão. Trabalhava numa empresa de mecânica de retroescavadeira com o tio, com manutenção de máquinas pesadas. Quer muito trabalhar para adquirir outra bicicleta (pois a dele havia sido roubada dois dias antes da entrevista). A relação proximal com as drogas e armas, está sempre presente nos bailes de funk, dentro e fora da escola. Tem como projeto estudar (medicina ou engenharia) porque são duas profissões rentáveis, mas não quer estudar por longo tempo.</p>

Adriano	<p>Adriano tem 15 anos, reside há 13 anos na Região Nordeste de Nova Lima, com sua família, ao todo seis irmãos, com um que estava preso e será solto no próximo mês, e o padrasto que é muito próximo a ele prestativo. O pai saiu de casa quando ele tinha 05 anos e não manteve contato. Diverge bastante das preferências com os irmãos (desde lazer, música) e devido a isso, não possuem muito contato. Descreve sua mãe como uma pessoa que dedica a vida para o cuidado e bem-estar dos filhos, e relata que com o tempo foi se afastando das conversas com ele, e ele sente muita falta! Frequenta ativamente a igreja evangélica e coordena a quadrilha da região com cerca de 32 jovens. Parou de estudar durante três anos, após agressão de uma professora. Ele foi penalizado e com a professora, apesar dos registros das imagens nada ocorreu. Atualmente retomou os acompanhamentos no CRIA devido a crises que ele denomina de Síndrome do Pânico. Após intervenção técnica do CRAS foi transferido para uma escola na Sede do município, e, conseguiu ser aprovado ano passado. No momento da entrevista havia três dias que estava com o braço direito machucado (o que inviabilizou o desenho do mapa). Trabalhou durante 04 anos em estabelecimento comercial no horário noturno. Demonstra muita satisfação em participar da igreja e trabalhar com a “juventude”, relata com pesar os momentos que se afastou da quadrilha por motivos de saúde e da igreja por desentendimento com a Pastora. Embora seja participativo na comunidade, e perceber que o local onde vive precisa de melhorias, acredita que esse papel não o cabe, em detrimento à sua idade. Com exceção da igreja e uma praça próxima a sua casa não frequenta muitos lugares, lista com ênfase espaços de lazer que nunca foi atribuindo, tal fato à falta de oportunidades.</p>
Letícia	<p>Letícia, 16 anos reside há três anos na região noroeste do município, com os avós paternos e sua tia, antes residiram na região Central por dois anos. Moraram por oito anos na cidade de Itabirito. Quando tinha 05 anos foi entregue pela mãe para morar com os avós paternos para que pudesse estudar, porque sua mãe não tinha condições financeiras de ficar com ela, após assassinato do pai por envolvimento com tráfico de drogas na região de Curvelo. Atualmente a mãe possui outro relacionamento e reside com outro filho (9 anos) em Montes Claros. Aos 9 anos, houve uma tentativa de voltar a</p>

morar com a mãe, mas não deu certo. As visitas ocorrem nos meses das férias escolares. Está no terceiro ano do Ensino médio, nunca foi reprovada! Tem um relacionamento de amizade e confiança com a tia. Possui como planos estudar e voltar a morar com sua mãe. Frequenta a igreja da Assembléia, gosta de música e toca teclado. Além de ficar em casa e destacar que o local não possui atividades atrativas, em vários momentos desloca-se para BH para momentos de lazer. Havia uma semana que tinha terminado o namoro.

APÊNDICE B – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Participante)

Participantes com idade entre 12 a 18 anos

Adolescência e violência: sentidos atribuídos ao território

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “**Adolescência e violência: sentidos atribuídos ao território**”, sob responsabilidade da pesquisadora Elifilete Pena. Seus pais ou responsáveis sabem de tudo o que vai acontecer na pesquisa e permitiram que você participe. Esta pesquisa será realizada para entender como os adolescentes percebem o contexto de violência e quais os significados e vínculos afetivos e sociais são estabelecidos no território, identificando potencialidades e fragilidades. A importância desse projeto se deve a uma maior compreensão sobre essa temática no município e visa contribuir para estudos semelhantes.

Você não é obrigado(a) a participar e poderá desistir sem problema nenhum. Você só participa se quiser. As entrevistas da pesquisa serão gravadas e realizadas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) localizado _____, em data e hora previamente agendados para não prejudicar sua frequência às aulas.

Porém, durante as entrevistas, podem acontecer algum desconforto psíquico ou constrangimento. Sua reação será respeitada pela pesquisadora com formação em psicologia, e se necessário serão adotados procedimentos, para minimizar esse risco. Caso seja identificada alguma vulnerabilidade econômica e/ou social, que ainda não tenha sido trabalhada pelo acompanhamento socioassistencial, você será encaminhado ao CRAS de sua referência, juntamente com seu responsável/família.

Ninguém saberá que você está participando da pesquisa. Não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa podem ser publicados, mas sem identificar seu nome ou dos demais adolescentes que participaram.

CONSENTIMENTO

Eu _____ aceito participar da pesquisa **Adolescência e violência: sentidos atribuídos ao território**. Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir. A pesquisadora esclareceu minhas dúvidas e conversou com os meus responsáveis. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e li e concordo em participar da pesquisa.

Nova Lima, ____ de _____ de _____

Assinatura do adolescente

Assinatura da pesquisadora

Pesquisadora Responsável	Pesquisadora (entrevistadora)
Cristiane de Freitas Cunha Endereço: Av Professor Alfredo Balena, 190 – Funcionários CEP: 30.130-100 / Belo Horizonte – MG Telefones: (31) 3409 9773 E-mail: cristianedefreitascunha@gmail.com	Elifilete Costa Araújo Pena Endereço: Rua Chalmers, 91 - Centro CEP: 34.000-00 / Nova Lima – MG Telefones: (31) 994348131 E-mail: elifilete@gmail.com

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

COEP-UFMG - Comissão de Ética em Pesquisa da UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627. Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005.

Campus Pampulha. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP: 31270-901.

E-mail: coep@prpq.ufmg.br. Tel: 34094592.

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Responsável)

Pesquisa: Adolescência e violência: sentidos atribuídos ao território

Prezado (a) Sr. (a),

Seu filho (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “**Adolescência e violência: sentidos atribuídos ao território**”. Nesta pesquisa pretendemos entender como os adolescentes percebem o contexto de violência e quais os significados e vínculos afetivos e sociais são estabelecidos no território, identificando potencialidades e fragilidades. A importância desse projeto se deve a uma maior compreensão sobre essa temática visando contribuir para estudos congêneres.

Para esta pesquisa será realizada entrevista com Elifilete Pena, no seu Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) localizado à rua _____, em data e hora previamente agendados para não prejudicar sua frequência escolar.

A pesquisa pode acarretar danos mínimos à saúde dos sujeitos participantes como desconforto psíquico ou constrangimento durante as entrevistas. A reação do seu(ua) filho(a) será respeitada pela pesquisadora com formação em psicologia e, se necessário, serão adotados procedimentos para minimizar esse risco. Caso seja identificada alguma vulnerabilidade econômica e/ou social, que ainda não tenha sido trabalhada pelo acompanhamento socioassistencial, ele(a) poderá ser encaminhado e orientado ao CRAS de referência.

Para participar deste estudo o Sr. (a) ou seu(ua) filho(a) não terão nenhum custo, nem receberão qualquer vantagem financeira. Vocês terão todo o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar, estando livres para participar ou recusar-se a participar e a qualquer tempo e sem quaisquer prejuízos. Como benefício, esta pesquisa poderá auxiliar na identificação de possíveis ações e estratégias destinadas aos adolescentes e contribuir para estudos congêneres sobre fortalecimento de vínculos no município, enquanto possibilidade de prevenção às vulnerabilidades.

A participação é voluntária, e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr. (a) ou seu filho (a) é atendido (a) pela pesquisadora ou pela rede de atendimento público do município, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. O (A) seu (a) filho (a) não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao (a) Sr. (a). A entrevista será gravada e, após a transcrição, os áudios serão destruídos. As transcrições da entrevista, juntamente com a outra via deste termo, ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos, no 8º andar da Faculdade de Medicina da UFMG, na Av. Alfredo Balena, 190, Santa Efigênia – BH/MG, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a identidade do seu filho com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resoluções Nº

466/12; 441/11 e a Portaria 2.201 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

CONSENTIMENTO

Eu, _____, portador(a) do documento de Identidade _____, fui informado (a) dos objetivos, métodos, riscos e benefícios da pesquisa “**Adolescência e violência: sentidos atribuídos ao território.** Compreendi que a participação é totalmente voluntária e que poderei não concordar com a participação do menor sob minha responsabilidade neste estudo, sem qualquer prejuízo pessoal, bem como, solicitar novas informações a qualquer tempo. Eu li este formulário e recebi as instruções pela pesquisadora, que me deu a oportunidade de esclarecer todas as minhas dúvidas e, após assinar e rubricar todas as páginas e as duas vias deste documento, recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido também assinada pela pesquisadora.

Nova Lima, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal pelo adolescente Nome completo do participante/entrevistado

Assinatura da pesquisadora: _____

Pesquisadora Responsável	Pesquisadora (entrevistadora)
<p>Cristiane de Freitas Cunha</p> <p>Endereço: Av Professor Alfredo Balena, 190 - Centro</p> <p>CEP: 30.130-100 / Belo Horizonte – MG</p> <p>Telefone: (31) 3409 9773</p> <p>E-mail: cristianedefreitascunha@gmail.com</p>	<p>Elifilete Costa Araújo Pena</p> <p>Endereço: Rua Chalmers, 91 - Centro</p> <p>CEP: 34.000-00 / Nova Lima – MG</p> <p>Telefone: (31) 99434-8131</p> <p>E-mail: elifilete@gmail.com</p>

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

COEP-UFMG - Comissão de Ética em Pesquisa da UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627. Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005.

Campus Pampulha. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP: 31270-901

E-mail: coep@prpq.ufmg.br. Tel.: 34094592

ANEXO A – ASSENTIMENTO INSTITUCIONAL DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DE NOVA LIMA



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Declaração de Anuência

Autorizo a realização da pesquisa intitulada "**Adolescência e violência: sentidos atribuídos ao território**" vinculada à linha de pesquisa sobre Adolescência e Violência do Mestrado Profissional Promoção da Saúde e Prevenção à Violência da Faculdade de Medicina da UFMG, a ser realizada com servidores técnicos de nível superior, lotados na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMDS, atuantes nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, e com os usuários referenciados nestes equipamentos, mediante esclarecimento e aceite dos mesmos ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), ressaltando o caráter voluntário e a possibilidade de desistência a qualquer tempo. Ressalta-se que não envolverá repasse de recursos para custeio de qualquer despesa referente a essa pesquisa.

Nova Lima, 29 de novembro de 2017.

Diego Garzon Henrique
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social
Prefeitura Municipal de Nova Lima

ANEXO B - APROVAÇÃO DO PROJETO PELA CÂMARA DO DEPARTAMENTO DE PEDIATRIA DA FACULDADE DE MEDICINA DA UFMG

Faculdade de Medicina da UFMG - Departamento de Pediatria

PARECER N.09/2018

Interessadas: Profa. Cristiane de Freitas Cunha e Elifilete Costa Araújo Pena

Título do Projeto: Adolescência e violência: sentidos atribuídos ao território

Mérito:

Estudos demonstram que as principais causas de morte entre os jovens são atribuídas por causas externas (também conhecidas como violentas). Segundo Waiselfisz (2016), a taxa em 2014 era 67,4% mortes por 100 mil jovens, sendo este percentual crescente a partir dos 13 anos de idade. Esse aumento também fica em maior evidência numa análise histórica, de 1980 a 2015, quando a mortalidade por causas violentas de adolescentes de 16 e 17 anos de idade cresceu de 506 para 3.749, aumento de 640,9%. Trata-se de um estudo qualitativo cujo objetivo é identificar quais os vínculos e significantes atribuídos ao território, pelo adolescente num contexto de violência. Para tanto serão realizadas entrevistas com adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco, referenciados nos CRAS do município de Nova Lima, além dos técnicos de nível superior. Como resultado esperado almeja-se identificar ações e estratégias destinadas ao fortalecimento de vínculos dos adolescentes.

O objetivo primário é identificar quais os impasses e construções o adolescente vivência e os vínculos que estabelece no território no município de Nova Lima.

Prevê riscos mínimos e sigilo das informações.


Os pesquisadores não dispensam TCLE e termo de Assentimento

O projeto não prevê custo adicional para a instituição, pois será realizado com recursos próprios.

Recomendação: Acrescentar Termo de Assentimento

Voto: Aprovado

APROVADO EM REUNIÃO DE
CÂMARA DEPARTAMENTAL
16/03/2018


Prof. Mônica Maria de Almeida Vasconcelos
Subchefe do Departamento de Pediatria
Faculdade de Medicina - UFMG